

BHTRANS-DPR/SMGO Nº 414/2021

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2021.

Assunto: Encaminha respostas aos Requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito – BHTRANS relacionados

Senhor Diretor,

Encaminhamos as respostas pertinentes à esta Empresa relativos aos Requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito – BHTRANS, conforme abaixo:

- Requerimento nº 1010/2021 – resposta constante da **Informação Técnica BHTrans DTP/SUTP/GCETT nº 098/2021, de 27 de agosto de 2021**, anexa a este ofício:
- Requerimento nº 1059/2021 – acerca do pedido, as informações obtidas por esta gestão quando da resposta do Requerimento de Comissão nº 680/2021 foram as apresentadas por meio do Ofício BHTRANS-DPR/SMGO nº 351/2021. Contudo, foram identificados novos documentos, consistindo nos agendamentos eletrônicos de reuniões, com detalhamento dos participantes, título da reunião e em alguns a descrição da pauta da reunião, que se iniciam em 2017. Não foram encontradas atas dessas reuniões, e não foram encontrados documentos de agendamentos de reuniões em período anterior à 2017.
- Requerimento nº 1060/2021 – os documentos solicitados contavam dos autos do processo administrativo referente ao procedimento licitatório, situação já apresentada em sede de resposta do Requerimento nº 557/2021, por meio da **Informação Técnica Bhtrans DTP nº 002/2021 de 22 de julho de 2021**;
- Requerimento nº 1076/2021 – resposta constante da **Informação técnica BHTrans DTP/SUTP/GCETT nº 098/2021, de 27 de agosto de 2021**, anexa a este ofício:
- Requerimento nº 1084/2021 – resposta constante da **Informação Técnica BHTrans DTP/SUTP/GCETT nº 097/2021, de 26 de agosto de 2021**; anexa a este ofício: e
- Requerimento nº 1086/2021 – resposta constante da **Informação Técnica Bhtrans DTP nº 002/2021 de 22 de julho de 2021, à qual foi anexada a Informação Técnica GCETT no 063/2021**. anexa a este ofício:

Atenciosamente,

Diogo Oscar
Borges
Prosdocimi - BT
090029

Assinado de forma digital
por Diogo Oscar Borges
Prosdocimi - BT 090029
Dados: 2021.08.27
20:05:52 -03'00'

Diogo Oscar Borges Prosdocimi – BT90029
Presidente - DPR

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Ao Senhor
Guilherme de Souza Barcelos
Diretoria de Acompanhamento Legislativo
Secretaria Municipal de Governo

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.383/20
Data: 01/09/21
Hora: 10:36:46

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

www.bhtrans.pbh.gov.br

Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900 – Bairro Buritis
Belo Horizonte – MG – CEP 30455-902

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
Em 01/09/2021
Responsável pela distribuição
Borges 460

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT Nº 063/2021 DE 18 DE JUNHO DE 2021

Referência: Requerimento de Comissão no 557/2021 – CPI BHTRANS

Tipo de Solicitação: III – Listas e tabelas

Itens: 9

Solicitação: 9 - *Tabela de Receita mensal não-tarifária recebida pelas concessionárias, em suas diversas modalidades, desde novembro de 2008 até a presente data.*

O objeto desta informação técnica é prover informações para o atendimento ao Requerimento 557/2021 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, item III.9.

Assim, constam da tabela abaixo os valores a título de receitas não-tarifárias, considerando aqueles declarados pelo Consórcio Operacional – TRANSFÁCIL, bem como os valores que já tenham sido auditados em momentos anteriores.

Ano	Receitas Não-Tarifárias (Valor Nominal)
2008	R\$ 1.369.034,10
2009	R\$ 15.937.972,78
2010	R\$ 23.291.261,51
2011	R\$ 25.675.105,66
2012	R\$ 29.416.442,22
2013	R\$ 32.097.174,06
2014	R\$ 30.482.104,65
2015	R\$ 31.761.171,33
2016	R\$ 26.649.884,99
2017	R\$ 27.958.738,48
2018	R\$ 27.957.488,36
2019	R\$ 29.418.498,93
2020	R\$ 25.401.197,65
2021*	R\$ 4.539.117,48

Nota(*): Até maio/2021

Conforme se observa da subcláusula 22.2 do contrato, as receitas tarifárias fazem parte do processo de revisão tarifária, o qual tem previsão para ocorrer a cada 4 anos.

Nesse sentido, os valores apresentados referentes à 2008 a 2012 foram objeto de verificação quando da 1ª revisão tarifária; os valores referentes à 2013 a 2016 foram objeto

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

www.bhtrans.pbh.gov.br

Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900 – Bairro Buritis
Belo Horizonte – MG – CEP 30455-902

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT Nº 063/2021 DE 18 DE JUNHO DE 2021

de verificação quando da 2ª revisão tarifária¹. Por fim, os valores referentes ao período de 2017 em diante ainda serão objeto de verificação quando da realização dos próximos procedimentos de revisão tarifária.

Estas são as informações técnicas disponíveis.

Adilson

Elpídio Daros -

BT01196

Assinado de forma
digital por Adilson
Elpídio Daros - BT01196
Dados: 2021.07.28
12:18:06 -03'00'

Adilson Elpídio Daros – BT01196

Gerência de Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

De acordo,

Felipe Melo
Rocha -
BT02147

Assinado de forma digital
por Felipe Melo Rocha -
BT02147
Dados: 2021.07.28
14:03:34 -03'00'

Felipe Melo Rocha – BT02147
Superintendência de Transporte Público –
SUTP

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Samira Marx
Pinheiro - BT02146

Digitally signed by Samira
Marx Pinheiro - BT02146
Date: 2021.07.28 14:01:09
-03'00'

Samira Marx Pinheiro – BT02146
Diretoria de Transporte Público – DTP

¹ Conforme publicação no Diário Oficial do Município de 24 de junho de 2021, foi instaurado Processo Administrativo Punitivo n. 001/2021, para apuração de eventuais falhas e/ou comprometimento dos serviços prestados pela empresa MACIEL AUDITORES S/S LTDA no âmbito do contrato assinado, decorrente da Concorrência Pública n.º 002/2017 (Proc. 01-167.062/17-28), cujo escopo, dentre outros, objetivava a realização da 2ª revisão tarifária dos contratos de concessão do transporte coletivo de Belo Horizonte.



OF. SMGO/DALE Nº 387/2021

Belo Horizonte, 01 / 09 / 2021

Assunto: Resposta aos **Requerimentos de Comissão nº 1010/2021, 1059/2021, 1060/2021, 1076/2021, 1084/2021 e 1086/2021** – Comissão Parlamentar de Inquérito - BHTRANS.

Senhora Presidente,

Reporto-me aos Requerimentos de Comissão em epígrafe, que solicitam informações sobre os contratos decorrentes da Concorrência Pública nº 131/2008; seguros contratuais, vigência de apólices, ocorrência de sinistros e acionamentos e movimentações de depósitos no Fundo Garantidor do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato (FGE).

Consultada, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTrans – emitiu resposta por meio do Ofício BHTRANS-DPR/SMGO Nº 414/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

Ofício Diretoria Legislativa-01-Sat-2021-13:29-000276-1/2

BHTRANS-DPR/SMGO Nº 414/2021

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2021.

Assunto: Encaminha respostas aos Requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito – BHTRANS relacionados

Senhor Diretor,

Encaminhamos as respostas pertinentes à esta Empresa relativos aos Requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito – BHTRANS, conforme abaixo:

- Requerimento nº 1010/2021 – resposta constante da **Informação Técnica BHTrans DTP/SUTP/GCETT nº 098/2021, de 27 de agosto de 2021**, anexa a este ofício:

- Requerimento nº 1059/2021 – acerca do pedido, as informações obtidas por esta gestão quando da resposta do Requerimento de Comissão nº 680/2021 foram as apresentadas por meio do Ofício BHTRANS-DPR/SMGO nº 351/2021. Contudo, foram identificados novos documentos, consistindo nos agendamentos eletrônicos de reuniões, com detalhamento dos participantes, título da reunião e em alguns a descrição da pauta da reunião, que se iniciam em 2017. Não foram encontradas atas dessas reuniões, e não foram encontrados documentos de agendamentos de reuniões em período anterior à 2017.

- Requerimento nº 1060/2021 – os documentos solicitados contavam dos autos do processo administrativo referente ao procedimento licitatório, situação já apresentada em sede de resposta do Requerimento nº 557/2021, por meio da **Informação Técnica Bhtrans DTP nº 002/2021 de 22 de julho de 2021**;

- Requerimento nº 1076/2021 – resposta constante da **Informação técnica BHTrans DTP/SUTP/GCETT nº 098/2021, de 27 de agosto de 2021**, anexa a este ofício:

- Requerimento nº 1084/2021 – resposta constante da **Informação Técnica BHTrans DTP/SUTP/GCETT nº 097/2021, de 26 de agosto de 2021**; anexa a este ofício: e

- Requerimento nº 1086/2021 – resposta constante da **Informação Técnica Bhtrans DTP nº 002/2021 de 22 de julho de 2021, à qual foi anexada a Informação Técnica GCETT no 063/2021**. anexa a este ofício:

Atenciosamente,

Diogo Oscar
Borges
Prosdocimi - BT
090029

Assinado de forma digital
por Diogo Oscar Borges
Prosdocimi - BT 090029
Dados: 2021.08.27
20:05:52 -03'00'

Diogo Oscar Borges Prosdocimi – BT90029
Presidente - DPR

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Ao Senhor

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

www.bhtrans.pbh.gov.br

Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900 – Bairro Buritis
Belo Horizonte – MG – CEP 30455-902

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT Nº 063/2021 DE 18 DE JUNHO DE 2021

Referência: Requerimento de Comissão no 557/2021 – CPI BHTRANS

Tipo de Solicitação: III – Listas e tabelas

Itens: 9

Solicitação: 9 - Tabela de Receita mensal não-tarifária recebida pelas concessionárias, em suas diversas modalidades, desde novembro de 2008 até a presente data.

O objeto desta informação técnica é prover informações para o atendimento ao Requerimento 557/2021 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, item III.9.

Assim, constam da tabela abaixo os valores a título de receitas não-tarifárias, considerando aqueles declarados pelo Consórcio Operacional – TRANSFÁCIL, bem como os valores que já tenham sido auditados em momentos anteriores.

Ano	Receitas Não-Tarifárias (Valor Nominal)
2008	R\$ 1.369.034,10
2009	R\$ 15.937.972,78
2010	R\$ 23.291.261,51
2011	R\$ 25.675.105,66
2012	R\$ 29.416.442,22
2013	R\$ 32.097.174,06
2014	R\$ 30.482.104,65
2015	R\$ 31.761.171,33
2016	R\$ 26.649.884,99
2017	R\$ 27.958.738,48
2018	R\$ 27.957.488,36
2019	R\$ 29.418.498,93
2020	R\$ 25.401.197,65
2021*	R\$ 4.539.117,48

Nota(*): Até maio/2021

Conforme se observa da subcláusula 22.2 do contrato, as receitas tarifárias fazem parte do processo de revisão tarifária, o qual tem previsão para ocorrer a cada 4 anos.

Nesse sentido, os valores apresentados referentes à 2008 a 2012 foram objeto de verificação quando da 1ª revisão tarifária; os valores referentes à 2013 a 2016 foram objeto

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/SUTP/GCETT Nº 063/2021 DE 18 DE JUNHO DE 2021

de verificação quando da 2ª revisão tarifária¹. Por fim, os valores referentes ao período de 2017 em diante ainda serão objeto de verificação quando da realização dos próximos procedimentos de revisão tarifária.

Estas são as informações técnicas disponíveis.

Adilson
Elpídio Daros -
BT01196

Assinado de forma
digital por Adilson
Elpidio Daros - BT01196
Dados: 2021.07.28
12:18:06 -03'00'

Adilson Elpídio Daros – BT01196
Gerência de Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

De acordo,

Felipe Melo
Rocha -
BT02147

Assinado de forma digital
por Felipe Melo Rocha -
BT02147
Dados: 2021.07.28
14:03:34 -03'00'

Samira Marx
Pinheiro - BT02146

Digitally signed by Samira
Marx Pinheiro - BT02146
Date: 2021.07.28 14:01:09
-03'00'

Felipe Melo Rocha – BT02147
Superintendência de Transporte Público –
SUTP

Samira Marx Pinheiro – BT02146
Diretoria de Transporte Público – DTP

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

¹ Conforme publicação no Diário Oficial do Município de 24 de junho de 2021, foi instaurado Processo Administrativo Punitivo n. 001/2021, para apuração de eventuais falhas e/ou comprometimento dos serviços prestados pela empresa MACIEL AUDITORES S/S LTDA no âmbito do contrato assinado, decorrente da Concorrência Pública n.º 002/2017 (Proc. 01-167.062/17-28), cujo escopo, dentre outros, objetivava a realização da 2ª revisão tarifária dos contratos de concessão do transporte coletivo de Belo Horizonte.

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 098/2021, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Assunto: Pedido de informações sobre os seguros contratuais, vigência de apólices, ocorrência de sinistros e acionamentos

Referência: Requerimentos de Comissão nº 1010/2021 e 1076/2021

A Câmara Municipal de Belo Horizonte encaminhou, por meio dos requerimentos em referência, pedidos de informações a respeito seguros exigidos contratualmente, com base na Cláusula 18 dos contratos de concessão decorrentes do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008.

Pelo Requerimento nº 1010/2021 é solicitado:

“(...) que sejam enviados os extratos, mensais e anuais, discriminando os depósitos realizados por cada uma das Concessionárias para os respectivos seguros, bem como os respectivos pagamentos por sinistros cobertos pelos seguros, com os documentos pertinentes.”

Já o Requerimento nº 1076/2021 é apresentado o seguinte questionamento:

- “1) A BHTrans fiscaliza anualmente a vigência dessas apólices? Caso positivo, elas deixaram de ser contratadas ou renovadas em algum momento?*
- 2) Esses seguros já foram acionados em alguma ocasião? Caso positivo, quais valores recebidos e referentes a quais descumprimentos contratuais de quais consórcios?”*

Em resposta ao **Requerimento nº 1010/2021**, informamos que não foi identificada, nos arquivos disponibilizados nesta empresa, documentação comprobatória de recebimento de valores de correspondentes ao acionamento dos seguros em comento.

Quanto aos extratos detalhados de depósito para cada uma das Concessionárias, entendemos que esta documentação deverá ser entregue pelo SETRA/TRANSFÁCIL, visto que compete às concessionárias a responsabilidade sobre a contratação dos serviços e, consequentemente, da guarda de toda documentação correlata.

Em relação ao **Requerimento nº 1076/2021**, esclarecemos que esta gestão, quando do início de seus trabalhos, não localizou a apólice do seguro garantia que deveria vigorar de 15/07/2020 a 15/07/2021 (seguro garantia para o fiel cumprimento do contrato – item III da cláusula 18.1).

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 098/2021, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Assim, no exercício de suas competências, em 31/05/2021 foi encaminhado o ofício BHTRANS-DPR/EXTERN nº 241-C/2021, através do qual o SETRABH foi notificado para apresentar a apólice do seguro garantia com vigência e valor de cobertura suficientes para o fiel atendimento às disposições contratuais. O ofício em questão segue anexo para conhecimento de seu inteiro teor.

Após notificado, na data de 03/08/2021, o SETRABH encaminhou as apólices referentes aos seguros garantias das concessionárias (Pampulha, BHLeste, Dez e Dom Pedro II) através do ofício DJUR.OF.134/2021, o qual também segue acostado anexo a esta Nota.

Conforme verifica-se na documentação acostada, a vigência de tais apólices tem cobertura para o período de 01/08/2021 a 01/08/2022.

Quanto aos valores de cobertura (importância segurada), os mesmos seguem conforme consta da tabela abaixo, sendo o valor do prêmio a ser pago (prêmio líquido), pelas respectivas concessionárias, parcelado em 05 (cinco) vezes com vencimentos aos finais dos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021.

Concessionária	Valor da cobertura (importância segurada)	Valor do prêmio (prêmio líquido)
Pampulha	R\$ 8.661.577,31	R\$ 47.638,68
BHLeste	R\$ 9.615.183,24	R\$ 52.883,51
Dez	R\$ 8.658.561,43	R\$ 47.622,09
Dom Pedro II	R\$ 5.685.530,60	R\$ 31.270,42
TOTAL	R\$ 32.620.852,58	R\$ 179.414,70

Em relação aos valores segurados, conforme consta da tabela acima elaborada com base nas apólices encaminhadas pelo SETRABH, esta gestão apurou que os valores devidos, a fim de se cumprir os dispositivos contratuais, diferem dos valores apresentados, conforme consta da tabela abaixo.

Concessionária	Limites globais de cobertura devidos
Pampulha	R\$ 17.839.503,49
BHLeste	R\$ 19.803.563,37
Dez	R\$ 17.833.291,96
Dom Pedro II	R\$ 11.709.996,86
TOTAL	R\$ 67.186.355,68

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 098/2021, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A memória de cálculo referente à tabela acima, que corresponde aos valores devidamente atualizados e em conformidade com o normativo contratual foi acostada anexa a esta Nota, para fins de conferência e melhor entendimento.

Os normativos dos contratos de concessão que regem as questões afetas aos seguros é a cláusula 18, conforme se pode verificar dos trechos abaixo transcritos:

“18.4 Os limites globais de cobertura dos seguros de que trata a subcláusula 18.1 serão os seguintes:

(iii) Para o seguro do item III, 1% (um por cento) do valor do CONTRATO, no primeiro ano de sua vigência, 0,4% (quatro décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO no segundo e terceiro anos de sua vigência e 0,2% (dois décimos por cento) do valor do CONTRATO nos demais anos de sua vigência.

18.4.1 O limite global de cobertura dos seguros de que trata o item (iii) da subcláusula 18.4 será reduzido, no primeiro ano, a 0,4% (quatro décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO após o início da operação. [redação dada pelo 2º Termo Aditivo]”

Ademais, a atualização dos valores para determinação dos limites de cobertura dos seguros também foi normatizada pelo contrato, conforme se segue:

“18.8 A atualização do VALOR DO CONTRATO para determinação dos limites de cobertura dos seguros de que tratam as subcláusulas 18.4 e 18.5 será realizadas por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou o que vier a eventualmente substituí-lo.”

Assim, em razão do descumprimento contratual, esta gestão está analisando juridicamente as implicações decorrentes da questão para adoção dos procedimentos cabíveis.

Ante todo o exposto, ressalta-se ainda que foram encontradas registros e documentos referentes aos períodos de: i) 2008/2009; ii) 2016/2017; iii) 2017/2018; iv) 2018/2019; e v) 2021/2022, não sendo possível afirmar sobre a não contratação de apólices para cobertura dos períodos acima mencionados, em razão da não identificação destes documentos.

Por fim, quanto ao acionamento dos seguros, não foram localizados documentos ou registros que identifiquem o acionamento dos seguros garantias em períodos anteriores dentre a documentação disponível nos arquivos da empresa.



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 098/2021, DE 27 DE AGOSTO DE
2021**

Estas são as informações técnicas disponíveis.

Eriênio Jaderson de Souza – BT02150
Gerência de Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

De acordo,

Felipe Melo

Assinado de forma digital por
Felipe Melo Rocha - BT02147

Rocha - BT02147

Dados: 2021.08.27 20:05:55
-03'00'

Felipe Melo Rocha – BT02147
Superintendência de Transporte Público – SUTP
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Anexo I

Ofício BHTRANS

Cópia digital do ofício BHTRANS-
DPR/EXTERN nº 241-C/2021 de
notificação ao SETRA

BHTRANS-DPR/EXTER Nº 241-C 2021

Belo Horizonte, 31 de maio de 2021.

Referência: Descumprimentos contratuais e/ou do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008.
Não apresentação da apólice relativa ao Seguro Garantia para o fiel cumprimento do contrato, com valor de sua cobertura devidamente atualizado.

Prezado Senhor

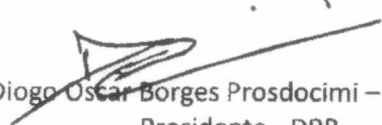
Cumprimentando-o cordialmente, apresento para conhecimento e providências, a NOTIFICAÇÃO Nº 001/2021, devidamente assinada pela BHTRANS e Pelo Poder Concedente, para que surta seus efeitos.

Informo que a NOTIFICAÇÃO em referência, exige a apresentação de apólice de Seguro Garantia para o fiel cumprimento do contrato, com o valor de cobertura devidamente atualizado, nos termos regidos pelo contrato, com validade para um ano, a partir da data da contratação

Informo ainda que a data limite para o fiel cumprimento da presente notificação é o dia 30 de junho de 2021.

Certo da compreensão, coloco-me à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Diogo Oscar Borges Prosdocimi – BT90029
Presidente - DPR

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS

Adilson Elpídio Daros - BT01196
Assinado de forma digital por Adilson Elpídio Daros - BT01196
Data: 2021.05.28 15:37:33 -03'00'

Samira Marx Pinheiro - BT02146
Digitally signed by Samira Marx Pinheiro - BT02146
Date: 2021.05.31 15:58:02 -03'00'

Ao senhor
Joel Jorge Guedes Paschoalin
Presidente
SETRABH

Rua Aquiles Lobo, 504, Bairro Floresta - CEP 30.150-160 – Belo Horizonte - MG

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO	
Órgão:	Recepção
Data:	01 / 06 / 2021
Nome Legível:	Isabella Mendes
Matrícula/BM:	
Assinatura:	Isabella M. 15:03 hs

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

www.bhtrans.pbh.gov.br

Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900 – Bairro Burity
Belo Horizonte – MG – CEP 30455-902

NOTIFICAÇÃO

Número
001-2021

Tipo
Multa

Data
24/05/2021

Página 1/4

Edital de Licitação

131/2008

Concessionárias:

CONSÓRCIO PAMPULHA, CONSÓRCIO BHLESTE, CONSÓRCIO DEZ, CONSÓRCIO DOM PEDRO II, E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BELO HORIZONTE – SETRABH, NA CONDIÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL DAS CONCESSIONÁRIAS.

Solicitação:

Descumprimentos contratuais e/ou do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008.

I – OCORRÊNCIAS

1. Não apresentação da apólice relativa ao Seguro Garantia para o fiel cumprimento do contrato, com valor de sua cobertura devidamente atualizado.

II – EMBASAMENTO CONTRATUAL

O **Seguro Garantia**, é exigência contratual que visa assegurar o fiel cumprimento do contrato, sendo de porte obrigatório, com renovação anual, constante na cláusula 18 – DOS SEGUROS, dos contratos de concessão, valendo destacar no item 18.1:

“(iii) seguro garantia para o fiel cumprimento do CONTRATO, assegurando o pagamento de multas e eventuais indenizações contratuais devidas ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA”.

Ademais, destaca-se ainda que, não obstante a manutenção dessa cobertura, a mesma deverá ter seu valor anualmente reajustado, tendo como base o valor do contrato, conforme se verificado no instrumento contratual, nos itens 18.4 e 18.8 da cláusula em questão:

“18.4 Os limite globais de cobertura dos seguros de que trata a subcláusula 18.1 serão os seguintes:

(...)

(iii) Para o seguro do item III, 1% (um por cento) do valor do CONTRATO, no primeiro ano de sua vigência, 0,4% (quatro décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO no segundo e terceiro anos de sua vigência e 0,2% (dois décimos por cento) do valor do CONTRATO nos demais anos de sua vigência”.

“18.8 A atualização do VALOR DO CONTRATO para determinação dos limites de cobertura dos seguros de que tratam as subcláusulas 18.4 e 18.5 será realizadas por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou o que vier a eventualmente substituí-lo”.

NOTIFICAÇÃO

Número
001-2021

Tipo
Multa

Data
24/05/2021

Página 2/4

Do exposto acima, verifica-se que a renovação do Seguro Garantia, o qual deveria ter sido renovado em julho de 2020, se encontra pendente até o presente momento.

Quanto a este ponto, as concessionárias, por meio do SETRABH, representante oficial, pleitearam a não renovação desse seguro, alegando dificuldades financeiras e desequilíbrio nos contratos, decorrentes da crise sanitária provocada pela pandemia do Coronavírus.

Em que pese a apresentação do pleito em questão, cumpre destacar que o regramento trazido pelos contratos de concessão é a lei que rege a relação pactuada entre as partes, não podendo o Poder Concedente dispor do contrário.

Portanto, o presente pleito se faz improcedente, pois além de incorrer em descumprimento do que é previsto nos contratos de concessão, transfere à BHTRANS um risco que não lhe compete sobre eventuais multas, indenizações e outros descumprimentos que possam vir a ocorrer.

Por fim, rege ainda a cláusula 25 – DAS PENALIDADES:

"25.1 A CONCESSIONÁRIA concorda expressamente em se submeter às sanções fixadas unilateralmente pela BHTRANS, estabelecidas em regulamentos vigentes ou em futuras alterações destes regulamentos, bem como, em se submeter às sanções que venham a ser estabelecidas no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, em especial:

(i) as sanções relativas às infrações de índole operacional;

[...]

25.2 Sem prejuízo das penalidades estabelecidas e eventualmente aplicadas com base no REGULAMENTO DOS SERVIÇOS, a BHTRANS, garantida a ampla defesa, poderá aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções pela inexecução parcial ou total das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, observadas a natureza e a gravidade da falta:

[...]

(ii) multa;

[...]"

III – EMBASAMENTO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93

"Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções":

"I..."

ii - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

"I..."

Lei Federal n.º 8.987/95

"Art. 6ª Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no

NOTIFICAÇÃO

Número
001-2021

Tipo
Multa

Data
24/05/2021

Página 3/4

respectivo contrato. (grifamos)

IV – NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS, Sociedade de Economia Mista instituída pela Lei Municipal n.º 5.953, de 31 de julho de 1991, inscrita no CNPJ sob o n.º 41.657.081/0001-84, com sede na Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Bairro Buritis, Belo Horizonte, MG, neste ato, representada por seu Presidente, Sr. Diogo Oscar Borges Prosdócimi, e a Secretaria Municipal de Mobilidade e Infraestrutura – SMOBI, neste ato representada pelo seu Secretário, Sr. Josué Costa Valadão.

NOTIFICADOS: CONCESSIONÁRIA CONSÓRCIO PAMPULHA, CONSÓRCIO BHLESTE, CONSÓRCIO DEZ, CONSÓRCIO DOM PEDRO II, detentores da outorga do direito de exploração do serviço de transporte coletivo de passageiros correspondente, respectivamente à Rede de Transportes e Serviços – RTS 1, RTS2, RTS3 e RTS4, por meio dos contratos de concessão originados no Edital de Concorrência Pública nº 131/2008 e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - SETRABH, estabelecido na Rua Aquiles Lobo, nº 504, 12º andar, Bairro Floresta, nesta Capital, CEP 30.150-160, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.455. 403/0001-28, na condição de representante legal das notificadas.

A NOTIFICANTE, no cumprimento de suas atribuições, e considerando os Contratos de Concessão do transporte coletivo por ônibus em Belo Horizonte, vem apresentar a presente notificação, que tem valor e efeito para constituição em mora, na forma abaixo:

Ficam o CONSÓRCIO PAMPULHA, CONSÓRCIO BHLESTE, CONSÓRCIO DEZ e CONSÓRCIO DOM PEDRO II, notificados da necessidade de regularizar de forma imediata, inadimplências contratuais ou do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, indicadas na presente NOTIFICAÇÃO, considerando o seguinte:

i. Apresentar apólice de Seguro Garantia para o fiel cumprimento do contrato, com o valor de cobertura devidamente atualizado, nos termos regidos pelo respectivo contrato, com validade para um ano, a partir da data da contratação.

V – PRAZO PARA ADEQUAÇÃO

Fica definido como prazo para cumprimento da presente notificação, o dia 30 de junho de 2021.

VI – PENALIDADE

O não cumprimento desta notificação ensejará a aplicação de multa regulamentar no que couber, além das sanções contratuais pertinentes.

NOTIFICAÇÃO

Número
001-2021

Tipo
Multa


Data
24/05/2021

Página 4/4

A multa regulamentar eventualmente aplicada, não eximirá a Concessionária da estrita observância das exigências contidas nesta Notificação, podendo, em caso de reiterado descumprimento, evoluir para nova Notificação, com adoção de penalidade de multa contratual, cujo valor varia de 0,001% a 4,5% do valor atualizado do contrato da RTS.


Diogo Oscar Borges Prosdociimi – BT90029
Presidente - DPR

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS


Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura/SMOBI
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

Adilson Elpidio
Dáros - BT01196

Assinado por: Adilson Elpidio
por Adilson Elpidio Dáros
BT01196
Data: 2021.05.24 08:07:21
-03'00"

Samira Marx
Pinheiro -
BT02146

Digitally signed by
Samira Marx Pinheiro -
BT02146
Date: 2021.05.24
17:03:06 -03'00"

Anexo II

Ofício SETRA

**Cópia digital do ofício
DJUR.OF.134/2021 de
encaminhamento das apólices de
seguro garantia**



DJUR. OF. 134/2021

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2021.

Ilmo. Sr. Diogo Prosdocimi

Presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A -
BHTRANS

Senhor Presidente,

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BELO HORIZONTE
— SETRABH (“SINDICATO” OU “SETRABH”), devidamente inscrita no CNPJ/MF
sob o nº 17.455.403/0001-28, estabelecido na Rua Aquiles Lobo, nº 504, Bairro
Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP 30150-160, representando os **CONSÓRCIOS**
PAMPULHA, BHLESTE, DEZ e DOM PEDRO II vem, reiterar o **DJUR. OF.**
096/2021 e enviar as apólices do seguro garantia vigentes no 01/08/2021 à
01/08/2022.

Coloca-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que sejam
necessários.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE BELO HORIZONTE
— SETRABH



DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE **CPF OU CNPJ:** 18.715.383/0001-40
ENDEREÇO: AV AFONSO PENA Nº 1212 SALA 318 - CENTRO
CEP: 30.130-908 **CIDADE:** BELO HORIZONTE **UF:** MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: CONSÓRCIO PAMPULHA **CPF OU CNPJ:** 09.661.758/0001-45
ENDEREÇO: RUA AQUILES LOBO, Nº 504 - 4º ANDAR - SALA 1 A - FLORESTA
CEP: 30.150-160 **CIDADE:** BELO HORIZONTE **UF:** MG

DADOS DO CORRETOR

NOME: BANSUR CORRETORA DE SEGUROS LTDA. **CPF OU CNPJ:** 25.275.655/0001-01 **SUSEP:** 1020371659

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 8.661.577,31 - Oito Milhões e Seiscentos e Sessenta e Um Mil e Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Um Centavos

MODALIDADE: Executante Concessionário

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Garantia do fiel cumprimento das obrigações do tomador previstas no PA 010025450880, oriundo do Edital de Concorrência nº 131/2008 - RTS nº 1, que tem por objeto a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGUADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Executante Concessionário	R\$ 8.661.577,31	R\$ 47.638,68	01/08/2021	01/08/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO
CUSTO DO SEGURO

	RS	
Prêmio Líquido	RS	47.638,68
Adicional de Fracionamento	RS	0,00
Custo de Apólice	RS	0,00
IOF	RS	0,00
Prêmio Total	RS	47.638,68

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

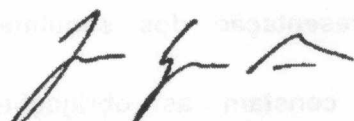
Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 9.527,72	31/08/2021
2	R\$ 9.527,74	30/09/2021
3	R\$ 9.527,74	30/10/2021
4	R\$ 9.527,74	29/11/2021
5	R\$ 9.527,74	29/12/2021

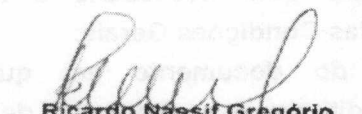
Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 02/08/2021 09:13:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, Integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750549891000 e o Controle Interno: 00007A0B5403900. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento: 0306920219907750549891000000.


João de Lima Géo Neto
 Diretor


Ricardo Nassif Gregório
 Diretor



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS**SEGURO GARANTIA EXECUTANTE CONCESSIONÁRIO****1. OBJETO:**

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para Executante Concessionário.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d)Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores

retidos;

e)Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos

sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES**CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO**

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionadas a atos ilícitos dolosos e/ou violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito do contrato garantido e com o conhecimento ou concorrência de atos dolosos do segurado.

1.1 Fica entendido e acordado que caso a inadimplência contratual decorra de atos ilícitos dolosos e/ou que infrinjam as normas anticorrupção praticados pelo tomador sem concurso ou conhecimento do Segurado ou no âmbito de contrato distinto, o dever de indenizar persiste.

1.2 A presente cláusula particular encontra-se em perfeita consonância com Carta Circular Eletrônica n.º 1/2021/DIR1/SUSEP.

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE CPF OU CNPJ: 18.715.383/0001-40
ENDEREÇO: AV AFONSO PENA Nº 1212 SALA 318 - CENTRO
CEP: 30.130-908 CIDADE: BELO HORIZONTE UF: MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: CONSÓRCIO BHLESTE CPF OU CNPJ: 09.648.037/0001-03
ENDEREÇO: RUA AQUILES LOBO, Nº 504 - SALA 2 B - 4º ANDAR - FLORESTA
CEP: 30.150-160 CIDADE: BELO HORIZONTE UF: MG

DADOS DO CORRETOR

NOME: BANSUR CORRETORA DE SEGUROS LTDA. CPF OU CNPJ: 25.275.655/0001-01 SUSEP: 1020371659

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 9.615.183,24 - Nove Milhões e Seiscentos e Quinze Mil e Cento e Oitenta e Três Reais e Vinte e Quatro Centavos

MODALIDADE: Executante Concessionário

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Garantia do fiel cumprimento das obrigações do tomador previstas no PA 010025450880, oriundo do Edital de Concorrência nº 131/2008 - RTS nº 2, que tem por objeto a concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGUADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Executante Concessionário	R\$ 9.615.183,24	R\$ 52.883,51	01/08/2021	01/08/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO

Prêmio Líquido	R\$	52.883,51
Adicional de Fracionamento	R\$	0,00
Custo de Apólice	R\$	0,00
IOF	R\$	0,00
Prêmio Total	R\$	52.883,51

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

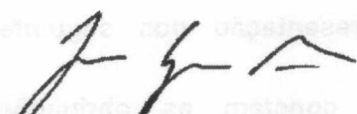
Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 10.576,71	31/08/2021
2	R\$ 10.576,70	30/09/2021
3	R\$ 10.576,70	30/10/2021
4	R\$ 10.576,70	29/11/2021
5	R\$ 10.576,70	29/12/2021

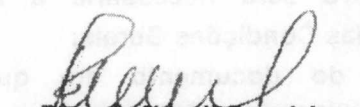
Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 02/08/2021 09:09:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750549887000 e o Controle Interno: 00AD7A0883FF0909. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021009900750549887000000.


João de Lima Géo Neto
Diretor


Ricardo Nassif Gregório
Diretor



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA EXECUTANTE CONCESSIONÁRIO**1. OBJETO:**

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para Executante Concessionário.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES**CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO**

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionadas a atos ilícitos dolosos e/ou violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito do contrato garantido e com o conhecimento ou concorrência de atos dolosos do segurado.

1.1 Fica entendido e acordado que caso a inadimplência contratual decorra de atos ilícitos dolosos e/ou que infrinjam as normas anticorrupção praticados pelo tomador sem concurso ou conhecimento do Segurado ou no âmbito de contrato distinto, o dever de indenizar persiste.

1.2 A presente cláusula particular encontra-se em perfeita consonância com Carta Circular Eletrônica n.º 1/2021/DIR1/SUSEP.

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE **CPF OU CNPJ:** 18.715.383/0001-40
ENDEREÇO: AV AFONSO PENA Nº 1212 SALA 318 - CENTRO
CEP: 30.130-908 **CIDADE:** BELO HORIZONTE **UF:** MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: CONSÓRCIO DEZ **CPF OU CNPJ:** 09.674.784/0001-08
ENDEREÇO: RUA AQUILES LOBO, Nº 504 - SALA 3 C - 4º ANDAR - FLORESTA
CEP: 30.150-160 **CIDADE:** BELO HORIZONTE **UF:** MG

DADOS DO CORRETOR

NOME: BANSUR CORRETORA DE SEGUROS LTDA **CPF OU CNPJ:** 25.275.655/0001-01 **SUSEP:** 1020371659

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 8.658.561,43 - Oito Milhões e Seiscentos e Cinquenta e Oito Mil e Quinhentos e Sessenta e Um Reais e Quarenta e Três Centavos

MODALIDADE: Executante Concessionário

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Garantia do fiel cumprimento das obrigações do tomador previstas no PA 010025450880, oriundo do Edital de Concorrência nº 131/2008 - RTS nº 3, que tem por objeto a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Executante Concessionário	R\$ 8.658.561,43	R\$ 47.622,09	01/08/2021	01/08/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO

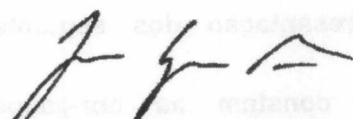
	R\$	
Prêmio Líquido	47.622,09	
Adicional de Fracionamento	0,00	
Custo de Apólice	0,00	
IDF	0,00	
Prêmio Total	47.622,09	

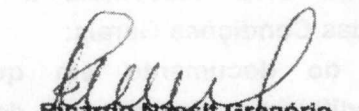
FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 9.524,41	31/08/2021
2	R\$ 9.524,42	30/09/2021
3	R\$ 9.524,42	30/10/2021
4	R\$ 9.524,42	29/11/2021
5	R\$ 9.524,42	29/12/2021

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 02/08/2021 09:11:00


João de Lima Géo Neto
Diretor


Ricardo Nassif Gregório
Diretor

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750549888000 e o Controle Interno: 00AD7A0864900968. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 0306920219907750549888000.



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS**SEGURO GARANTIA EXECUTANTE CONCESSIONÁRIO****1. OBJETO:**

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para Executante Concessionário.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei no 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES**CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO**

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionadas a atos ilícitos dolosos e/ou violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito do contrato garantido e com o conhecimento ou concorrência de atos dolosos do segurado.

1.1 Fica entendido e acordado que caso a inadimplência contratual decorra de atos ilícitos dolosos e/ou que infrinjam as normas anticorrupção praticados pelo tomador sem concurso ou conhecimento do Segurado ou no âmbito de contrato distinto, o dever de indenizar persiste.

1.2 A presente cláusula particular encontra-se em perfeita consonância com Carta Circular Eletrônica n.º 1/2021/DIR1/SUSEP.

DADOS DO SEGURADO

NOME: MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE **CPF OU CNPJ:** 18.715.383/0001-40
ENDEREÇO: AV AFONSO PENA Nº 1212 SALA 318 - CENTRO
CEP: 30.130-908 **CIDADE:** BELO HORIZONTE **UF:** MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: CONSÓRCIO DOM PEDRO II **CPF OU CNPJ:** 09.647.973/0001-91
ENDEREÇO: RUA AQUILES LOBO, Nº 504 - 4º ANDAR - SALA 4 D - FLORESTA
CEP: 30.150-160 **CIDADE:** BELO HORIZONTE **UF:** MG

DADOS DO CORRETOR

NOME: BANSUR CORRETORA DE SEGUROS LTDA. **CPF OU CNPJ:** 25.275.655/0001-01 **SUSEP:** 1020371659

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 5.685.530,60 - Cinco Milhões e Seiscentos e Oitenta e Cinco Mil e Quinhentos e Trinta Reais e Sessenta Centavos

MODALIDADE: Executante Concessionário

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Garantia do fiel cumprimento das obrigações do tomador previstas no PA 010025450880 oriundo do Edital de Concorrência nº 131/2008 - RTS nº 4., que tem por objeto a concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGUADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Executante Concessionário	R\$ 5.685.530,60	R\$ 31.270,42	01/08/2021	01/08/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO
CUSTO DO SEGURO

	R\$	
Prêmio Líquido	31.270,42	
Adicional de Fracionamento	0,00	
Custo de Apólice	0,00	
IOF	0,00	
Prêmio Total	31.270,42	

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

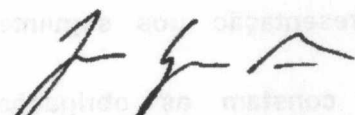
Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 6.254,10	31/08/2021
2	R\$ 6.254,08	30/09/2021
3	R\$ 6.254,08	30/10/2021
4	R\$ 6.254,08	29/11/2021
5	R\$ 6.254,08	29/12/2021

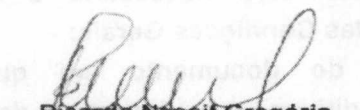
Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normalização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 02/08/2021 09:11:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor consoante E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750549889000 e o Controle Interno: 00407A0864010906. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021009900/50549889000000.


João de Lima Géo Neto
 Diretor


Ricardo Nassif Gregório
 Diretor



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.

CONDIÇÕES ESPECIAIS**SEGURO GARANTIA EXECUTANTE CONCESSIONÁRIO****1. OBJETO:**

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para Executante Concessionário.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias.

2. DEFINIÇÕES:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I - Prejuízo: perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. VIGÊNCIA:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

4. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

4.2.2. A não formalização da Reclamação do Sinistro tornará sem efeito a Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

CLÁUSULAS PARTICULARES**CONDIÇÃO PARTICULAR - ANTICORRUPÇÃO**

1. Não estão cobertos pela presente Apólice a ocorrência de quaisquer prejuízos, rescisões e/ou demais penalidades relacionadas a atos ilícitos dolosos e/ou violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo tomador, coobrigados e suas controladas, controladoras, coligadas, filiadas, filiais e seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares, funcionários e/ou prepostos no âmbito do contrato garantido e com o conhecimento ou concorrência de atos dolosos do segurado.

1.1 Fica entendido e acordado que caso a inadimplência contratual decorra de atos ilícitos dolosos e/ou que infrinjam as normas anticorrupção praticados pelo tomador sem concurso ou conhecimento do Segurado ou no âmbito de contrato distinto, o dever de indenizar persiste.

1.2 A presente cláusula particular encontra-se em perfeita consonância com Carta Circular Eletrônica n.º 1/2021/DIR1/SUSEP.

Anexo III

Memória de cálculo

Planilhas com os demonstrativos de atualização e cálculos dos valores exigidos por contrato para os seguros garantias

ANO	PERÍODO	VALOR DO CONTRATO				VALOR GARANTIA (Cláusula 18.1 (iii))			
		PAMPULHA	BH LESTE	DEZ	DOM PEDRO II	PAMPULHA	BH LESTE	DEZ	DOM PEDRO II
1	25/07/2008 24/07/2009	R\$ 4.330.788.653,28	R\$ 4.807.591.621,42	R\$ 4.329.280.716,59	R\$ 2.842.765.302,45	R\$ 17.323.154,61	R\$ 19.230.366,49	R\$ 17.317.122,87	R\$ 11.371.061,21
2	25/07/2009 24/07/2010	R\$ 4.528.746.532,32	R\$ 5.027.343.892,17	R\$ 4.527.169.668,71	R\$ 2.972.706.482,90	R\$ 18.114.986,13	R\$ 20.109.375,57	R\$ 18.108.678,67	R\$ 11.890.825,93
3	25/07/2010 24/07/2011	R\$ 4.729.911.822,68	R\$ 5.250.656.697,73	R\$ 4.728.264.915,35	R\$ 3.104.753.034,53	R\$ 18.919.647,29	R\$ 21.002.626,79	R\$ 18.913.059,66	R\$ 12.419.012,14
4	25/07/2011 24/07/2012	R\$ 5.054.909.795,09	R\$ 5.611.435.681,46	R\$ 5.053.149.726,76	R\$ 3.318.084.377,45	R\$ 10.109.819,59	R\$ 11.222.871,36	R\$ 10.106.299,45	R\$ 6.636.168,75
5	25/07/2012 24/07/2013	R\$ 5.325.633.046,98	R\$ 5.911.964.509,28	R\$ 5.323.778.715,56	R\$ 3.495.789.347,30	R\$ 10.651.266,09	R\$ 11.823.929,02	R\$ 10.647.557,43	R\$ 6.991.578,69
6	25/07/2013 24/07/2014	R\$ 5.665.160.444,83	R\$ 6.288.872.551,64	R\$ 5.663.187.893,42	R\$ 3.718.657.924,62	R\$ 11.330.320,89	R\$ 12.577.745,10	R\$ 11.326.375,79	R\$ 7.437.315,85
7	25/07/2014 24/07/2015	R\$ 6.023.961.871,98	R\$ 6.687.176.618,87	R\$ 6.021.864.389,55	R\$ 3.954.178.133,35	R\$ 12.047.923,74	R\$ 13.374.353,24	R\$ 12.043.728,78	R\$ 7.908.356,27
8	25/07/2015 24/07/2016	R\$ 6.614.613.317,10	R\$ 7.342.856.488,31	R\$ 6.612.310.175,82	R\$ 4.341.886.601,35	R\$ 13.229.226,63	R\$ 14.685.712,98	R\$ 13.224.620,35	R\$ 8.683.773,20
9	25/07/2016 24/07/2017	R\$ 7.246.857.644,44	R\$ 8.044.708.454,35	R\$ 7.244.334.362,10	R\$ 4.756.896.979,45	R\$ 14.493.715,29	R\$ 16.089.416,91	R\$ 14.488.668,72	R\$ 9.513.793,96
10	25/07/2017 24/07/2018	R\$ 7.397.428.607,92	R\$ 8.211.856.694,63	R\$ 7.394.852.898,29	R\$ 4.855.732.998,65	R\$ 14.794.857,22	R\$ 16.423.713,39	R\$ 14.789.705,80	R\$ 9.711.466,00
11	25/07/2018 24/07/2019	R\$ 7.664.501.027,57	R\$ 8.508.332.747,80	R\$ 7.661.832.326,04	R\$ 5.031.041.532,19	R\$ 15.329.002,06	R\$ 17.016.665,50	R\$ 15.323.664,65	R\$ 10.062.083,06
12	25/07/2019 24/07/2020	R\$ 7.906.712.314,35	R\$ 8.777.210.554,17	R\$ 7.903.959.277,31	R\$ 5.190.031.013,56	R\$ 15.813.424,63	R\$ 17.554.421,11	R\$ 15.807.918,55	R\$ 10.380.062,03
13	25/07/2020 24/07/2021	R\$ 8.119.746.504,65	R\$ 9.013.698.979,34	R\$ 8.116.919.291,26	R\$ 5.329.868.408,75	R\$ 16.239.493,01	R\$ 18.027.397,96	R\$ 16.233.838,58	R\$ 10.659.736,82
14	25/07/2021 24/07/2022	R\$ 8.919.751.746,44	R\$ 9.901.781.683,30	R\$ 8.916.645.979,33	R\$ 5.854.998.431,30	R\$ 17.839.503,49	R\$ 19.803.563,37	R\$ 17.833.291,96	R\$ 11.709.996,86

LIMITE DE COBERTURA CONTRATUAL	CONSÓRCIO	COBERTURA CONS.	COBERTURA TOTAL
	PAMPULHA	R\$ 17.839.503,49	R\$ 67.186.355,68
	BH LESTE	R\$ 19.803.563,37	
	DEZ	R\$ 17.833.291,96	
	DOM PEDRO II	R\$ 11.709.996,86	

Data	INPC	INPC % acum	VALORES DOS CONTRATOS ATUALIZADOS			
			Pampulha	BH Leste	DEZ	Dom Pedro II
jul/08	2.930,03	1,0000	R\$ 4.330.788.653,28	R\$ 4.807.591.621,42	R\$ 4.329.280.716,59	R\$ 2.842.765.302,45
ago/08	2.936,18	1,0021	R\$ 4.339.878.782,12	R\$ 4.817.682.538,06	R\$ 4.338.367.680,34	R\$ 2.848.732.137,81
set/08	2.940,58	1,0036	R\$ 4.346.382.288,94	R\$ 4.824.902.055,65	R\$ 4.344.868.922,70	R\$ 2.853.001.093,19
out/08	2.955,28	1,0086	R\$ 4.368.109.913,98	R\$ 4.849.021.807,61	R\$ 4.366.588.982,41	R\$ 2.867.263.285,03
nov/08	2.966,51	1,0125	R\$ 4.384.708.637,06	R\$ 4.867.447.985,47	R\$ 4.383.181.925,98	R\$ 2.878.158.823,42
dez/08	2.975,11	1,0154	R\$ 4.397.420.036,74	R\$ 4.881.558.860,76	R\$ 4.395.888.899,68	R\$ 2.886.502.690,75
jan/09	2.994,15	1,0219	R\$ 4.425.562.484,42	R\$ 4.912.799.682,35	R\$ 4.424.021.548,44	R\$ 2.904.975.624,94
fev/09	3.003,43	1,0251	R\$ 4.439.278.971,52	R\$ 4.928.026.301,27	R\$ 4.437.733.259,60	R\$ 2.913.979.239,92
mar/09	3.009,44	1,0271	R\$ 4.448.162.170,60	R\$ 4.937.887.505,99	R\$ 4.446.613.365,64	R\$ 2.919.810.244,88
abr/09	3.025,99	1,0328	R\$ 4.472.624.224,65	R\$ 4.965.042.736,93	R\$ 4.471.066.902,25	R\$ 2.935.867.338,41
mai/09	3.044,15	1,0389	R\$ 4.499.465.970,96	R\$ 4.994.839.655,00	R\$ 4.497.899.302,54	R\$ 2.953.486.481,52
jun/09	3.056,93	1,0433	R\$ 4.518.355.702,12	R\$ 5.015.809.072,01	R\$ 4.516.782.456,48	R\$ 2.965.885.856,47
jul/09	3.063,96	1,0457	R\$ 4.528.746.532,32	R\$ 5.027.343.892,17	R\$ 4.527.169.668,71	R\$ 2.972.706.482,90
ago/09	3.066,41	1,0465	R\$ 4.532.367.803,16	R\$ 5.031.363.850,83	R\$ 4.530.789.678,66	R\$ 2.975.083.514,87
set/09	3.071,32	1,0482	R\$ 4.539.625.125,54	R\$ 5.039.420.176,14	R\$ 4.538.044.474,11	R\$ 2.979.847.280,99
out/09	3.078,69	1,0507	R\$ 4.550.518.499,46	R\$ 5.051.512.868,11	R\$ 4.548.934.055,06	R\$ 2.986.997.781,25
nov/09	3.090,08	1,0546	R\$ 4.567.353.713,69	R\$ 5.070.201.573,88	R\$ 4.565.763.407,45	R\$ 2.998.048.554,38
dez/09	3.097,50	1,0572	R\$ 4.578.320.991,09	R\$ 5.082.376.305,82	R\$ 4.576.726.866,15	R\$ 3.005.247.565,50
jan/10	3.124,76	1,0665	R\$ 4.618.613.171,95	R\$ 5.127.104.498,91	R\$ 4.617.005.017,69	R\$ 3.031.695.684,51
fev/10	3.146,63	1,0739	R\$ 4.650.938.556,97	R\$ 5.162.988.782,95	R\$ 4.649.319.147,33	R\$ 3.052.914.333,18
mar/10	3.168,97	1,0815	R\$ 4.683.958.634,75	R\$ 5.199.644.242,73	R\$ 4.682.327.727,86	R\$ 3.074.588.983,90
abr/10	3.192,10	1,0894	R\$ 4.718.146.387,63	R\$ 5.237.595.934,08	R\$ 4.716.503.576,90	R\$ 3.097.030.106,16
mai/10	3.205,83	1,0941	R\$ 4.738.440.285,03	R\$ 5.260.124.110,57	R\$ 4.736.790.408,18	R\$ 3.110.351.187,38
jun/10	3.202,30	1,0929	R\$ 4.733.222.698,88	R\$ 5.254.332.088,50	R\$ 4.731.574.638,74	R\$ 3.106.926.320,90
jul/10	3.200,06	1,0922	R\$ 4.729.911.822,68	R\$ 5.250.656.697,73	R\$ 4.728.264.915,35	R\$ 3.104.753.034,53
ago/10	3.197,82	1,0914	R\$ 4.726.600.946,49	R\$ 5.246.981.306,95	R\$ 4.724.955.191,97	R\$ 3.102.579.748,15
set/10	3.215,09	1,0973	R\$ 4.752.127.210,74	R\$ 5.275.317.913,51	R\$ 4.750.472.568,23	R\$ 3.119.335.398,02
out/10	3.244,67	1,1074	R\$ 4.795.848.513,37	R\$ 5.323.852.761,33	R\$ 4.794.178.647,56	R\$ 3.148.034.420,77
nov/10	3.278,09	1,1188	R\$ 4.845.245.603,78	R\$ 5.378.688.279,05	R\$ 4.843.558.538,39	R\$ 3.180.459.077,32
dez/10	3.297,76	1,1255	R\$ 4.874.319.235,38	R\$ 5.410.962.804,29	R\$ 4.872.622.046,85	R\$ 3.199.543.248,30
jan/11	3.328,76	1,1361	R\$ 4.920.139.397,03	R\$ 5.461.827.587,33	R\$ 4.918.426.254,39	R\$ 3.229.619.979,38
fev/11	3.346,74	1,1422	R\$ 4.946.715.090,79	R\$ 5.491.329.161,50	R\$ 4.944.992.694,76	R\$ 3.247.064.483,41
mar/11	3.368,83	1,1498	R\$ 4.979.365.651,15	R\$ 5.527.574.421,42	R\$ 4.977.631.886,52	R\$ 3.268.496.579,85
abr/11	3.393,09	1,1580	R\$ 5.015.223.622,82	R\$ 5.567.380.216,15	R\$ 5.013.477.372,81	R\$ 3.292.034.047,46
mai/11	3.412,43	1,1646	R\$ 5.043.809.491,41	R\$ 5.599.113.277,57	R\$ 5.042.053.288,09	R\$ 3.310.798.046,79
jun/11	3.419,94	1,1672	R\$ 5.054.909.795,09	R\$ 5.611.435.681,46	R\$ 5.053.149.726,76	R\$ 3.318.084.377,45
jul/11	3.419,94	1,1672	R\$ 5.054.909.795,09	R\$ 5.611.435.681,46	R\$ 5.053.149.726,76	R\$ 3.318.084.377,45
ago/11	3.434,30	1,1721	R\$ 5.076.134.876,42	R\$ 5.634.997.561,61	R\$ 5.074.367.417,73	R\$ 3.332.016.695,46
set/11	3.449,76	1,1774	R\$ 5.098.985.834,46	R\$ 5.660.364.321,15	R\$ 5.097.210.419,30	R\$ 3.347.016.252,32
out/11	3.460,80	1,1811	R\$ 5.115.303.724,29	R\$ 5.678.478.747,12	R\$ 5.113.522.627,40	R\$ 3.357.727.449,45
nov/11	3.480,52	1,1879	R\$ 5.144.451.259,38	R\$ 5.710.835.312,33	R\$ 5.142.660.013,62	R\$ 3.376.860.131,29
dez/11	3.498,27	1,1939	R\$ 5.170.686.997,10	R\$ 5.739.959.502,62	R\$ 5.168.886.616,32	R\$ 3.394.081.485,38
jan/12	3.516,11	1,2000	R\$ 5.197.055.761,10	R\$ 5.769.231.364,86	R\$ 5.195.246.198,98	R\$ 3.411.390.159,01
fev/12	3.529,82	1,2047	R\$ 5.217.320.097,11	R\$ 5.791.726.725,36	R\$ 5.215.503.479,16	R\$ 3.424.691.835,88
mar/12	3.536,17	1,2069	R\$ 5.226.705.839,90	R\$ 5.802.145.801,89	R\$ 5.224.885.953,93	R\$ 3.430.852.714,67
abr/12	3.558,80	1,2146	R\$ 5.260.154.557,90	R\$ 5.839.277.093,51	R\$ 5.258.323.025,43	R\$ 3.452.808.728,36
mai/12	3.578,37	1,2213	R\$ 5.289.080.382,53	R\$ 5.871.387.538,81	R\$ 5.287.238.778,38	R\$ 3.471.795.877,63
jun/12	3.587,67	1,2244	R\$ 5.302.826.431,03	R\$ 5.886.646.973,72	R\$ 5.300.980.040,64	R\$ 3.480.818.896,95
jul/12	3.603,10	1,2297	R\$ 5.325.633.046,98	R\$ 5.911.964.509,28	R\$ 5.323.778.715,56	R\$ 3.495.789.347,30
ago/12	3.619,31	1,2352	R\$ 5.349.592.557,31	R\$ 5.938.561.868,42	R\$ 5.347.729.883,44	R\$ 3.511.516.567,00
set/12	3.642,12	1,2430	R\$ 5.383.307.327,87	R\$ 5.975.988.503,94	R\$ 5.381.432.914,85	R\$ 3.533.647.219,78
out/12	3.667,97	1,2519	R\$ 5.421.515.430,41	R\$ 6.018.403.169,80	R\$ 5.419.627.713,72	R\$ 3.558.727.332,63
nov/12	3.687,78	1,2586	R\$ 5.450.795.991,78	R\$ 6.050.907.406,97	R\$ 5.448.898.079,89	R\$ 3.577.947.334,01
dez/12	3.715,07	1,2679	R\$ 5.491.132.514,73	R\$ 6.095.684.824,04	R\$ 5.489.220.558,08	R\$ 3.604.424.559,53
jan/13	3.749,25	1,2796	R\$ 5.541.652.938,13	R\$ 6.151.767.349,35	R\$ 5.539.723.390,78	R\$ 3.637.586.581,10
fev/13	3.768,75	1,2862	R\$ 5.570.475.297,88	R\$ 6.183.762.938,68	R\$ 5.568.535.714,87	R\$ 3.656.505.815,17
mar/13	3.791,36	1,2940	R\$ 5.603.894.454,49	R\$ 6.220.861.414,32	R\$ 5.601.943.235,27	R\$ 3.678.442.424,51
abr/13	3.813,73	1,3016	R\$ 5.636.958.874,37	R\$ 6.257.566.098,08	R\$ 5.634.996.142,46	R\$ 3.700.146.181,75
mai/13	3.827,08	1,3062	R\$ 5.656.691.105,28	R\$ 6.279.470.770,78	R\$ 5.654.721.502,80	R\$ 3.713.098.580,46
jun/13	3.837,80	1,3098	R\$ 5.672.536.012,79	R\$ 6.297.060.140,92	R\$ 5.670.560.893,28	R\$ 3.723.499.308,11

Data	INPC	INPC % acum	VALORES DOS CONTRATOS ATUALIZADOS			
			Pampulha	BH Leste	DEZ	Dom Pedro II
jul/13	3.832,81	1,3081	R\$ 5.665.160.444,83	R\$ 6.288.872.551,64	R\$ 5.663.187.893,42	R\$ 3.718.657.924,62
ago/13	3.838,94	1,3102	R\$ 5.674.221.012,28	R\$ 6.298.930.652,29	R\$ 5.672.245.306,07	R\$ 3.724.605.355,64
set/13	3.849,31	1,3137	R\$ 5.689.548.595,39	R\$ 6.315.945.742,62	R\$ 5.687.567.552,27	R\$ 3.734.666.507,30
out/13	3.872,79	1,3218	R\$ 5.724.253.672,67	R\$ 6.354.471.713,78	R\$ 5.722.260.545,59	R\$ 3.757.447.205,55
nov/13	3.893,70	1,3289	R\$ 5.755.160.110,74	R\$ 6.388.780.830,34	R\$ 5.753.156.222,35	R\$ 3.777.734.445,77
dez/13	3.921,73	1,3385	R\$ 5.796.590.405,30	R\$ 6.434.772.439,01	R\$ 5.794.572.091,30	R\$ 3.804.929.631,98
jan/14	3.946,44	1,3469	R\$ 5.833.113.508,34	R\$ 6.475.316.593,49	R\$ 5.831.082.477,37	R\$ 3.828.903.697,30
fev/14	3.971,70	1,3555	R\$ 5.870.449.549,74	R\$ 6.516.763.187,68	R\$ 5.868.405.518,74	R\$ 3.853.411.382,05
mar/14	4.004,27	1,3666	R\$ 5.918.590.280,87	R\$ 6.570.204.025,86	R\$ 5.916.529.487,76	R\$ 3.885.011.354,03
abr/14	4.035,50	1,3773	R\$ 5.964.750.398,57	R\$ 6.621.446.192,78	R\$ 5.962.673.532,97	R\$ 3.915.311.235,05
mai/14	4.059,71	1,3856	R\$ 6.000.534.466,75	R\$ 6.661.169.947,54	R\$ 5.998.445.141,50	R\$ 3.938.800.191,81
jun/14	4.070,27	1,3892	R\$ 6.016.142.883,11	R\$ 6.678.496.789,77	R\$ 6.014.048.123,16	R\$ 3.949.045.684,72
jul/14	4.075,56	1,3910	R\$ 6.023.961.871,98	R\$ 6.687.176.618,87	R\$ 6.021.864.389,55	R\$ 3.954.178.133,35
ago/14	4.082,90	1,3935	R\$ 6.034.810.903,81	R\$ 6.699.220.086,86	R\$ 6.032.709.643,85	R\$ 3.961.299.527,09
set/14	4.102,90	1,4003	R\$ 6.064.372.298,42	R\$ 6.732.036.075,92	R\$ 6.062.260.745,49	R\$ 3.980.703.869,73
out/14	4.118,49	1,4056	R\$ 6.087.415.405,52	R\$ 6.757.616.139,39	R\$ 6.085.295.829,21	R\$ 3.995.829.554,81
nov/14	4.140,32	1,4131	R\$ 6.119.681.667,75	R\$ 6.793.434.791,45	R\$ 6.117.550.856,65	R\$ 4.017.009.394,80
dez/14	4.165,99	1,4218	R\$ 6.157.623.717,74	R\$ 6.835.554.113,41	R\$ 6.155.479.695,60	R\$ 4.041.914.868,57
jan/15	4.227,64	1,4429	R\$ 6.248.746.716,64	R\$ 6.936.709.399,69	R\$ 6.246.570.966,40	R\$ 4.101.728.754,74
fev/15	4.276,69	1,4596	R\$ 6.321.246.036,93	R\$ 7.017.190.612,86	R\$ 6.319.045.043,17	R\$ 4.149.317.905,05
mar/15	4.341,26	1,4816	R\$ 6.416.684.999,45	R\$ 7.123.137.033,55	R\$ 6.414.450.774,81	R\$ 4.211.964.825,25
abr/15	4.372,08	1,4922	R\$ 6.462.239.108,55	R\$ 7.173.706.472,69	R\$ 6.459.989.022,43	R\$ 4.241.866.917,25
mai/15	4.415,37	1,5069	R\$ 6.526.224.747,20	R\$ 7.244.736.681,01	R\$ 6.523.952.381,92	R\$ 4.283.867.616,88
jun/15	4.449,36	1,5185	R\$ 6.576.464.337,35	R\$ 7.300.507.454,42	R\$ 6.574.174.479,16	R\$ 4.316.845.297,18
jul/15	4.475,17	1,5273	R\$ 6.614.613.317,10	R\$ 7.342.856.488,31	R\$ 6.612.310.175,82	R\$ 4.341.886.601,35
ago/15	4.486,36	1,5312	R\$ 6.631.152.917,39	R\$ 7.361.217.034,19	R\$ 6.628.844.017,19	R\$ 4.352.743.331,06
set/15	4.509,24	1,5390	R\$ 6.664.971.152,83	R\$ 7.398.758.525,67	R\$ 6.662.650.477,46	R\$ 4.374.941.899,03
out/15	4.543,96	1,5508	R\$ 6.716.289.733,88	R\$ 7.455.727.082,68	R\$ 6.713.951.189,90	R\$ 4.408.627.837,84
nov/15	4.594,40	1,5680	R\$ 6.790.843.571,10	R\$ 7.538.489.007,09	R\$ 6.788.479.068,24	R\$ 4.457.565.589,97
dez/15	4.635,75	1,5822	R\$ 6.851.961.754,47	R\$ 7.606.336.064,48	R\$ 6.849.575.970,87	R\$ 4.497.684.068,37
jan/16	4.705,75	1,6060	R\$ 6.955.426.635,62	R\$ 7.721.192.026,19	R\$ 6.953.004.826,60	R\$ 4.565.599.267,59
fev/16	4.750,45	1,6213	R\$ 7.021.496.352,59	R\$ 7.794.535.761,74	R\$ 7.019.051.538,76	R\$ 4.608.967.973,37
mar/16	4.771,36	1,6284	R\$ 7.052.402.790,66	R\$ 7.828.844.878,30	R\$ 7.049.947.215,53	R\$ 4.629.255.213,60
abr/16	4.801,89	1,6389	R\$ 7.097.528.259,54	R\$ 7.878.938.485,61	R\$ 7.095.056.972,18	R\$ 4.658.875.942,63
mai/16	4.848,95	1,6549	R\$ 7.167.086.221,07	R\$ 7.956.154.507,87	R\$ 7.164.590.714,33	R\$ 4.704.534.360,85
jun/16	4.871,74	1,6627	R\$ 7.200.771.430,23	R\$ 7.993.548.327,40	R\$ 7.198.264.194,65	R\$ 4.726.645.609,28
jul/16	4.902,92	1,6733	R\$ 7.246.857.644,44	R\$ 8.044.708.454,35	R\$ 7.244.334.362,10	R\$ 4.756.896.979,45
ago/16	4.918,12	1,6785	R\$ 7.269.324.304,35	R\$ 8.069.648.606,03	R\$ 7.266.793.199,34	R\$ 4.771.644.279,85
set/16	4.922,05	1,6799	R\$ 7.275.133.118,39	R\$ 8.076.096.947,88	R\$ 7.272.599.990,82	R\$ 4.775.457.233,18
out/16	4.930,42	1,6827	R\$ 7.287.504.562,04	R\$ 8.089.830.439,31	R\$ 7.284.967.126,85	R\$ 4.783.577.950,57
nov/16	4.933,87	1,6839	R\$ 7.292.603.902,61	R\$ 8.095.491.197,42	R\$ 7.290.064.691,88	R\$ 4.786.925.199,67
dez/16	4.940,78	1,6863	R\$ 7.302.817.364,45	R\$ 8.106.829.121,64	R\$ 7.300.274.597,50	R\$ 4.793.629.400,05
jan/17	4.961,53	1,6933	R\$ 7.333.487.311,36	R\$ 8.140.875.710,29	R\$ 7.330.933.865,45	R\$ 4.813.761.405,54
fev/17	4.973,44	1,6974	R\$ 7.351.091.121,86	R\$ 8.160.417.631,78	R\$ 7.348.531.546,47	R\$ 4.825.316.691,58
mar/17	4.989,36	1,7028	R\$ 7.374.621.991,97	R\$ 8.186.539.159,07	R\$ 7.372.054.223,38	R\$ 4.840.762.548,31
abr/17	4.993,35	1,7042	R\$ 7.380.519.490,19	R\$ 8.193.085.948,89	R\$ 7.377.949.668,16	R\$ 4.844.633.714,67
mai/17	5.011,33	1,7103	R\$ 7.407.095.183,95	R\$ 8.222.587.523,05	R\$ 7.404.516.108,53	R\$ 4.862.078.218,70
jun/17	4.996,30	1,7052	R\$ 7.384.879.795,90	R\$ 8.197.926.307,27	R\$ 7.382.308.455,65	R\$ 4.847.495.855,21
jul/17	5.004,79	1,7081	R\$ 7.397.428.607,92	R\$ 8.211.856.694,63	R\$ 7.394.852.898,29	R\$ 4.855.732.998,65
ago/17	5.003,29	1,7076	R\$ 7.395.211.503,32	R\$ 8.209.395.495,45	R\$ 7.392.636.565,67	R\$ 4.854.277.672,96
set/17	5.002,29	1,7072	R\$ 7.393.733.433,59	R\$ 8.207.754.696,00	R\$ 7.391.159.010,59	R\$ 4.853.307.455,83
out/17	5.020,80	1,7136	R\$ 7.421.092.504,30	R\$ 8.238.125.893,87	R\$ 7.418.508.555,15	R\$ 4.871.266.174,93
nov/17	5.029,84	1,7167	R\$ 7.434.454.254,67	R\$ 8.252.958.720,93	R\$ 7.431.865.653,09	R\$ 4.880.036.937,80
dez/17	5.042,92	1,7211	R\$ 7.453.787.406,75	R\$ 8.274.420.377,77	R\$ 7.451.192.073,56	R\$ 4.892.727.377,89
jan/18	5.054,52	1,7251	R\$ 7.470.933.015,63	R\$ 8.293.453.651,43	R\$ 7.468.331.712,51	R\$ 4.903.981.896,62
fev/18	5.063,62	1,7282	R\$ 7.484.383.450,18	R\$ 8.308.384.926,45	R\$ 7.481.777.463,76	R\$ 4.912.810.872,51
mar/18	5.067,16	1,7294	R\$ 7.489.615.817,02	R\$ 8.314.193.356,52	R\$ 7.487.008.008,75	R\$ 4.916.245.441,16
abr/18	5.077,80	1,7330	R\$ 7.505.342.478,96	R\$ 8.331.651.462,70	R\$ 7.502.729.194,82	R\$ 4.926.568.551,44
mai/18	5.099,63	1,7405	R\$ 7.537.608.741,18	R\$ 8.367.470.114,76	R\$ 7.534.984.222,26	R\$ 4.947.748.391,43
jun/18	5.172,55	1,7654	R\$ 7.645.389.585,95	R\$ 8.487.117.210,87	R\$ 7.642.727.538,83	R\$ 5.018.496.624,67

Data	INPC	INPC % acum	VALORES DOS CONTRATOS ATUALIZADOS			
			Pampulha	BH Leste	DEZ	Dom Pedro II
jul/18	5.185,48	1,7698	R\$ 7.664.501.027,57	R\$ 8.508.332.747,80	R\$ 7.661.832.326,04	R\$ 5.031.041.532,19
ago/18	5.185,48	1,7698	R\$ 7.664.501.027,57	R\$ 8.508.332.747,80	R\$ 7.661.832.326,04	R\$ 5.031.041.532,19
set/18	5.201,04	1,7751	R\$ 7.687.499.792,58	R\$ 8.533.863.587,29	R\$ 7.684.823.083,11	R\$ 5.046.138.110,75
out/18	5.221,84	1,7822	R\$ 7.718.243.642,98	R\$ 8.567.992.215,91	R\$ 7.715.556.228,82	R\$ 5.066.318.627,09
nov/18	5.208,79	1,7777	R\$ 7.698.954.832,99	R\$ 8.546.579.783,05	R\$ 7.696.274.135,00	R\$ 5.053.657.293,53
dez/18	5.216,08	1,7802	R\$ 7.709.729.961,33	R\$ 8.558.541.211,06	R\$ 7.707.045.511,54	R\$ 5.060.730.176,42
jan/19	5.234,86	1,7866	R\$ 7.737.488.110,88	R\$ 8.589.355.424,79	R\$ 7.734.793.995,98	R\$ 5.078.950.854,15
fev/19	5.263,13	1,7963	R\$ 7.779.273.142,16	R\$ 8.635.740.825,33	R\$ 7.776.564.478,15	R\$ 5.106.378.892,46
mar/19	5.303,66	1,8101	R\$ 7.839.179.308,35	R\$ 8.702.242.427,16	R\$ 7.836.449.785,62	R\$ 5.145.701.792,81
abr/19	5.335,48	1,8210	R\$ 7.886.211.487,19	R\$ 8.754.452.665,76	R\$ 7.883.465.588,32	R\$ 5.176.574.101,94
mai/19	5.343,48	1,8237	R\$ 7.898.036.045,03	R\$ 8.767.579.061,38	R\$ 7.895.286.028,98	R\$ 5.184.335.839,00
jun/19	5.344,01	1,8239	R\$ 7.898.819.421,99	R\$ 8.768.448.685,09	R\$ 7.896.069.133,17	R\$ 5.184.850.054,08
jul/19	5.349,35	1,8257	R\$ 7.906.712.314,35	R\$ 8.777.210.554,17	R\$ 7.903.959.277,31	R\$ 5.190.031.013,56
ago/19	5.355,77	1,8279	R\$ 7.916.201.522,02	R\$ 8.787.744.486,66	R\$ 7.913.445.180,93	R\$ 5.196.259.807,55
set/19	5.353,09	1,8270	R\$ 7.912.240.295,15	R\$ 8.783.347.144,13	R\$ 7.909.485.333,31	R\$ 5.193.659.625,63
out/19	5.355,23	1,8277	R\$ 7.915.403.364,37	R\$ 8.786.858.454,96	R\$ 7.912.647.301,19	R\$ 5.195.735.890,29
nov/19	5.384,15	1,8376	R\$ 7.958.149.140,98	R\$ 8.834.310.375,14	R\$ 7.955.378.194,16	R\$ 5.223.794.569,74
dez/19	5.449,84	1,8600	R\$ 8.055.243.541,60	R\$ 8.942.094.491,21	R\$ 8.052.438.787,49	R\$ 5.287.528.133,13
jan/20	5.460,19	1,8635	R\$ 8.070.541.563,31	R\$ 8.959.076.765,55	R\$ 8.067.731.482,58	R\$ 5.297.569.880,44
fev/20	5.469,47	1,8667	R\$ 8.084.258.050,41	R\$ 8.974.303.384,47	R\$ 8.081.443.193,74	R\$ 5.306.573.495,42
mar/20	5.479,32	1,8701	R\$ 8.098.817.037,26	R\$ 8.990.465.259,09	R\$ 8.095.997.111,30	R\$ 5.316.130.134,17
abr/20	5.466,72	1,8658	R\$ 8.080.193.358,65	R\$ 8.969.791.185,98	R\$ 8.077.379.917,27	R\$ 5.303.905.398,31
mai/20	5.453,05	1,8611	R\$ 8.059.988.145,43	R\$ 8.947.361.457,45	R\$ 8.057.181.739,30	R\$ 5.290.642.530,12
jun/20	5.469,41	1,8667	R\$ 8.084.169.366,23	R\$ 8.974.204.936,51	R\$ 8.081.354.540,44	R\$ 5.306.515.282,39
jul/20	5.493,48	1,8749	R\$ 8.119.746.504,65	R\$ 9.013.698.979,34	R\$ 8.116.919.291,26	R\$ 5.329.868.408,75
ago/20	5.513,26	1,8816	R\$ 8.148.982.723,93	R\$ 9.046.153.992,52	R\$ 8.146.145.330,78	R\$ 5.349.059.303,62
set/20	5.561,23	1,8980	R\$ 8.219.885.728,91	R\$ 9.124.863.142,29	R\$ 8.217.023.648,06	R\$ 5.395.600.619,43
out/20	5.610,72	1,9149	R\$ 8.293.035.399,89	R\$ 9.206.066.307,22	R\$ 8.290.147.849,06	R\$ 5.443.616.665,28
nov/20	5.664,02	1,9331	R\$ 8.371.816.516,54	R\$ 9.293.520.918,06	R\$ 8.368.901.534,93	R\$ 5.495.329.238,40
dez/20	5.746,71	1,9613	R\$ 8.494.038.102,58	R\$ 9.429.198.624,84	R\$ 8.491.080.564,65	R\$ 5.575.556.493,02
jan/21	5.762,23	1,9666	R\$ 8.516.977.744,80	R\$ 9.454.663.832,35	R\$ 8.514.012.219,52	R\$ 5.590.614.262,90
fev/21	5.809,48	1,9827	R\$ 8.586.816.539,58	R\$ 9.532.191.606,50	R\$ 8.583.826.697,14	R\$ 5.636.457.022,38
mar/21	5.859,44	1,9998	R\$ 8.660.660.903,33	R\$ 9.614.165.947,18	R\$ 8.657.645.349,03	R\$ 5.684.929.070,28
abr/21	5.881,71	2,0074	R\$ 8.693.577.516,23	R\$ 9.650.706.551,00	R\$ 8.690.550.500,70	R\$ 5.706.535.805,80
mai/21	5.938,17	2,0267	R\$ 8.777.029.333,23	R\$ 9.743.346.088,12	R\$ 8.773.973.260,63	R\$ 5.761.314.265,06
jun/21	5.973,80	2,0388	R\$ 8.829.692.957,74	R\$ 9.801.807.772,63	R\$ 8.826.618.548,19	R\$ 5.795.883.101,46
jul/21	6.034,73	2,0596	R\$ 8.919.751.746,44	R\$ 9.901.781.683,30	R\$ 8.916.645.979,33	R\$ 5.854.998.431,30

INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 097/2021, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Assunto: Pedido de informações sobre as movimentações de depósitos no Fundo Garantidor do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato (FGE)

Referência: Requerimento de Comissão nº 1084/2021

A Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio do requerimento em referência, apresenta novo pedido de informações, de maneira a complementar as informações anteriormente prestadas ao Requerimento nº 682/2021, solicitando desta vez que seja informado:

- “1. as informações, mensais e anuais, discriminando os depósitos realizados para o FGE, enviados os extratos e os documentos pertinentes;*
- 2. que seja explicado qual o montante real, atualizado e a razão da defasagem de depósitos acima descrita;*
- 3. que sejam informadas outras questões e enviados os documentos pertinentes para melhor compreensão da questão.”*

Segue abaixo os devidos esclarecimentos a respeito do pedido de informações.

Quanto às **informações mensais e anuais relativas ao FGE**, conforme solicitado no Requerimento em questão, foi elaboradas as tabelas 1 e 2, as quais seguem anexas a esta Nota, constando a consolidação mensal e anual dos depósitos realizados pelo Consórcio Operacional – TRANSFÁCIL. Para fins de comprovação das movimentações em questão, foram juntados ainda os extratos bancários desde o início da operação dos serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus decorrente do Edital de Concorrência nº 131/2008.

Em relação à **defasagem de valores mencionada**, esclarecemos que, em razão dos registros e extratos que foram identificados, verificou-se que os valores devidos, à título de depósito ao FGE a serem repassados pelo TRANSFÁCIL, perfazem o valor de R\$ 122.743.285,80 até a competência de julho/2021. Em relação a este, apurou-se que o valor total depositado pelo Consórcio Operacional soma a monta de R\$ 112.629.103,07.

No que tange **outros esclarecimentos**, informamos que foi apurado que o TRANSFÁCIL se encontra com valores pendentes, a serem transferidos ao Fundo (FGE), no valor total de R\$ 10.114.182,73. Estes valores são referentes às competências de dezembro/2019 à maio/2021, além da competência de julho/2021 que também se encontra em aberto desde o dia 07/08/2021.

Conforme mencionado nos esclarecimentos do primeiro item, seguem acostados como anexos os extratos bancários mensais, bem como as tabelas 1 e 2 de consolidação dos valores de depósitos (devidos e realizados).



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GCETT Nº 097/2021, DE 26 DE AGOSTO DE
2021**

Estas são as informações técnicas disponíveis.

**Eriênio Jaderson de
Souza BT002150**

Assinado de forma digital por
Eriênio Jaderson de Souza
BT002150
Dados: 2021.08.27 15:16:51
-03'00'

Eriênio Jaderson de Souza – BT02150
Gerência de Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

De acordo,

**Felipe Melo
Rocha - BT02147**

Assinado de forma digital por
Felipe Melo Rocha - BT02147
Dados: 2021.08.27 15:10:36
-03'00'

Felipe Melo Rocha – BT02147
Superintendência de Transporte Público – SUTP
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

www.bhtrans.pbh.gov.br

*Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900 – Bairro Buritis
Belo Horizonte – MG – CEP 30455-902*

Anexo I

Tabela 1

Valores de depósitos
consolidados por mês

MÊS DE REFERÊNCIA	DEPÓSITOS FGE		CONS. PAMPULHA		CONS. BH LESTE		CONS. DEZ		CONS. DOM PEDRO II		SISTEMA	
	DATA PREVISTA	DATA EFETIVA	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO
nov/08	05/12/2008	19/12/2008	106.049,01	108.662,64	103.054,37	102.550,88	94.617,09	88.404,11	52.229,37	55.910,37	355.949,84	355.528,00
dez/08	08/01/2009	08/01/2009	195.497,78	209.099,24	192.154,77	191.997,26	176.614,34	168.045,18	109.309,57	105.001,11	673.576,46	674.142,79
jan/09	06/02/2009	06/02/2009	190.123,24	200.225,83	191.761,71	185.002,90	164.784,75	161.815,30	102.491,47	100.219,35	649.161,17	647.263,38
fev/09	06/03/2009	06/03/2009	184.290,83	195.716,61	184.611,22	180.223,29	163.136,55	158.434,45	100.350,42	98.336,05	632.389,02	632.710,40
mar/09	07/04/2009	07/04/2009	234.220,10	243.859,03	226.937,24	223.394,86	202.612,61	195.909,72	123.746,96	121.669,77	787.516,91	784.833,38
abr/09	08/05/2009	08/05/2009	214.122,47	222.835,84	206.430,21	204.964,81	186.850,70	179.108,46	112.880,14	111.542,47	720.283,52	718.451,58
mai/09	05/06/2009	05/06/2009	223.606,26	233.536,88	216.065,21	214.482,16	193.697,39	186.970,60	118.170,27	117.186,75	751.539,13	752.176,39
jun/09	07/07/2009	07/07/2009	221.566,91	231.545,19	214.777,02	211.451,85	191.613,28	184.988,35	116.902,73	116.850,74	744.859,94	744.836,13
jul/09	07/08/2009	07/08/2009	221.850,17	232.480,85	216.099,80	212.190,27	192.128,37	185.434,59	117.069,42	116.969,23	747.147,76	747.074,94
ago/09	08/09/2009	01/09/2009	222.544,95	152.039,76	215.019,16	138.520,54	193.372,81	121.225,87	117.562,85	76.976,25	748.499,76	488.762,42
		08/09/2009		80.611,84		73.766,66		64.306,35		41.052,17		259.737,02
set/09	07/10/2009	06/10/2009	224.918,49	233.467,63	217.148,40	215.834,72	195.723,39	188.034,18	118.409,45	118.887,53	756.199,74	756.224,06
out/09	09/11/2009	29/10/2009	226.478,67	148.902,22	219.452,86	137.554,55	197.177,81	118.745,21	119.313,32	75.531,98	762.422,66	480.733,96
		06/11/2009		87.622,50		80.406,39		69.577,09		44.092,41		281.698,39
nov/09	07/12/2009	30/11/2009	222.402,38	158.331,31	215.774,08	146.063,59	193.679,72	126.058,91	117.620,54	80.148,55	749.476,73	510.602,36
		07/12/2009		73.976,34		68.357,18		59.083,43		37.460,42		238.877,37
dez/09	08/01/2010	30/12/2009	212.224,06	155.407,75	213.061,48	144.195,90	189.038,65	126.033,38	112.898,44	78.924,83	727.222,63	504.561,86
		08/01/2010		68.467,55		63.817,55		55.916,46		34.629,28		222.830,84
jan/10	05/02/2010	28/01/2010	193.322,93	128.425,44	191.123,06	120.447,69	171.202,54	105.194,20	102.047,42	65.316,48	657.695,95	419.383,81
		05/02/2010		73.019,42		68.340,40		59.873,68		37.078,64		238.312,14
fev/10	05/03/2010	26/02/2010	172.709,19	108.085,03	171.720,41	99.715,08	153.800,47	87.787,39	95.368,33	54.826,74	593.598,40	350.414,24
		05/03/2010		75.355,23		69.375,31		58.933,79		39.519,76		243.184,09
mar/10	08/04/2010	31/03/2010	233.620,44	160.558,34	227.823,83	146.791,74	204.209,06	128.169,94	125.856,79	80.841,15	791.510,12	516.361,17
		08/04/2010		85.307,94		78.077,09		68.874,29		42.889,66		275.148,98
abr/10	07/05/2010	29/04/2010	213.160,27	147.227,70	207.155,53	135.276,02	186.923,30	118.682,26	113.352,85	74.343,59	720.591,95	475.529,57
		07/05/2010		75.936,08		69.646,54		61.047,92		38.431,85		245.062,39
mai/10	08/06/2010	31/05/2010	227.553,95	156.840,01	221.791,06	143.790,98	199.854,87	125.941,02	120.796,27	79.601,08	769.996,15	506.173,09
		08/06/2010		81.627,12		74.920,50		65.961,19		41.314,26		263.823,07
jun/10	07/07/2010	30/06/2010	215.584,77	147.675,83	210.762,28	135.830,73	189.262,58	119.659,87	113.948,10	75.328,16	729.557,73	478.494,59
		07/07/2010		77.825,64		71.037,39		62.782,23		39.427,53		251.072,79
jul/10	06/08/2010	30/07/2010	216.533,22	149.061,58	213.821,35	136.343,54	191.832,35	120.632,73	115.393,40	75.657,05	737.580,32	481.694,90
		06/08/2010		79.244,61		72.092,90		64.456,09		40.091,83		255.885,43
ago/10	08/09/2010	31/08/2010	235.266,83	163.635,85	228.663,43	148.638,00	203.777,01	130.603,15	125.087,36	83.105,78	792.794,63	525.982,78
		08/09/2010		82.861,74		75.353,95		66.476,33		42.119,41		266.811,43
set/10	07/10/2010	07/10/2010	224.970,90	152.455,37	218.645,56	138.416,73	196.833,15	121.938,15	119.342,77	77.424,94	759.792,38	490.235,19
		07/10/2010		84.413,27		75.749,58		66.830,07		42.564,30		269.557,22
out/10	08/11/2010	04/11/2010	223.050,05	151.809,67	218.371,61	137.154,58	196.299,11	121.124,52	118.879,72	76.900,74	756.600,49	486.989,51
		08/11/2010		83.984,54		75.973,33		67.104,18		42.548,71		269.610,76
nov/10	07/12/2010	03/12/2010	220.244,08	153.468,15	213.956,10	138.370,08	192.869,79	122.745,44	116.713,17	77.753,39	743.783,14	492.337,06
		07/12/2010		78.681,59		69.939,67		62.739,20		40.085,45		251.445,91
dez/10	08/01/2011	30/12/2010	219.632,25	161.877,70	217.782,99	144.113,06	193.630,77	128.310,45	117.531,13	81.029,91	748.577,14	515.331,12
		07/01/2011		73.471,05		65.104,29		58.055,82		36.614,89		233.246,05
jan/11	07/02/2011	01/02/2011	204.926,74	139.477,80	200.203,36	123.705,60	179.889,37	110.748,42	108.461,10	69.638,89	693.180,57	443.570,71

MÊS DE REFERÊNCIA	DEPÓSITOS FGE		CONS. PAMPULHA		CONS. BH LESTE		CONS. DEZ		CONS. DOM PEDRO II		SISTEMA	
	DATA PREVISTA	DATA EFETIVA	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO
jun/11	07/02/2011	08/02/2011	204.520,14	78.408,67	204.520,14	69.730,80	192.349,72	62.548,32	117.814,01	39.222,11	249.909,90	
fev/11	07/03/2011	28/02/2011	222.456,65	166.496,92	214.765,32	147.672,62	129.698,00	117.814,01	83.524,14	747.385,70	527.391,68	
		09/03/2011		69.203,09		61.524,52			34.726,68		219.994,00	
mar/11	07/04/2011	29/03/2011	234.000,11	146.806,15	224.947,46	130.677,93	204.081,22	123.314,83	116.056,30	118.250,82	786.343,62	511.791,20
		07/04/2011		101.114,59		88.191,05			79.289,77			268.595,41
abr/11	06/05/2011	29/04/2011	231.269,56	175.211,91	221.817,75	138.263,36	199.753,59	122.181,52	152.711,09	87.231,48	775.022,42	553.417,84
		06/05/2011		69.624,82		61.349,71			55.631,24			221.594,34
mai/11	07/06/2011	31/05/2011	255.534,77	180.451,40	242.760,69	156.638,62	219.194,17	134.562,63	142.087,41	89.792,64	852.052,26	568.970,07
		07/06/2011		89.500,82		78.044,06			70.790,72			283.084,72
jun/11	07/07/2011	01/07/2011	236.742,50	173.810,57	227.205,82	151.049,68	206.417,12	125.192,52	137.060,47	86.852,59	795.557,96	548.773,31
		07/07/2011		77.405,84		68.416,08			61.927,38			246.766,48
jul/11	05/08/2011	29/07/2011	227.949,21	164.039,66	220.868,73	142.968,88	200.157,83	120.742,66	129.045,89	81.722,50	769.718,43	517.776,93
		05/08/2011		79.647,33		69.703,51			62.747,11			251.942,49
ago/11	08/09/2011	31/08/2011	252.145,63	173.121,81	240.123,78	150.470,71	218.299,59	133.032,01	135.995,03	86.409,14	843.601,01	545.996,69
		08/09/2011		94.382,50		81.881,17			74.008,70			297.604,35
set/11	07/10/2011	30/09/2011	240.275,66	168.435,64	230.887,51	144.644,78	213.732,51	128.448,10	130.571,10	83.099,91	813.343,78	526.751,43
		07/10/2011		91.723,63		78.716,03			71.131,25			286.592,38
out/11	08/11/2011	31/10/2011	234.680,65	165.414,36	226.915,94	142.408,52	210.103,38	126.156,85	128.785,62	81.714,21	797.856,82	518.322,71
		08/11/2011		89.172,71		76.809,87			69.476,26			279.534,12
nov/11	07/12/2011	30/11/2011	232.244,75	159.903,85	224.193,67	137.760,65	207.891,07	125.116,03	124.690,67	79.172,60	789.445,52	501.527,77
		07/12/2011		92.519,38		78.479,41			71.555,41			287.917,75
dez/11	06/01/2012	06/01/2012	225.834,78	250.225,81	224.670,40	212.670,21	206.675,39	194.907,08	123.946,83	123.323,97	781.127,40	781.127,07
jan/12	07/02/2012	07/02/2012	221.237,25	242.600,57	216.454,10	206.145,45	199.664,01	190.257,97	120.260,48	118.611,88	757.615,84	757.615,87
fev/12	07/03/2012	07/03/2012	223.435,36	243.815,65	216.483,41	207.698,51	201.839,49	191.052,14	121.092,74	120.284,71	762.851,00	762.851,01
mar/12	07/04/2012	09/04/2012	258.266,92	277.972,21	244.977,06	236.289,46	223.440,37	213.972,48	138.983,78	137.433,85	865.668,13	865.668,00
abr/12	06/05/2011	08/05/2012	242.208,86	260.496,56	229.829,67	222.382,54	214.336,22	204.723,21	130.127,20	128.899,65	816.501,95	816.501,96
mai/12	07/06/2012	08/06/2012	275.308,35	295.527,15	259.143,59	265.898,63	241.621,17	216.708,44	147.842,93	145.781,91	923.916,04	923.916,13
jun/12	06/07/2012	06/07/2012	255.821,79	274.456,07	242.028,82	234.287,68	225.643,83	216.022,35	137.069,61	135.777,76	860.564,05	860.543,86
jul/12	07/08/2012	07/08/2012	248.016,12	267.990,75	235.624,71	227.521,64	221.293,39	211.748,51	134.244,95	131.918,30	839.179,17	839.179,20
ago/12	10/09/2012	10/09/2012	265.651,87	286.507,00	250.410,64	243.035,47	236.350,39	225.496,70	143.802,94	141.187,93	896.215,84	896.227,10
set/12	05/10/2012	05/10/2012	245.162,93	263.839,07	230.794,45	223.842,38	218.463,16	208.179,40	131.765,55	130.325,26	826.186,10	826.186,11
out/12	08/11/2012	08/11/2012	268.772,52	287.303,34	249.381,62	242.405,52	236.143,86	225.831,16	142.514,61	141.272,58	896.812,61	896.812,60
nov/12	07/12/2012	07/12/2012	250.183,76	267.467,08	233.013,67	226.692,45	221.641,23	210.110,70	131.678,76	132.244,14	836.517,41	836.514,37
dez/12	08/01/2013	08/01/2013	237.411,60	257.322,86	227.975,76	218.804,42	213.867,38	202.607,34	126.905,55	127.425,87	806.160,29	806.160,49
jan/13	07/02/2013	07/02/2013	235.375,08	252.145,74	219.479,83	214.148,35	210.233,10	198.242,01	123.492,62	124.044,51	788.580,62	788.580,61
fev/13	07/03/2013	07/03/2013	224.029,42	242.325,71	211.261,45	206.052,20	204.529,83	190.553,08	119.129,30	119.997,45	758.950,00	758.928,44
mar/13	05/04/2013	05/04/2013	264.027,27	282.810,24	245.893,36	240.253,78	236.651,35	222.198,75	138.651,51	139.961,21	885.223,49	885.223,98
abr/13	08/05/2013	08/05/2013	277.359,26	296.566,25	255.498,83	250.476,61	248.163,82	231.912,81	144.800,20	146.863,70	925.822,11	925.819,37
mai/13	07/06/2013	07/06/2013	270.565,08	287.119,63	248.050,57	242.930,08	239.455,74	255.849,28	140.674,24	142.846,73	898.745,63	928.745,72
jun/13	05/07/2013	05/07/2013	248.878,63	263.341,37	229.977,88	222.728,80	218.134,24	207.712,51	128.002,97	131.211,07	824.993,73	824.993,75
jul/13	07/08/2013	07/08/2013	251.093,90	267.561,27	234.169,69	225.127,77	220.674,87	210.011,66	129.823,49	132.265,34	835.761,95	834.966,04
ago/13	06/09/2013	06/09/2013	255.558,39	273.459,52	237.759,42	229.156,33	224.032,02	213.222,79	132.546,01	134.851,10	849.895,84	850.689,74
set/13	07/10/2013	06/10/2013	248.931,91	266.981,44	231.888,29	222.744,82	218.867,68	207.341,81	129.817,49	132.406,02	829.505,37	829.474,09

MÊS DE REFERÊNCIA	DEPÓSITOS FGE		CONS. PAMPULHA		CONS. BH LESTE		CONS. DEZ		CONS. DOM PEDRO II		SISTEMA	
	DATA PREVISTA	DATA EFETIVA	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO
out/13	07/11/2013	07/11/2013	261.210,72	280.645,14	243.305,29	233.806,00	232.278,16	219.151,89	136.258,51	139.482,03	873.052,68	873.085,06
nov/13	06/12/2013	06/12/2013	242.755,96	260.930,33	226.850,17	218.103,32	217.514,17	204.370,34	126.624,38	130.340,71	813.744,69	813.744,70
dez/13	08/01/2014	08/01/2014	226.370,18	245.233,87	218.662,60	206.434,02	204.659,31	194.062,51	119.394,54	123.331,64	769.086,63	769.062,04
jan/14	07/02/2014	07/02/2014	223.332,94	238.563,04	211.557,38	201.011,58	199.586,24	191.191,82	116.798,61	120.508,75	751.275,17	751.275,19
fev/14	10/03/2014	11/03/2014	226.516,44	241.281,58	211.771,12	202.765,73	199.631,66	124.718,44	119.043,67	122.501,18	756.962,89	691.266,93
mar/14	07/04/2014	07/04/2014	236.300,85	249.119,93	218.226,25	214.851,37	208.616,39	196.087,08	122.077,54	125.177,93	785.221,02	785.236,31
abr/14	08/05/2014	08/05/2014	240.312,62	252.133,08	224.393,70	222.109,78	211.323,42	198.915,83	124.143,41	126.891,59	800.173,15	800.050,28
mai/14	06/06/2014	06/06/2014	249.889,49	268.708,54	242.947,46	241.842,78	228.234,88	210.641,70	134.299,59	134.017,06	855.371,42	855.210,08
jun/14	07/07/2014	07/07/2014	201.276,53	241.646,04	225.900,84	212.112,00	207.114,57	183.298,61	121.131,27	118.292,09	755.423,21	755.348,74
jul/14	07/08/2014	07/08/2014	217.114,38	276.108,10	250.663,83	228.742,47	231.524,20	200.655,95	135.776,81	129.430,32	835.079,22	834.936,84
ago/14	05/09/2014	05/09/2014	223.689,38	284.823,26	261.197,03	236.813,49	237.923,42	208.194,41	141.343,46	133.716,34	864.153,29	863.547,50
set/14	07/10/2014	07/10/2014	231.465,10	292.848,06	273.902,37	246.795,42	245.123,86	215.021,28	145.177,95	140.645,02	895.669,28	895.309,78
out/14	07/11/2014	07/11/2014	237.827,21	296.386,92	279.395,76	253.030,61	248.700,19	219.960,81	148.137,30	144.681,56	914.060,46	914.059,90
nov/14	05/12/2014	05/12/2014	221.545,22	273.342,49	259.256,25	235.340,51	230.716,08	204.837,72	136.238,33	134.217,87	847.755,88	847.738,59
dez/14	08/01/2015	08/01/2015	206.093,93	261.772,21	252.548,05	225.103,17	221.575,39	196.048,49	131.009,97	128.236,54	811.227,34	811.160,41
jan/15	06/02/2015	06/02/2015	200.038,56	252.021,72	240.501,39	214.445,88	211.232,36	186.775,73	125.097,08	121.910,39	776.869,39	775.153,72
fev/15	10/03/2015	06/03/2015	200.028,78	249.408,10	235.444,50	213.678,07	211.540,81	185.711,16	124.045,54	122.188,47	771.059,63	770.985,80
mar/15	07/04/2015	08/04/2015	256.356,49	310.970,67	290.758,09	266.264,30	260.512,10	231.720,57	153.316,13	151.886,51	960.942,82	960.842,05
abr/15	08/05/2015	08/05/2015	230.515,78	279.187,48	263.497,59	242.222,97	235.201,17	208.622,72	138.380,09	137.359,04	867.594,63	867.392,21
mai/15	06/06/2015	08/06/2015	238.568,27	289.946,21	272.672,78	247.236,84	240.844,43	215.964,27	143.112,81	141.694,17	895.198,29	894.841,49
jun/15	07/07/2015	07/07/2015	230.744,85	280.983,61	265.472,22	239.779,63	230.966,74	208.287,48	140.630,07	138.563,73	867.813,88	867.614,45
jul/15	07/08/2015	07/08/2015	232.727,49	285.074,21	273.239,91	245.010,22	236.957,48	214.016,17	141.503,57	140.162,04	884.428,44	884.262,64
ago/15	08/09/2015	08/09/2015	247.563,10	297.953,26	282.431,86	256.793,65	249.459,98	224.511,26	148.004,82	147.939,88	927.459,76	927.198,05
set/15	07/10/2015	07/10/2015	246.681,67	293.262,84	277.278,31	251.151,65	243.319,21	221.416,19	144.835,77	146.180,11	912.114,96	912.010,79
out/15	09/11/2015	09/11/2015	243.383,98	289.385,08	274.872,69	248.063,96	241.071,60	219.261,61	143.575,85	146.179,29	902.904,11	902.889,94
nov/15	07/12/2015	07/12/2015	252.067,02	298.437,32	282.575,54	255.823,64	248.627,58	226.120,32	147.900,21	150.751,91	931.170,34	931.133,19
dez/15	08/01/2016	08/01/2016	232.412,38	283.302,65	273.664,29	241.998,68	237.332,96	214.938,94	140.351,35	143.312,13	883.760,98	883.552,40
jan/16	05/02/2016	05/02/2016	215.257,33	261.028,64	251.839,49	223.891,38	219.102,62	199.224,56	130.258,41	132.255,69	816.457,84	816.400,27
fev/16	07/03/2016	07/03/2016	235.475,03	282.610,93	270.949,56	243.890,82	237.394,82	215.902,88	140.915,21	142.248,02	884.734,61	884.652,65
mar/16	07/04/2016	07/04/2016	278.412,35	327.011,33	309.418,54	283.306,15	274.721,94	251.911,89	163.688,90	163.866,31	1.026.241,73	1.026.095,68
abr/16	06/05/2016	06/05/2016	260.037,76	303.822,96	288.322,40	265.822,70	254.256,37	233.758,89	154.309,35	153.336,41	956.925,88	956.740,96
mai/16	07/06/2016	07/06/2016	267.518,79	312.169,39	298.003,80	276.012,23	263.669,28	242.354,65	158.552,97	157.043,59	987.744,84	987.579,86
jun/16	07/07/2016	07/07/2016	269.659,25	314.704,54	300.039,49	276.431,44	265.724,23	244.431,00	159.656,59	159.365,06	995.079,56	994.932,04
jul/16	05/08/2016	05/08/2016	243.148,76	289.825,62	279.596,35	253.269,24	245.233,44	225.928,51	147.208,70	146.045,37	915.187,25	915.068,74
ago/16	08/09/2016	08/09/2016	269.317,91	315.132,15	299.231,29	274.591,04	266.367,60	245.959,28	159.827,10	158.892,02	994.743,90	994.574,49
set/16	07/10/2016	07/10/2016	259.964,25	303.568,75	285.963,23	261.457,86	254.748,54	236.021,30	152.394,23	151.857,19	953.070,25	952.905,10
out/16	08/11/2016	08/11/2016	251.299,87	292.961,26	279.886,47	256.481,07	248.454,37	230.755,25	148.478,22	147.708,65	928.118,93	927.906,23
nov/16	07/12/2016	07/12/2016	240.922,02	281.084,20	271.210,15	248.399,04	242.396,89	224.165,73	144.256,76	143.943,21	898.785,82	897.592,18
dez/16	06/01/2017	06/01/2017	230.976,82	275.968,86	271.936,73	244.802,67	237.961,83	219.803,34	141.278,03	141.382,68	882.153,41	881.957,55
jan/17	07/02/2017	07/02/2017	225.872,32	263.074,23	256.722,22	235.637,07	225.725,07	209.249,59	135.010,67	135.316,61	843.330,27	843.277,50
fev/17	07/03/2017	07/03/2017	226.431,99	263.078,23	254.270,53	233.540,30	224.913,75	208.732,07	134.825,06	134.947,26	840.441,33	840.297,86
mar/17	10/04/2017	10/04/2017	277.932,56	317.215,13	304.406,13	282.653,72	272.079,40	253.436,12	162.771,26	163.813,65	1.017.189,35	1.017.118,62
abr/17	08/05/2017	08/05/2017	233.316,27	256.421,01	257.395,14	239.751,30	230.197,47	223.359,84	137.498,21	138.781,92	858.407,09	858.314,07

MÊS DE REFERÊNCIA	DEPÓSITOS FGE		CONS. PAMPULHA		CONS. BH LESTE		CONS. DEZ		CONS. DOM PEDRO II		SISTEMA	
	DATA PREVISTA	DATA EFETIVA	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO
mai/17	07/06/2017	07/06/2017	277.269,46	305.140,51	302.962,38	281.986,58	270.732,79	263.627,52	162.665,70	162.773,41	1.013.630,33	1.013.528,02
jun/17	07/07/2017	07/07/2017	258.904,52	285.425,58	285.482,50	265.850,18	254.214,80	247.037,04	152.247,78	152.292,64	950.849,59	950.605,44
jul/17	07/08/2017	07/08/2017	241.914,47	270.306,71	273.557,00	251.770,57	240.622,69	233.808,63	144.128,19	144.217,37	900.222,35	900.103,28
ago/17	08/09/2017	08/09/2017	270.494,15	296.722,30	296.204,63	276.342,63	263.623,07	256.988,48	158.582,62	158.711,92	988.904,47	988.765,33
set/17	06/10/2017	06/10/2017	253.732,83	278.001,55	277.862,63	259.074,55	247.397,29	240.857,27	148.049,30	148.985,98	927.042,05	926.919,35
out/17	08/11/2017	08/11/2017	257.357,76	280.873,57	282.181,15	263.106,72	251.273,88	244.267,84	150.058,69	152.476,34	940.871,48	940.724,47
nov/17	07/12/2017	07/12/2017	248.716,28	271.822,66	273.955,76	254.176,95	244.025,90	236.714,94	146.059,26	149.914,23	912.757,21	912.628,78
dez/17	08/01/2018	08/01/2018	228.250,89	256.168,04	265.354,00	241.416,11	232.329,70	223.650,86	137.857,45	142.399,16	863.792,04	863.634,17
jan/18	07/02/2018	07/02/2018	224.328,14	249.164,71	256.775,05	236.124,60	225.040,03	217.427,71	134.782,11	138.107,95	840.925,33	840.824,97
fev/18	07/03/2018	07/03/2018	215.622,90	236.967,77	241.349,74	222.550,92	213.514,55	206.963,90	127.796,58	131.696,14	798.283,77	798.178,73
mar/18	06/04/2018	06/04/2018	262.859,80	283.176,36	286.266,68	266.484,36	255.505,17	255.505,17	151.659,31	151.659,31	956.290,96	956.825,20
abr/18	08/05/2018	08/05/2018	257.286,79	276.196,84	278.533,07	260.025,75	249.640,75	242.137,44	149.439,66	156.417,92	934.900,27	934.777,95
mai/18	07/06/2018	07/06/2018	254.651,27	274.920,69	277.385,44	258.437,52	250.600,18	242.305,08	150.383,72	156.992,10	933.020,61	932.655,39
jun/18	06/07/2018	06/07/2018	254.127,09	275.952,51	279.381,63	258.663,45	250.942,63	242.165,29	150.361,20	157.826,62	934.812,55	934.607,87
jul/18	06/08/2018	07/08/2018	239.967,05	264.156,44	272.113,78	248.944,13	242.344,95	233.001,40	144.776,94	152.800,94	899.202,72	898.902,91
ago/18	10/09/2018	10/09/2018	266.029,13	287.892,02	295.593,28	271.927,49	263.741,29	255.802,99	158.826,85	167.932,23	984.190,55	983.554,73
set/18	05/10/2018	05/10/2018	243.266,30	261.562,83	269.039,37	247.512,28	241.206,06	234.840,83	143.724,71	153.196,63	897.236,44	897.112,57
out/18	07/11/2018	08/11/2018	262.019,83	281.067,75	288.937,50	265.842,75	259.299,49	253.265,49	154.696,08	164.548,54	964.952,89	964.724,53
nov/18	06/12/2018	07/12/2019	240.433,21	256.646,80	267.711,33	244.998,79	238.800,55	234.710,59	142.116,08	152.017,95	889.061,16	888.374,13
dez/18	07/01/2019	08/01/2019	220.991,13	242.927,11	259.051,05	232.474,15	226.508,24	223.315,27	134.656,82	142.181,88	841.207,23	840.898,41
jan/19	07/02/2019	07/02/2019	225.933,40	243.805,71	258.265,08	234.138,54	227.881,92	225.818,93	135.893,55	143.977,12	847.973,95	847.740,30
fev/19	11/03/2019	11/03/2019	241.883,97	259.921,52	273.047,32	249.696,11	242.203,90	238.902,46	144.303,36	158.523,42	901.438,55	907.043,51
mar/19	05/04/2019	05/04/2019	254.136,98	265.608,57	280.366,88	258.882,20	247.045,85	245.975,40	147.635,02	152.756,97	929.184,73	923.223,14
abr/19	08/05/2019	08/05/2019	265.160,06	277.847,43	291.198,92	258.882,20	257.715,95	245.975,40	153.717,30	158.523,42	967.792,23	941.228,45
mai/19	07/06/2019	07/06/2019	276.426,61	291.135,47	305.246,81	279.142,52	269.276,63	268.526,36	161.328,52	173.303,39	1.012.278,57	1.012.107,74
jun/19	05/07/2019	05/08/2019	244.384,35	257.649,79	270.786,67	247.723,59	238.911,02	236.951,35	142.145,86	153.657,61	896.227,90	895.982,34
jul/19	07/08/2019	07/08/2019	258.264,09	273.403,32	286.675,29	262.597,60	251.950,70	248.410,55	149.894,01	162.307,80	946.784,09	946.719,27
ago/19	06/09/2019	17/10/2019	262.131,16	275.637,42	288.517,03	265.097,93	256.433,71	254.121,48	152.749,93	164.889,93	959.831,82	959.746,76
set/19	07/10/2019	26/11/2019	259.914,22	273.208,58	288.163,42	262.833,57	252.985,12	252.421,72	150.385,32	162.870,74	951.448,09	951.334,61
out/19	07/11/2019	10/01/2020	273.887,58	290.475,08	305.079,92	277.458,23	266.994,11	265.845,04	159.243,98	171.214,37	1.005.205,59	1.004.992,72
nov/19	06/12/2019	12/03/2020	252.888,19	269.508,44	282.875,95	255.752,33	248.329,01	247.065,95	147.464,64	159.087,50	931.557,79	931.414,22
dez/19	08/01/2020	-	228.633,71	-	269.468,27	-	233.324,75	-	138.022,59	-	869.449,33	0,00
jan/20	07/02/2020	-	219.753,01	-	252.355,55	-	219.907,68	-	131.670,55	-	823.686,79	0,00
fev/20	06/03/2020	-	219.987,67	-	248.581,96	-	217.796,24	-	129.905,09	-	816.270,96	0,00
mar/20	07/04/2020	-	184.934,49	-	208.168,34	-	184.225,33	-	107.623,69	-	684.951,84	0,00
abr/20	08/05/2020	-	73.769,47	-	91.349,61	-	79.986,06	-	42.132,55	-	287.237,69	0,00
mai/20	05/06/2020	-	85.951,35	-	105.710,93	-	92.632,80	-	49.442,77	-	333.737,86	0,00
jun/20	07/07/2020	-	99.906,57	-	122.210,00	-	106.212,13	-	57.566,58	-	385.895,28	0,00
jul/20	07/08/2020	-	101.494,85	-	122.465,67	-	106.946,09	-	57.306,64	-	388.213,26	0,00
ago/20	08/09/2020	-	107.542,47	-	130.464,68	-	114.854,57	-	61.909,56	-	414.771,28	0,00
set/20	08/10/2020	-	122.302,36	-	145.305,93	-	129.459,18	-	70.414,74	-	467.482,21	0,00
out/20	09/11/2020	-	136.321,41	-	159.987,76	-	143.414,58	-	78.083,73	-	517.807,47	0,00
nov/20	07/12/2020	-	138.367,47	-	161.651,17	-	145.971,63	-	79.506,66	-	525.496,93	0,00

MÊS DE REFERÊNCIA	DEPÓSITOS FGE		CONS. PAMPULHA		CONS. BH LESTE		CONS. DEZ		CONS. DOM PEDRO II		SISTEMA	
	DATA PREVISTA	DATA EFETIVA	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO
dez/20	08/01/2021	-	136.173,38	-	162.534,30	-	146.306,65	-	78.773,87	-	523.788,20	0,00
jan/21	05/02/2021	-	123.811,46	-	142.990,47	-	129.601,59	-	68.654,70	-	465.058,22	0,00
fev/21	05/03/2021	-	129.378,98	-	149.790,54	-	135.375,28	-	72.525,22	-	487.070,01	0,00
mar/21	07/04/2021	-	130.351,70	-	149.466,43	-	136.079,85	-	71.473,10	-	487.371,08	0,00
abr/21	07/05/2021	-	113.118,62	-	131.499,28	-	119.210,91	-	61.512,60	-	425.341,40	0,00
mai/21	07/06/2021	-	139.094,85	-	163.265,71	-	148.840,99	-	78.224,68	-	529.426,22	0,00
jun/21	07/07/2021	07/07/2021	144.025,61	159.444,33	168.236,20	152.902,24	153.672,60	146.438,58	81.346,88	88.431,40	547.281,30	547.216,55
jul/21	06/08/2021	-	156.240,57	-	182.412,42	-	167.069,83	-	88.236,41	-	593.959,24	0,00
									VALORES TOTAIS		122.743.285,80	112.629.103,07

Exo II
ela 2
e depósitos
os por ano

Exo II
ela 2
e depósitos
os por ano

Exo II
ela 2
 e depósitos
 os por ano

MÊS DE REFERÊNCIA	CONS. PAMPULHA		CONS. BH LESTE		CONS. DEZ		CONS. DOM PEDRO II		SISTEMA	
	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO	VALOR DEVIDO	VALOR DEPOSITADO
2008	301.546,79	317.761,88	295.209,14	294.548,14	271.231,43	256.449,29	161.538,94	160.911,48	1.029.526,30	1.029.670,79
2009	2.598.348,53	2.719.027,13	2.537.138,39	2.500.227,22	2.263.816,04	2.181.642,35	1.377.416,01	1.370.477,78	8.776.718,97	8.771.374,48
2010	2.595.648,88	2.732.848,90	2.541.617,22	2.490.499,18	2.280.495,00	2.193.923,91	1.384.317,31	1.384.815,30	8.802.078,40	8.802.087,29
2011	2.798.061,01	2.996.099,26	2.699.360,43	2.591.777,77	2.458.544,91	2.366.002,95	1.488.969,09	1.485.073,37	9.444.935,44	9.438.953,35
2012	2.991.477,33	3.225.298,31	2.836.117,50	2.755.004,15	2.654.304,50	2.516.710,40	1.606.289,10	1.591.163,84	10.088.188,42	10.088.176,70
2013	3.006.155,78	3.219.120,51	2.802.797,38	2.711.962,08	2.675.194,31	2.554.629,44	1.569.215,26	1.597.601,51	10.053.362,73	10.083.313,54
2014	2.715.364,09	3.176.733,25	2.911.760,03	2.720.518,91	2.670.070,30	2.349.572,14	1.575.177,91	1.558.316,25	9.872.372,33	9.805.140,55
2015	2.811.088,37	3.409.933,15	3.232.409,17	2.922.469,49	2.847.066,43	2.557.346,42	1.690.753,27	1.688.127,67	10.581.317,24	10.577.876,73
2016	3.021.990,14	3.559.888,63	3.406.397,49	3.108.355,64	3.010.031,94	2.770.217,28	1.800.824,45	1.797.944,20	11.239.244,03	11.236.405,75
2017	3.000.193,50	3.344.249,52	3.330.354,06	3.085.306,68	2.957.135,82	2.841.730,20	1.769.754,18	1.784.630,49	11.057.437,56	11.055.916,89
2018	2.941.582,63	3.190.631,83	3.272.137,92	3.013.986,19	2.917.143,87	2.841.441,16	1.743.220,06	1.825.378,21	10.874.084,49	10.871.437,39
2019	3.043.644,33	2.978.201,33	3.399.691,58	2.852.204,82	2.993.052,68	2.730.014,64	1.782.784,07	1.761.112,27	11.219.172,65	10.321.533,06
2020	1.626.504,52	0,00	1.910.785,90	0,00	1.687.712,93	0,00	944.336,42	0,00	6.169.339,76	0,00
2021	936.021,79	159.444,33	1.087.661,06	152.902,24	989.851,05	146.438,58	521.973,59	88.431,40	3.535.507,48	547.216,55
							VALORES TOTAIS		122.743.285,80	112.629.103,07

Anexo III

Extratos bancários

Arquivos digitais dos extratos
bancários mensais das contas do
FGE (em formato eletrônico)

<https://drive.google.com/drive/folders/1OdrkTj57ldzmlrgiCCYjAZW03RcTj4zx?usp=sharing>

SETRABH - Celio/Joel Jorge/Renaldo de Carvalho/Daniel

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

16:30 - 17:30 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

seg. 20 mai. 2019

Descrição

Kátia Pissolato Esquerdo
Ao SETRABH
Prezada Kátia, bom dia!

Em resposta ao seu e-mail, segue abaixo outra sugestão de data/horário para a agendamento de reunião entre a BHTRANS/SETRABH/TRANSFÁCIL:

Dia: 20/05/19 (segunda- feira)

Horário: 16:30h

Aguardamos confirmação.

Atenciosamente,

Sandra Araújo.

Bom dia a todos!

Sandra,

A referida reunião está confirmada.

Antecipo agradecimentos.

Até breve.

Kátia Pissolato Esquerdo

Convidados

- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
Isabella Costa Pena
Daniel Marx Couto
Diretoria de Transporte Público
presidencia@setrabh.org.br

SETRABH -Celio/Joel Jorge/Renaldo de Carvalho/Daniel

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

16:30 - 17:30 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

seg. 20 mai. 2019

Descrição

Kátia Pissolato Esquerdo
Ao SETRABH
Prezada Kátia, bom dia!

Em resposta ao seu e-mail, segue abaixo outra sugestão de data/horário para a agendamento de reunião entre a BHTRANS/SETRABH/TRANSFÁCIL:

Dia: 20/05/19 (segunda- feira)

Horário: 16:30h

Aguardamos confirmação.

Atenciosamente,

Sandra Araújo.

Bom dia a todos!

Sandra,

A referida reunião está confirmada.

Antecipo agradecimentos.

Até breve.

Kátia Pissolato Esquerdo

Convidados

- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
Isabella Costa Pena
Daniel Marx Couto
Diretoria de Transporte Público
presidencia@setrabh.org.br



Apresentação de Projetos de Mobilidade Urbana (SETRABH)

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

10:00 - 11:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

qua. 27 mar. 2019

Onde

**Gabinete da SMOBI - Rua Pium-í, nº 22
- Sobreloja**

Descrição

**Reunião Conjunta: SMOBI - BHTRANS - SETRABH
(reunião solicitada por: SETRABH)**

Participantes:

- SMOBI: Dr. Josué Valadão
- BHTRANS: Sr. Celio Bouzada - Sr. Daniel Marx Couto
- SETRABH: Sr. Joel Jorge G. Paschoalin - Sr. Felipe Carvalho
- Dr. Osias Baptista Neto - Sra. Ana Flávia Camilo da Silva
- Técnicos : Victor Marques L. Leite
- Emanuelle Bambirra C. Gomes.

Convidados

- ✓ Diretoria de Transporte Público
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ Josue Costa Valadao
- Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
- Isabella Costa Pena
- Daniel Marx Couto

TRANSFÁCIL - Apresentação do Projeto Experiência do Cliente

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

10:00 - 11:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

ter. 12 mar. 2019

Onde

sala DPR

Descrição

TRANSFÁCIL - Apresentação do Projeto Experiência do Cliente

Participantes: BHTRANS e TRANSFÁCIL

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Assessoria - Amos
- ✓ Claudio Jose Soares Mendes Ramal
3379 5504
- ✓ Deryan Junkert
- ✓ Diretoria de Transporte Público
- ✓ eduardo.s.silva@pbh.gov.br
- ✓ Laura Andrade Fonseca
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Reinaldo Avelar Drumond
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ suzana lucia silva belo
- ✓ Wilson Valadares
- Marta Barreiros Evangelista
Daniel Marx Couto
Gabinete Presidencia da Bhtrans
gracy kelly dos santos Ramal
33795545
Luís Castilho
Luiz Gomes Martins
Max Wilson Ramos

Edital de publicidade das traseiras dos ônibus

Criado por: angela.tonelli@pbh.gov.br

Horário

09:00 - 10:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

sex. 15 fev. 2019

Onde

**Gabinete da SMOBI - Rua Pium-í, nº 22
- 1º andar**

Descrição

Participantes: SMOBI, BHTRANS e SETRABH

Minhas anotações

Convidados

- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ Josue Costa Valadao
- Celio Freitas Bouzada
- Daniel Marx Couto
- Presidencia da BHTRANS
- presidencia@setrabh.org.br

Multa de Regulamento SETRABH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

**16:00 - 17:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qui. 7 fev. 2019

Onde

sala DPR

Descrição

(prosseguimento de reunião do dia 11/01/19)

**Participantes: Celio, Irlene, Daniel, Beth, Márcio
Dutra e Júlio**

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diretoria de Planejamento e Informacao
- ✓ Julio Cesar
- ✓ Magna Vieira
- ✓ marcio@pbh.gov.br
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Reinaldo Avelar Drumond
- Irlene Peixoto M. de Azevedo
- Isabella Costa Pena
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- Elizabeth Gomes de Moura
- Fernanda Paula
- fsbraga@pbh.gov.br
- Gabinete Presidencia da Bhtrans
- lorena leite castilho tel 5695 0000

Campanha SetraBH APP-BHMOBI

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

**11:00 - 11:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Convidados

- ✓ Adilson Eipidio Daros
- ✓ Laura Andrade Fonseca
- ✓ Presidência da BHTRANS
Daniel Marx Couto
Diretoria de Transporte Público

Data

qua. 30 jan. 2019

Onde

sala DPR

Descrição

(reunião solicitada por: Laura/ACM)

Pauta: Campanha SetraBH APP-

BHMOBI Participantes: Celio, Laura, Daniel e Adilson

Minhas anotações

SETRABH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

**16:30 - 17:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

ter. 29 jan. 2019

Onde

sala DPR

Descrição

(Prosseguimento de reunião do dia 10/01/19)

SETRA: Sr. Joel, Sra. Célia

**BHTRANS: Sr. Celio, Sr. Daniel, Sra. Deusuite e Sr.
Thiago**

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Maria Odila Odila de Matos
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Thiago Tartaglia de Souza
- Deusuite Matos Pereira De Assis
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- simone valeria



SETRABH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

**10:00 - 11:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Convidados

- ☒ Presidencia da BHTRANS
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- Tulio Marcus Coelho Ottoni

Data

qua. 26 dez. 2018

Onde

sala COP-BH

Minhas anotações



Sr. Prefeito, Celio, Maciel Consultoria e SetraBH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br Sua resposta ✓ Sim, eu vou

Horário

14:30 - 15:30 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Convidados

- ✓ Daniel Marx Couto
- ✓ Presidencia da BHTRANS
Diretoria de Transporte Público

Data

sex. 7 dez. 2018

Onde

PBH - Av. Afonso Pena, 1.212

Descrição

Prezada Shaila,

Informo que:

a reunião de 07/12 com o prefeito será realizada na Av. Afonso Pena, 1.212 - 14:30 h.
a 4ª reunião da comissão externa de acompanhamento dos trabalhos da auditoria será realizada dia 10/12 - 10:00 h - no COP, mesmo local das anteriores.

Atenciosamente,

Reinaldo Avelar Drumond | Chefe de Gabinete
da Presidência - GAB/DPR

Atenciosamente,

Shaila Silva
Regional Technical Director

T: +55 21 3090.2108

Minhas anotações

Reunião Técnica Auditoria Maciel

Criado por: dtp.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

13:30 - 17:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

qui. 6 dez. 2018

Onde

Av. Afonso Pena, 1212 - PBH - Sala 3

Descrição

Pauta: Apresentação dos estudos relacionados ao fluxo de caixa e cálculo da TIR.

Convidados

- ✓ Diretoria de Transporte Público
- ✓ shaila.silva@macielauditores.com.br
- ✓ Thiago Tartaglia de Souza
- ✓ wagner.lsilva@pbh.gov.br
- ✉ Geraldo Luiz
 - Irlene Peixoto M. de Azevedo
 - Ana Paola Amaral Duarte
 - Adilson Eipidio Daros
 - Fernanda Paula
 - Gabinete Presidencia da Bhtrans
 - jaqueline.mafaldo@macielauditores.com.br
 - Max Wilson Ramos
 - Presidencia da BHTRANS
 - presidencia@setrabh.org.br
 - Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho
 - solange carolino maia
 - geraldoluis.spagno@guimaraes.com.br

Prezada Isabella, Boa noite

Os nomes que irão na reunião são:

- Shaila Silva;
- Diego Leandro Malgariz
- Saulo Armos
- João Pedro Saraçol;
- Jaqueline Mafaldo.

Celina Passos - secretária/GAB

Presidência BHTRANS - DPR

Celina, bom dia!

Conforme nos falamos, formalizo.

A Diretoria do SetraBH solicita fineza agendamento de reunião com o Presidente e Diretor de Transporte Público da BHTRANS, Srs. Célio Freitas Bouzada e Daniel Marx Couto.

Pauta: - Auditoria do Sistema de Transporte Coletivo.

Agradecem antecipadamente a atenção.

Até breve.

Minhas anotações

SetraBH - Pauta: Auditoria do Sistema de Transporte Coletivo.

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br Sua resposta ✓ Sim, eu vou

Horário

11:00 - 12:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

qui. 8 nov. 2018

Onde

na sala da DPR/BHTRANS.

Descrição

Boa tarde a todos!

Agradecemos e confirmamos a data para a realização da reunião

08/11/18(quinta-feira), das 11h. às 12h., na sala da DPR/BHTRANS

Até breve.

Ao SetraBH

Prezada Kátia, boa tarde!

Por orientação do Presidente/BHTRANS e em resposta à solicitação de V. Sa., sugerimos, abaixo, data/horário para agendamento da reunião:

- Dia 08/11/18(quinta-feira), das 11h. às 12h., na sala da DPR/BHTRANS.

Aguardamos uma confirmação.

Atenciosamente.

Convidados

- ✓ Daniel Marx Couto
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Josue Costa Valadao
- Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
- Isabella Costa Pena
- Diretoria de Transporte Público

Atenciosamente.

Celina Passos - secretária/GAB
Presidência BHTRANS - DPR
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo
Horizonte S/A - BHTRANS

Participantes:
SMOBI: Dr. Josué Valadão

SetraBH:
Sr. Robson José Lessa Carvalho - Diretor Técnico
Sr. José Braz Gomes Pereira Junior
Sra. Célia Macieira

BHTRANS:
Sr. Celio Bouzada
Sra. Deusuite Matos
Sr. Daniel Marx Couto
Sr. Reinaldo Avelar
Sr. Sérgio Carvalho
Sr. Tulio Ottoni

Minhas anotações

SetraBH - Pauta: Multas/Taxa de conveniência/Roletas/Layout veículos - Participantes: SetraBH:Robson, José Braz, Célia - SMOBI: Dr. Josué Valadão; BHTRANS:Célio, Daniel, Deusuete, Reinaldo, Sérgio e Túlio.

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

14:30 - 15:30 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

ter. 23 out. 2018

Onde

SMOBI(Rua Pium-í, 22 - sobreloja).

Descrição

Ao SetraBH

Prezada Kátia, bom dia!

Conforme conversamos e por orientação do Presidente, Dr. Celio Bouzada, confirmamos alteração da reunião agendada para amanhã dia 18/10, REMARCAR PARA O DIA 23/10/18 (terça-feira), às 14h30, na sala do Secretário/SMOBI, Dr. Josué Valadão (Rua Pium-í, 22 - sobreloja).

Pauta da reunião: - Multas
- Taxa de conveniência
- Roleta alta nas estações
- Layout dos veículos.

Convidados

- ✓ Daniel Marx Couto
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Josue Costa Valadao
- ⊗ Marta Barreiros Evangelista
- Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
- Isabella Costa Pena
- Deusuete Matos Pereira De Assis
- Reinaldo Avelar Drumond
- Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho
- simone valeria
- Tulio Marcus Coelho Ottoni

Reunião Quinzenal com a Maciel Consultores

Criado por: dtp.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

14:00 - 18:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

seg. 8 out. 2018

Onde

Sala da Diretoria de Transporte Público - BHTRANS

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diretoria de Transporte Público
- ✓ Adilson Eipidio Daros
- ✓ Geraldo Luiz
- ✓ Thiago Tartaglia de Souza
- ✓ wagner.lsilva@pbh.gov.br
- Irlene Peixoto M. de Azevedo
- Ana Paola Amaral Duarte
- angelito@macielauditores.com.br
- celia@setrabh.org.br
- Celina dos Santos Barros
- rosemary antunes scott
- Fernanda Paula
- Gabinete Presidencia da Bhtrans
- Max Wilson Ramos
- Milton Caires Júnior
- Nilton Pereira dos Santos
- Presidencia da BHTRANS
- Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho
- shaila.silva@macielauditores.com.br
- solange carolino maia
- geraldoluis Spagno Guimaraes
- Josue Costa Valadao

Prévia para reunião c/ SetraBH - Pauta: Multa - Celio, Sérgio e Deusuite

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

**15:30 - 16:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

sex. 28 set. 2018

Onde

sala da presidência-DPR

Descrição

**Reunião: Prévia para reunião c/ SetraBH - Pauta:
Multa**

Participantes: Celio, Sérgio e Deusuite

Convidados

- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Reinaldo Avelar Drumond
- Isabella Costa Pena
- Deusuite Matos Pereira De Assis
- Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho
- simone valeria

Minhas anotações

Reunião Quinzenal com a Maciel Consultores

Criado por: dtp.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

14:00 - 15:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

ter. 11 set. 2018

Onde

BHTRANS

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diretoria de Transporte Público
- ✓ Adilson Eipidio Daros
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Josue Costa Valadao
celia@setrabh.org.br
presidencia@setrabh.org.br
- Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho
shaila.silva@macielauditores.com.br
- solange carolino maia

Reunião Quinzenal com a Maciel Consultores

Criado por: dtp.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

09:00 - 12:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

ter. 11 set. 2018

Onde

Sala da Diretoria de Transporte Público - BHTRANS

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diretoria de Transporte Público
- ✓ Adilson Eipidio Daros
- ✓ Geraldo Luiz
- ✓ Milton Caires Júnior
- ✓ Thiago Tartaglia de Souza
- ⊗ Josue Costa Valadao
- Irlene Peixoto M. de Azevedo
- Ana Paola Amaral Duarte
- angelito@macielauditores.com.br
- celia@setrabh.org.br
- Celina dos Santos Barros
- rosemary antunes scott
- Fernanda Paula
- Gabinete Presidencia da Bhtrans
- Max Wilson Ramos
- Nilton Pereira dos Santos
- Presidencia da BHTRANS
- presidencia@setrabh.org.br
- Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho
- shaila.silva@macielauditores.com.br
- solange carolino maia
- geraldo Luis Spagno Guimaraes
- wagner.lsilva@pbh.gov.br
- wlsilva70@gmail.com

SETRA BH : DPR e DTP

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

09:00 - 10:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

qua. 20 jun. 2018

Onde

sala DPR

Descrição

Reunião agendada por solicitação do SETRA BH. A DTP (Daniel) se incumbiu de confirmar com o SETRA.

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Presidência da BHTRANS
Isabella Costa Pena
celia@setrabh.org.br
Diretoria de Transporte Público
Gabinete Presidência da Bhtrans
Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho

Reunião: Joel/SETRABH, Celia, Celio, Beth - Pauta: Custos do sistema

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

09:30 - 10:30 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

qua. 22 nov. 2017

Onde

sala da presidência/BHTRANS

Descrição

Prezada Kátia, bom dia!

Conforme conversamos, reunião ALTERADA para às 9h30 do mesmo dia 22/11/17.

Pauta: Custos do sistema

Atenciosamente.

Celina Passos - Secretária GA
Presidência BHTRANS - DPR

Convidados

- ✓ Adilson Eipidio Daros
- ✓ Presidencia da BHTRANS
Diretoria de Transporte Público
Elizabeth Gomes de Moura
Gabinete Presidencia da Bhtrans
lorena leite castilho tel 5695 0000
presidencia@setrabh.org.br
secretaria_diretoria@setrabh.org.br
Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho

Minhas anotações

Transfácil: apresentação projeto

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

**15:00 - 16:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qui. 5 out. 2017

Onde

sala DPR

Descrição

reunião solicitada pelo Sr. Albert, com o intuito de
apresentar projeto de melhoria das estações
terminais, falar sobre receitas líquidas e ISO 901.
Confirmado via e-mail para setrabh

Minhas anotações

Convidados

- ☒ Presidencia da BHTRANS
Diretoria de Transporte Público
Adilson Eipidio Daros
Gabinete Presidencia da Bhtrans
lorena leite castilho tel 5695 0000
Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho

Minhas anotações

DTP (Beth): início das discussões s/as linhas reestruturadas p/SETRA BH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

09:30 - 10:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

ter. 1 ago. 2017

Onde

sala DPR

Descrição

Prezada Suami,

A Diretora DTP solicita reunião com o DPR, conforme dados abaixo:

Tema: Início das Discussões das Linhas reestruturadas pelo SETRABH

Tempo: 30 minutos

Participantes:

Celio/DPR

Beth/DTP

Maria Odila/SARE

Suzana Belo/AMOS.

Muito obrigada,

Lorena Leite Castilho

Convidados

- ✓ Maria Odila Odila de Matos
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ suzana lucia silva belo
- Diretoria de Transporte Público
- Gabinete Presidencia da Bhtrans
- lorena leite castilho tel 5695 0000
- simone valeria

Reunião Vice-Prefeito Paulo Lamac, Célio Bouzada - BHTRANS e Joel Paschoalin - Presidente do SETRABH

Criado por: agenda.governo@pbh.gov.br

Horário

**19:00 - 20:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qui. 27 jul. 2017

Onde

**Gabinete SMGO - Av. Afonso Pena,
1212 - 2º andar**

Descrição

Contato: 3248-7056 - Kátia

Minhas anotações

Convidados

- ✓ agenda.governo@pbh.gov.br
- Celio Freitas Bouzada
- paulolamac@gmail.com
- Presidencia da BHTRANS
- renatocrvolei@gmail.com
- Rita Margareth Margareth

SETRABH -Celio/Joel Jorge/Renaldo de Carvalho/Daniel

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

16:30 - 17:30 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

seg. 20 mai. 2019

Descrição

**Kátia Pissolato Esquerdo
Ao SETRABH
Prezada Kátia, bom dia!**

Em resposta ao seu e-mail, segue abaixo outra sugestão de data/horário para a agendamento de reunião entre a BHTRANS/SETRABH/TRANSFÁCIL:

**Dia: 20/05/19 (segunda- feira)
Horário: 16:30h
Aguardamos confirmação.
Atenciosamente,
Sandra Araújo.**

**Bom dia a todos!
Sandra,
A referida reunião está confirmada.
Antecipo agradecimentos.
Até breve.**

Kátia Pissolato Esquerdo

Convidados

- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- Isabella Costa Pena
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- presidencia@setrabh.org.br

Secretária Diretoria
Tel.: 31 3248-7056 98477-1126 whatsapp
E-mail: secretaria_diretoria@setrabh.org.br
Acesse: www.setrabh.org.br
www.transfacil.com.br

Prezada Sandra, bom dia!
Conforme nos falamos, devido compromissos previamente agendados, e, ausência do Dr. Renaldo C.Moura, estamos inviabilizados em confirmar as datas sugeridas para a reunião. Formalizamos datas disponíveis :
- 14/04 e 15/05 (terça e quarta) e 17/05 (sexta-feira);

Conto com a compreensão e habitual atenção.

Até breve.
Muito grata.

Kátia Pissolato Esquerdo
Ao SETRABH
Prezada Kátia, boa tarde!

Em resposta à solicitação de V. Sa. e por orientação de Dr. Celio Bouzada, seguem abaixo sugestões de datas/horários para a agendamento de reunião entre a BHTRANS/SETRABH/TRANSFÁCIL:

- Dia 09/05/19, das 15:00 às 16:00, na sala da Presidência/BHTRANS;
- Dia 10/05/19, das 16:00 às 17:00, na sala da Presidência/BHTRANS.

Pauta: Assuntos pendentes e alinhamento das ações de melhorias no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Belo Horizonte.

Aguardamos uma confirmação.
Atenciosamente.

SETRABH - Evento : A PERCEPÇÃO DO CLIENTE É A NOSSA REALIDADE

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br Sua resposta ✓ Sim, eu vou

Horário

16:00 - 19:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

seg. 24 jun. 2019

Onde

WEWORK - Boulevard Shopping - Av. dos Andradas, 3000 - entrada de escritórios .

Descrição

(Evento promovido pelo Setra-BH)

Evento : A PERCEPÇÃO DO CLIENTE É A NOSSA REALIDADE

Objetivo : Apresentar a pesquisa, retratando a percepção do passageiros e as estratégias para retomada de ações, sustentabilidade do negócio, mobilidade...

Dia : 24/06- segunda-feira

Horário: 16h às 19h - seguido de Happy Hour

Local: WWORK - Boulevard Shopping

Av. dos Andradas, 3000 - entrada de escritórios .

O convite original físico será entregue amanhã pela manhã.

Obrigada.

Kátia Pissolato Esquerdo

Secretária Diretoria/SETRA-BH

Convidados

- ✓ Max Wilson Ramos
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Josue Costa Valadao
- ✱ Marta Barreiros Evangelista
- Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
- Deusuite Matos Pereira De Assis
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Planejamento e Informacao
- Diretoria de Transporte Público
- Elizabeth Gomes de Moura
- Adilson Eipidio Daros
- Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho
- simone valeria
- Tulio Marcus Coelho Ottoni

Minhas anotações

Célio Bouzada BHTrans e o Sec. Josué Valadão

Criado por: gabinetepgm@pbh.gov.br

Horário

**15:00 - 15:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qui. 10 out. 2019

Onde

**Gabinete da Procuradoria-Geral do
Município - Av. Afonso Pena, 1212 4º
andar**

Descrição

Observação:

Continuidade das demandas referentes ao SetraBH.

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Marlus Keller Riani
- ✓ Josue Costa Valadao
- Irlene Peixoto M. de Azevedo
- Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
- Celio Freitas Bouzada
- Castellar Modesto Guimaraes Filho
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- Fernanda Paula
- Presidencia da BHTRANS

Temas Estratégicos - Participantes: Dr. Josué Valadão, Dr. Joel Jorge Paschoalin, Dr. Celio Bouzada e Dr. Daniel Marx Couto

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

**16:30 - 17:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qui. 7 nov. 2019

Onde

**Gabinete da SMOBI - Rua dos
Guajajaras, 1107**

Descrição

Pauta: Temas Estratégicos

Participantes:

- SMOBI: Dr. Josué Valadão
- SETRABH: Dr. Joel Jorge Paschoalin
- BHTRANS: Dr. Celio Bouzada e Dr. Daniel Marx Couto

Convidados

- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ Josue Costa Valadao
- Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público

Minhas anotações

ALTERA DATA Temas Estratégicos - Participa: Dr. Josué Valadão , Dr. Joel Jorge Paschoalin, Sr. Robson Lessa, Sr. Rodrigo Matos, Dr. Celio Bouzada e Dr. Daniel Max Couto.

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

**11:00 - 12:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qui. 5 dez. 2019

Onde

**Gabinete da SMOBI - RUA DOS
GUAJAJARAS , 1107.**

Descrição

A seguinte reunião foi modificada:

**Assunto: ALTERA DATA Temas Estratégicos -
Participa: Dr. Josué Valadão , Dr. Joel Jorge
Paschoalin, Sr. Robson Lessa, Sr. Rodrigo Matos,
Dr. Celio Bouzada e Dr. Daniel Max Couto.**

[MODIFICADO]

Organizador: "Secretaria Diretoria SETRABH"

**Local: Gabinete da SMOBI - RUA DOS
GUAJAJARAS , 1107.**

Hora: Quinta-feira, 5 de dezembro de 2019, 11:00:

00 - 12:00:00 GMT -03:00 Araguaína

[MODIFICADO]

Convidados

**Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
Diretoria de Transporte Público
Joel Jorge Guedes Paschoalin
Presidencia da BHTRANS
Robson de Carvalho
Rodrigo Lara de Moraes Matos**

Convidados: angela.tonelli@pbh.gov.br; presidencia.
bhtrans@pbh.gov.br; angela.tonelli@pbh.gov.br; dtp.
bhtrans@pbh.gov.br; rodrigo@vglobo.com.br;
robson@saritur.com.br; joeljorge@grupotreviso.com.
br

~~*~*~*~*~*~*~*

Boa noite a todos!

A referida reunião terá a presença do Dr.Ivan
Henrique Moraes de Lima.

Agradecida.
Kátia

Minhas anotações



Sr. Prefeito e SETRABH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

**14:00 - 15:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

seg. 20 jan. 2020

Onde

Gab.Prefeito - PBH

Minhas anotações

SETRABH

Criado por: dtp.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

**15:30 - 16:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Convidados

✓ Diretoria de Transporte Público
Presidencia da BHTRANS

Data

qui. 13 fev. 2020

Onde

Gabinete do Prefeito - 2º andar,

Descrição

**Estarão presentes à reunião Dr. Aylton Rodrigues -
Defensor Público, Dr. Paulo de Tarso - Promotor de
Justiça MP.**

Minhas anotações

SETRABH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

**16:00 - 17:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Convidados

✓ Presidencia da BHTRANS
Isabella Costa Pena
Daniel Marx Couto
Diretoria de Transporte Público

Data

ter. 14 abr. 2020

Onde

DPR

Descrição

Participantes:

- SECTRABH
- Celio
- Daniel

Minhas anotações

Planejamento Operação Transporte próxima semana

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

17:30 - 18:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

sex. 22 mai. 2020

Onde

VIRTUAL

Descrição

(solicitado por: Presidência/BHTRANS)

- BHTRANS: Sr. Celio Bouzada e Sr. Daniel Marx Couto

- SETRABH: Sr. Joel Jorge Guedes Paschoalin

- TRANSFÁCIL: Sr. Ralison Guimarães de Andrade e Sr. Robson José Lessa Carvalho

Minhas anotações

Convidados

- ☒ pltt@terra.com.br
- ☒ Presidencia da BHTRANS
- ☒ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- Celio Freitas Bouzada
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- presidencia@setrabh.org.br
- robson@saritur.com.br
- secretaria@transfacil.com.br
- Tulio Marcus Coelho Ottoni

REUNIÃO BHTRANS & TRANSFÁCIL - DR. CÉLIO BOUZADA -PAUTA : TERMO ADITIVO

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

**11:00 - 12:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Convidados

pltt@terra.com.br
Presidencia da BHTRANS
RENALDO DE CARVALHO MOURA
Robson de Carvalho

Data

sex. 31 jul. 2020

Onde

BHTRANS -SALA PRESIDENTE

Descrição

Esta é a solicitação de uma nova reunião:

Assunto: REUNIÃO BHTRANS & TRANSFÁCIL -
DR. CÉLIO BOUZADA -PAUTA : TERMO ADITIVO
Organizador: "Secretaria Diretoria SETRABH"

Local: BHTRANS -SALA PRESIDENTE

Hora: Sexta-feira, 31 de julho de 2020, 11:00:00 -
12:00:00 GMT -03:00 Araguaína

Convidados: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br;
pltt@terra.com.br; robson@ciacoordenadas.com.br;
renaldo@setrabh.org.br

~~*~*~*~*~*~*~*

Prezada Sandra, boa tarde!
Agradecemos.
Até breve.

Minhas anotações

Pauta : Movx - Participantes: TRANSFÁCIL e BHTRANS

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

**10:00 - 11:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qua. 14 out. 2020

Onde

VIRTUAL

Descrição

(solicitado por: TRANSFÁCIL)

Pauta : Movx

Participantes:

- TRANSFÁCIL: Sr. Ralisom G. Andrade e Sr.

Rodrigo Lara de Moraes Matos

- BHTRANS: Sr. Celio Bouzada e Sr. Daniel Marx

Couto

Minhas anotações

Convidados

☒ Presidencia da BHTRANS

☒ Rodrigo Lara

Isabella Costa Pena

Celio Freitas Bouzada

Daniel Marx Couto

Diretoria de Transporte Público

Adilson Eipidio Daros

secretaria_diretoria@setrabh.org.br

Pauta : Movx - Participantes: TRANSFÁCIL e BHTRANS

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

10:00 - 11:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)

Data

qua. 14 out. 2020

Onde

V I R T U A L

Descrição

(solicitado por: TRANSFÁCIL)
Pauta : Movx

Participantes:

- TRANSFÁCIL: Sr. Ralisom G. Andrade e Sr.
Rodrigo Lara de Moraes Matos
- BHTRANS: Sr. Celio Bouzada e Sr. Daniel Marx
Couto

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Rodrigo Lara
Isabella Costa Pena
Celio Freitas Bouzada
Daniel Marx Couto
Diretoria de Transporte Público
Adilson Eipidio Daros
secretaria_diretoria@setrabh.org.br

Sr. Joel Jorge/SETRABH e Sr. Ralisom/TRANSFÁCIL

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

**15:00 - 16:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

qua. 13 jan. 2021

Onde

PRESENCIAL - SALA DPR

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Daniel Marx Couto
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ samira.marx@gmail.com
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
Diretoria de Transporte Público

Integração metropolitana - SETRABH/SINTRAM/BHTRANS

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br Sua resposta ✓ Sim, eu vou

Horário

**16:00 - 17:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

seg. 1 fev. 2021

Convidados

- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ SINTRAM - Presidência
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- Gabinete Presidencia da Bhtrans
- Samira Marx Pinheiro

Onde

**PRESENCIAL - SALA DA
PRESIDÊNCIA BHTRANS**

Descrição

Pauta: Integração metropolitana.

Participantes:

- SETRABH : Sr. Joel Jorge Guedes Paschoalin
- SINTRAM: Sr. Rubens Lessa
- BHTRANS: Sr. Diogo Prosdocimi, Sra. Samira Marx e Sr. Daniel Marx Couto

Minhas anotações

Oficina Transporte Coletivo Urbano - SETRABH

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

17:00 - 18:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

seg. 1 fev. 2021

Onde

PRESENCIAL - SALA DPR

Descrição

(reunião solicitada por: SETRABH)

Pauta: Oficina Transporte Coletivo Urbano - SETRABH

Participantes:

- SETRABH: Sr. Joel Jorge Guedes Paschoalin
- BHTRANS: Sr. Diogo Prosdocimi, Sra. Samira Marx Pinheiro e Sr. Daniel Marx Couto

Convidados

✓ Presidencia da BHTRANS
✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
Daniel Marx Couto
Diretoria de Transporte Público
Samira Marx Pinheiro

Minhas anotações

Revisão Transporte Coletivo

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☐ Não, eu não vou

Horário

16:00 - 17:00 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

ter. 9 fev. 2021

Onde

VIRTUAL

Descrição

Participantes:

- SETRABH: Sr. Joel Jorge Guedes Paschoalin, Sr. Ralison Guimarães de Andrade, Sra. Celia, Sr. Robson Lessa.
- BHTRANS: Sr. Diogo Prosdocimi, Sra. Samira Pinheiro e Sr. Daniel Marx Couto

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Eriênio Jaderson de Souza
- ✓ Samira Marx Pinheiro
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ wlsilva70@gmail.com
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- Daniel Marx Couto
- Diretoria de Transporte Público
- Gabinete Presidencia da Bhtrans
- Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho

Revisão Transporte Coletivo

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Não, eu não vou

Horário

**16:00 - 17:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

ter. 23 fev. 2021

Onde

V I R T U A L

Descrição

Participantes:

- SETRABH: Sr. Joel Jorge Guedes Paschoalin, Sr. Ralison Guimarães de Andrade, Sra. Celia, Sr. Robson Lessa.
- BHTRANS: Sr. Diogo Prosdocimi, Sra. Samira Pinheiro e Sr. Daniel Marx Couto

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Eriênio Jaderson de Souza
- ✓ Samira Marx Pinheiro
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ wlsilva70@gmail.com
- ☒ Presidencia da BHTRANS
Daniel Marx Couto
Diretoria de Transporte Público
Gabinete Presidencia da Bhtrans
Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho

Revisão Transporte Coletivo

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br Sua resposta ☒ Não, eu não vou

Horário

**16:00 - 17:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

ter. 9 mar. 2021

Onde

VIRTUAL

Descrição

Participantes:

- SETRABH: Sr. Joel Jorge Guedes Paschoalin, Sr. Ralison Guimarães de Andrade, Sra. Celia, Sr. Robson Lessa.
- BHTRANS: Sr. Diogo Prosdocimi, Sra. Samira Pinheiro e Sr. Daniel Marx Couto

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Daniel Marx Couto
- ✓ Eriênio Jaderson de Souza
- ✓ Samira Marx Pinheiro
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ wlsilva70@gmail.com
- ☒ Presidencia da BHTRANS
Diretoria de Transporte Público
Gabinete Presidencia da Bhtrans
Sérgio Luís Ribeiro de Carvalho

REUNIÃO TÉCNICA SETRABH&BHTRANS

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

**09:30 - 10:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

sex. 12 mar. 2021

Onde

<https://meet.google.com/abu-jsgt-jsk>

Descrição

Esta é a solicitação de uma nova reunião:

**Assunto: REUNIÃO VIRTUAL TÉCNICA
SETRABH&BHTRANS : COORDENA : CÉLIA
MACIEIRA**

Organizador: "Secretaria Diretoria SETRABH"

Local: <https://meet.google.com/abu-jsgt-jsk>

**Hora: Sexta-feira, 12 de março de 2021, 9:30:00 -
10:30:00 GMT -03:00 Araguaína**

**Convidados: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br;
diogo.prosdocimi@pbh.gov.br; erienio.
jaderson@pbh.gov.br; samira.marx@pbh.gov.br;
celia@setrabh.org.br; anacristina@setrabh.org.br;
tecnotran@tecnotran.com.br; henrique.
porto@fcpartners.com.br; robson@ciacoordenadas.
com.br**

Convidados

Ana Cristina
André Luiz de Oliveira Barra
Célia Macieira
Diogo Oscar Borges Prosdocimi
Eriênio Jaderson de Souza
henrique.porto@fcpartners.com.br
Presidencia da BHTRANS
Robson de Carvalho
Samira Marx Pinheiro

~~*~*~*~*~*~*~*

Fineza acessar link.

<https://meet.google.com/abu-jsgt-jsk>

Minhas anotações

REUNIÃO TÉCNICA SETRABH&BHTRANS

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br

Horário

**14:00 - 15:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

sex. 19 mar. 2021

Descrição

A seguinte reunião foi modificada:

**Assunto: REUNIÃO TÉCNICA VIRTUAL
SETRABH&BHTRANS : COORDENA: CÉLIA
MACIEIRA**

Organizador: "Secretaria Diretoria SETRABH"

**Hora: Sexta-feira, 19 de março de 2021, 14:00:00 -
15:30:00 GMT -03:00 Araguaína**

Convidados: samira.marx@pbh.gov.br; erienio.
jaderson@pbh.gov.br; joeljorge@grupotreviso.com.
br; robson@ciacoordenadas.com.br;
rga74000@gmail.com; renaldo@setrabh.org.br;
renaldo.moura@gmail.com; tecnotran@tecnotran.
com.br; henrique.porto@fcpartners.com.br;
presidencia.bhtrans@pbh.gov.br; diogo.
prosdocimi@pbh.gov.br ...

~~*~*~*~*~*~*~*

Fineza acessar o link

[<https://meet.google.com/rzw-pbmh-dbr> | <https://meet.google.com/rzw-pbmh-dbr>]

Convidados

Ana Cristina
André Luiz de Oliveira Barra
Diogo Oscar Borges Prosdocimi
Eriênio Jaderson de Souza
henrique.porto@fcpartners.com.br
Joel Jorge Guedes Paschoalin
Presidencia da BHTRANS
renaldo.moura@gmail.com
Renaldo
rga74000@gmail.com
Robson de Carvalho
Samira Marx Pinheiro

Minhas anotações

Sr. Adalclever, Sr. Valadão, Vereador Gabriel Azevedo e Sr. Joel Jorge

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: - Sim, eu vou

Horário

15:30 - 16:30 (Horário Padrão de Brasília - São Paulo)

Data

ter. 30 mar. 2021

Onde

PRESENCIAL - PBH-SMGO entrada pela Rua Goiás (Av. Afonso Pena, 1212 - Gabinete do Secretário)

Descrição

PBH-SMGO entrada pela Rua Goiás (Av. Afonso Pena, 1212 - Gabinete do Secretário)

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ Josue Costa Valadao
- ✓ ver.gabriel@cmbh.mg.gov.br
- ✓ pamela.p.santos3@gmail.com
- ✓ adalcleverhd@gmail.com
- ✓ adalcleverhd@pbh.gov.br
- ✓ Cathia Indio do Brasil Kentish
- ✓ presidencia@setrabh.org.br
- ✓ Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta

antecipação de vale transporte.

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

**11:00 - 12:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

ter. 6 abr. 2021

Onde

**PRESENCIAL - SMFA - Rua Espírito
Santo, 605 - 5º andar**

Descrição

**Local: Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda
- SMFA - Rua Espírito Santo, 605 - 5º andar**

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Andre Abreu Reis
- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Joao Antonio Fleury Teixeira
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ secretaria_diretoria@setrabh.org.br
- ✓ Josue Costa Valadao
- Maria Angela Avelar Tonelli Pimenta
- presidencia@setrabh.org.br
- Maria Raquel Visconte M Silva
- Valeria lucia silva

Apresentação sobre LGPD

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ☒ Sim, eu vou

Horário

**09:30 - 10:30 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

ter. 4 mai. 2021

Onde

VIRTUAL

Minhas anotações

Convidados

- ✓ cissa@setrabh.org.br
- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Moema Rangel Drummond de Menezes
- ✓ André Portilho
- ✓ Presidencia da BHTRANS
Maria Cecilia Bretas Martins Rosa
cristiana@carvalhopereirafortini.adv.br
greycielle@carvalhopereirafortini.adv.br
- Luiz Gomes Martins
luizgmartins@pbh.gov.br
- Marcos Fontoura
- geraldo Luis Spagno Guimaraes
- Vanessa Duarte Matos Castelar

Apresentação sobre LGPD

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

**09:30 - 11:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Data

ter. 11 mai. 2021

Onde

VIRTUAL

Minhas anotações

Convidados

- ✓ Adilson Coelho
- ✓ Maria Cecilia Bretas Martins Rosa
- ✓ cissa@setrabh.org.br
- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Data Protection Officer Bhtrans
- ✓ Marcos Fontoura
- ✓ Moema Rangel Drummond de Menezes
- ✓ André Portilho
- ✓ Presidencia da BHTRANS
- ✓ Samira Marx Pinheiro
- ✓ geraldo Luis Spagno Guimaraes
cristiana@carvalhopereirafortini.adv.
br
greycielle@carvalhopereirafortini.
adv.br
Luiz Gomes Martins

Sr. Prefeito

Criado por: presidencia.bhtrans@pbh.gov.br · Sua resposta: ✓ Sim, eu vou

Horário

**14:00 - 15:00 (Horário Padrão de
Brasília - São Paulo)**

Convidados

- ✓ Diogo Oscar Borges Prosdocimi
- ✓ Presidencia da BHTRANS

Data

seg. 14 jun. 2021

Onde

PBH

Descrição

**- Participantes: Sr. Prefeito, Joel Jorge/SETRABH,
Dr. Castelar e Diogo.**

Minhas anotações



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO Nº _____

Senhor Diretor,

Erro material. Fica recebido como:

OFÍCIO

Em 02/09/2021

em 567

Divapc

Protocolo cópia do mandado de notificação recebido no gabinete, referente a decisão judicial proferida pela 2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5129970-24.2021.8.13.0024. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Ana Paula Carvalho contra ato do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans – instituída pelo Requerimento 145/2021 – onde requereu liminar para que fosse determinada a suspensão da quebra dos seus sigilos bancários, fiscal e de dados, aprovada pela CPI.

Assim, pede que a documentação seja prontamente encaminhada a Procuradoria da Casa para que esta tome as providências necessárias. Ainda, requer a juntada e a publicação do documento, vez que se trata de medida conexa aos trabalhos realizados pela CPI da BHTrans.

Reitero na oportunidade, os mais elevados votos de estima e distinta consideração.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2021


Vereador Gabriel

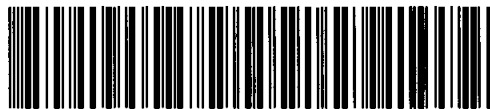
Ao Senhor,
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro.
Diretor da Diretoria do Processo Legislativo.

CPI-PI/rel. Legislativa-02-Set-2021-11:30-002375-1/2

CF 82715



PJe
Processo Judicial
eletrônico



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte

URGENTE

2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte

AV. RAJA GABAGLIA, 1753 - 8º ANDAR - LUXEMBURGO -

Mandado de Segurança

308 - MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

2ª FAZ. MUNICIPAL

PROCESSO: 5129970-24.2021.8.13.0024

(PROCESSO ELETRÔNICO)

MANDADO: 1

NOSSO Nº: 550817-7

IMPETRANTE: ANA PAULA CAMPOS CARVALHO

IMPETRADO (A): PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS e Outro(s).

PESSOA A SER NOTIFICADA:

PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS

Endereço:

AV.DOS ANDRADAS, 3100 - Fone:

SANTA EFIGÊNIA - CEP: 30260070 - BELO HORIZONTE/MG

Referência: AVENIDA FRANCISCO SALES / RUA FRUTAL

O(A) Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a), que, em cumprimento a este e observadas as formalidades legais, NOTIFIQUE A PARTE, nome e endereço acima indicados, conforme despacho transcrito abaixo.

DESPACHO JUDICIAL

...Diante do todo exposto, ausentes os requisitos para o seu deferimento, INDEFIRO a liminar.

Expeça-se mandado, em caráter de urgência, para que:

a) seja a autoridade apontada como coatora notificada do inteiro teor desta decisão, entregando-lhe cópia da inicial e dos documentos que a acompanham, a fim de que, em 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias;

Ciente: _____

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

THYAGO DE FREITAS LIMA

REGIÃO: 999 - CONTORNO

Mandado: 1

**COM VERBA
INDENIZATÓRIA**


Certidão: ☐ Verso
☐ Anexa

Verba Indenizatória de R\$ 25,24 já empenhada.

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS

URGENTE

BELO HORIZONTE, 31 de agosto de 2021.


Escrivã(o) Judicial: MARINA ÁVILA PEREIRA
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5129970-24.2021.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico]

IMPETRANTE: ANA PAULA CAMPOS CARVALHO

IMPETRADO: Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTRANS

DECISÃO

Trata-se de **MANDADO DE SEGURANÇA** impetrado por **ANA PAULA CAMPOS CARVALHO** contra ato do **PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CIVIL - VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**, onde requereu liminar para que fosse determinada a suspensão da quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e de dados, aprovada pela CPI da BHTRANS na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Afirmou em sua inicial que foi constituída Comissão Parlamentar de Inquérito perante a Câmara Municipal de Belo Horizonte, com a finalidade de apurar a omissão da BHTRANS frente ao suposto desrespeito das normas de prestação de serviço de transporte público coletivo de passageiros pelas concessionárias.

Informou que no dia 10/08/2021 foi deferido o

requerimento de comissão 967/2021, sendo determinada a quebra do seu sigilo bancário, fiscal e de dados, bem como de diversas outras pessoas.

Alegou que inexistia qualquer fundamento a lastrear a razão do seu nome constar no requerimento supramencionado, e que a referida decisão alcança empresários, consultores e agentes públicos, sem qualquer individualização.

Ressaltou que o requerimento se limita a afirmar a participação da impetrante e dos demais envolvidos em suposto "conluio entre os licitantes", de modo que o ato carece de motivação e, portanto, é ilegal.

Defendeu que a justificativa apresentada para a quebra do sigilo é genérica e não delimita o fato que se pretende provar e, muito menos, a razão pela qual a prova não pode ser obtida por outros meios disponíveis no ordenamento jurídico, de forma a resguardar as garantias mínimas e fundamentais da impetrante, alegando que a quebra do sigilo foi autorizada de maneira ilegal e arbitrária.

Juntou documentos e o comprovante de pagamento das custas iniciais (id. 5410423104).

No mérito, pugnou pela confirmação da medida liminar e pela concessão da segurança.

É o relatório.

Decido.

O mandado de segurança é remédio constitucional que visa amparar direito líquido e certo, e exige que haja prova pré-constituída, uma vez que não admite dilação probatória.

De acordo com a lei nº 12.016, de 07/08/2009:

"Art.1º: Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça."

Na presente demanda a impetrante requereu liminar para que fosse suspensa a quebra dos seus sigilos bancário, fiscal e de dados, aprovada pela CPI da BHTRANS na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A medida liminar em Mandado de Segurança só poderá ser concedida mediante verificação dos requisitos *fumus boni iures* e *periculum in mora*.

O requisito *fumus boni iures* se traduz como sendo um sinal ou indício de que o direito pleiteado de fato existe, isto é, se trata de invocar um direito supostamente verossímil. O *periculum in mora* é o perigo na demora da prestação jurisdicional.

No presente caso, e numa primeira análise, não vislumbro a probabilidade do direito, haja vista que a decisão que determinou a quebra dos sigilos foi devidamente fundamentada. Vejamos o seguinte trecho:

"Considerando, portanto, que a Constituição Federal e a legislação pertinente conferem às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, dentre estes determinar a

quebra de sigilo, bem como que os representantes das empresas envolvidas nas irregularidades nas licitações dos serviços de transporte coletivo e de auditoria e verificação independente e na sua execução são pessoas centrais na articulação dos demais agentes públicos e privados envolvidos e, por fim, que as provas necessárias não podem ser obtidas por outros meios, requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados das seguintes pessoas:"

Pela simples leitura integral do ato ora impugnado (ID. 5399973071), é possível verificar a impossibilidade de obtenção da prova pretendida através de outros meios previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, destaco que a Comissão Parlamentar de Inquérito em questão foi instituída com a finalidade de "apurar a omissão da BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - frente ao desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros no município, pelas concessionárias responsáveis", e que está sendo apurada a possível ocorrência de conluio na Concorrência Pública n. 131/2008 entre as empresas então licitantes e atualmente concessionárias do serviço de transporte público coletivo e convencional de passageiros por ônibus do Município.

Assim, considerando a qualificação da impetrante, qual seja, representante credenciada da Empresa Valadarense de Transportes Coletivos Ltda. e filha de Roberto José de Carvalho, representante legal da empresa líder do Consórcio Dom Pedro II (Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda.) e sócio majoritário do holding,

entendo que não merece prosperar a alegação da impetrante de que "inexiste qualquer fundamento a lastrear a razão do seu nome constar no requerimento supramencionado".

Ressalto ainda que a quebra dos sigilos da impetrante tem o condão de provar a sua inocência ou o seu **envolvimento no oferecimento de "propostas de cortesia", através da Empresa Valadarense de Transportes Coletivos Ltda., na Corrência Pública n. 131/2008,** o que não é possível através de outros meios de prova.

Dessa forma, verifico que a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático dos representantes das empresas envolvidas foi requerida tendo em vista a existência de possíveis indícios de materialidade e autoria, aliados à necessidade de obtenção de provas que não podem ser obtidas por outros meios (ID. 5399973071).

Destaco que a liminar em mandado de segurança é medida excepcional e somente deve ser concedida em casos urgentes, em que haja robusta prova nesse sentido, e em que o direito alegado pareça ser plausível e haja perigo real na espera por uma decisão tardia.

Tal medida deve ser exceptiva, pois há alteração de uma situação jurídica por prestação jurisdicional, sem que haja, no entanto, o devido processo legal, com a ampla defesa, o contraditório e outras garantias processuais indispensáveis.

Portanto, o caso não demonstra a excepcionalidade requerida para se enquadrar nas possibilidades de concessão de liminar, logo, e considerando as informações e documentos trazidos aos autos pela impetrante, não há como se vislumbrar o preenchimento dos requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada.

Diante do todo exposto, ausentes os requisitos para o seu

deferimento, **INDEFIRO** a liminar.

Expeça-se mandado, em caráter de urgência, para que:

a) seja a autoridade apontada como coatora notificada do inteiro teor desta decisão, entregando-lhe cópia da inicial e dos documentos que a acompanham, a fim de que, em 10 (dez) dias, preste as informações que entender necessárias;

b) seja o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada cientificado do inteiro teor desta decisão, para que, querendo, ingresse no feito.

Em seguida, ouça-se o Ministério Público para parecer e conclusos para sentença.

Intimem-se.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2021.

Rinaldo Kennedy Silva

Juiz de Direito

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900



Assinado eletronicamente por: **RINALDO KENNEDY SILVA**

27/08/2021 16:20:02

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **5428658110**



21082716200173000005427120479



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

BELO HORIZONTE

AV. Bari, 1753, 8º ANDAR, AARÃO REIS, - null, CEP 30380-900

2ª FAZ. MUNICIPAL

INSTRUÇÃO DE ACESSO À CONTRAFÉ ELETRÔNICA

Nome: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS

Processo: 5129970-24.2021.8.13.0024

Classe: Mandado de Segurança Cível

Para acessar à Contrafé Eletrônica, seguir as instruções abaixo:

Instruções:

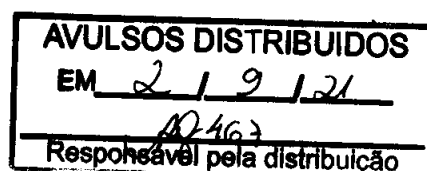
a) Acessar o Portal TJMG >> PJe - Processo Judicial Eletrônico >> CONTRAFÉ ELETRÔNICA >> ACESSE O SISTEMA DE CONTRAFÉ

b) Informar, no campo "Processo", o número do processo exibido no cabeçalho acima.

c) Informar, no campo "Código de Acesso", a chave de acesso abaixo e acionar o botão "Pesquisar".

Chave de acesso: 50ee19d2cddd7eed0a74c37a0bf332

Observação: Esta chave de acesso é válida até 28/12/2021





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO Nº _____

Erro material. Fica recebido como:

OFÍCIO

Em 02/09/2021

[Signature]

Divapc

Senhor Diretor,

Protocolo cópia do mandado de notificação recebido no gabinete, referente a decisão judicial proferida pela 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5129216-82.2021.8.13.0024. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Fernando de Aguiar Carvalho contra ato do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans – instituída pelo Requerimento 145/2021 – onde requereu liminar para que fosse determinada a suspensão da quebra dos seus sigilos bancários, fiscal e de dados, aprovada pela CPI.

Assim, pede que a documentação seja prontamente encaminhada a Procuradoria da Casa para que esta tome as providências necessárias. Ainda, requer a juntada e a publicação do documento, vez que trata de medida conexa aos trabalhos realizados pela CPI da BHTrans.

Reitero na oportunidade, os mais elevados votos de estima e distinta consideração.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2021

[Signature]
Vereador Gabriel

Ao Senhor,
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro.
Diretor da Diretoria do Processo Legislativo.

CPI-1ª Var. Faz. Pública-02-Set-2021-11:30-002294-1/2

2882
15



PJe
Processo Judicial
eletrônico



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

URGENTE

Belo Horizonte

1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte

AV. RAJA GABAGLIA, 1753 - 8º ANDAR - LUXEMBURGO -

Mandado de Segurança

308 - MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

1ª FAZ. MUNICIPAL

PROCESSO: 5129216-82.2021.8.13.0024

(PROCESSO ELETRÔNICO)

MANDADO: 1

NOSSO Nº: 550884-7

IMPETRANTE: FERNANDO DE AGUIAR CARVALHO

IMPETRADO (A): PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS e Outro(s).

PESSOA A SER NOTIFICADA:

PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS

Endereço:

AV.DOS ANDRADAS, 3100 - Fone:

SANTA EFIGÊNIA - CEP: 30260070 - BELO HORIZONTE/MG

Referência: AVENIDA FRANCISCO SALES / RUA FRUTAL

O(A) Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a), que, em cumprimento a este e observadas as formalidades legais, NOTIFIQUE A PARTE, nome e endereço acima indicados, conforme despacho transcrito abaixo.

DESPACHO JUDICIAL

Concedo a segurança liminar, para suspender o ato que determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemática do impetrante e, caso as entidades requeridas já tenham enviado os dados pleiteados, este não devem ser utilizados pela CPI, devendo ser lacrados e disponibilizados aos legítimos proprietários de cada um deles. NOTIFIQUE-SE a ilustre autoridade impetrada para, querendo, apresentar, em 10 (dez) dias, informações.

Ciente: _____

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

THYAGO DE FREITAS LIMA
REGIÃO: 999 - CONTORNO

Mandado: 1

COM VERBA
INDENIZATÓRIA

Certidão: ☐ Verso
☐ Anexa

Verba Indenizatória de R\$ 25,24 já empenhada.

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS

URGENTE

BELO HORIZONTE, 01 de setembro de 2021.

My - 2833-2
Escrivã(o) Judicial: **LUZIMAR SILVA NUNES GONTIJO**
pl por ordem do(a) Juiz(a) de Direito



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

BELO HORIZONTE

AV. RAJA GABAGLIA, 1753, 8º ANDAR, LUXEMBURGO, BELO HORIZONTE, CEP 30380-900

1ª FAZ. MUNICIPAL

INSTRUÇÃO DE ACESSO À CONTRAFÉ ELETRÔNICA

Nome: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS

Processo: 5129216-82.2021.8.13.0024

Classe: Mandado de Segurança Cível

Para acessar à Contrafé Eletrônica, seguir as instruções abaixo:

Instruções:

a) Acessar o Portal TJMG >> PJe - Processo Judicial Eletrônico >> CONTRAFÉ ELETRÔNICA >> ACESSE O SISTEMA DE CONTRAFÉ

b) Informar, no campo "Processo", o número do processo exibido no cabeçalho acima.

c) Informar, no campo "Código de Acesso", a chave de acesso abaixo e acionar o botão "Pesquisar".

Chave de acesso: 50edf53b9a12e36b06ea47c68c39bf

Observação: Esta chave de acesso é válida até 30/12/2021





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5129216-82.2021.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico]

IMPETRANTE: FERNANDO DE AGUIAR CARVALHO

IMPETRADO: Procurador-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte e outros

DECISÃO

Vistos etc.

FERNANDO DE AGUIAR CARVALHO Impetrou Mandado de Segurança contra ato do **PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS, Vereador Gabriel Azevedo**, todos devidamente qualificados na inicial, requerendo:

a) a concessão de liminar, inaudita altera pars, para suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do Impetrante aprovada pela CPI da BHTRANS na Câmara de Vereadores em 11 de agosto de 2021;

b) caso as entidades requeridas já tenham enviados os dados pleiteados, requer não sejam utilizados pela CPI, devendo ser lacrados e disponibilizados aos legítimos proprietários de cada um deles.

Informou que, foi instaurada perante a Câmara Municipal de Belo Horizonte, Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI cujo intuito é investigar omissão da BHTRANS frente ao suposto desrespeito constante das normas de prestação de serviço de transporte público coletivo de

passageiros pelas concessionárias, conforme se infere do Requerimento 145/2021.

Afirmou que, em 11/08/2021, a pedido da Vereadora Bella Gonçalves, à presidência da Comissão Parlamentar, através do Requerimento nº 967/2021, foi aprovada a *“quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático dos representantes das empresas envolvidas”*.

Informou que em todos os casos, os requerimentos de quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados foram para o mesmo intervalo de tempo, qual seja, dos anos de 2007 a 2008 e de 2013 a 2021, ou seja, 11 anos de dados pessoais expostos.

Ressaltou que, estamos diante de uma decisão que atinge indistintamente empresários, consultores, agentes públicos e integrantes de empresas de auditoria ou de engenharia, sem a mínima fundamentação para tanto.

Por fim, sustentou que a sua presença, inclusive, foi justificada pelo fato de ser representante legal da empresa Viação Carneirinhos LTDA., integrante do Consórcio Pampulha, e sócio da Empresa Valadarense de Transporte Coletivo LTDA., que sequer fazem parte do “Consórcio DEZ”, objeto da CPI, logo, não há nenhum fundamento a lastrear a justificação dos nomes escolhidos.

Requeru a medida liminar nos termos acima consignados. Com a inicial juntou documentos.

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por **FERNANDO DE AGUIAR CARVALHO** contra ato do **Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito**, Vereador Gabriel Azevedo, visando à suspensão de decisão que acolheu pedido da CPI para quebra de sigilos bancário, fiscal e telemático.

A Comissão Parlamentar de inquérito, conforme consta do documento de ID 5379528032, foi constituída “para apurar a omissão da BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte frente ao desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros no município, pelas concessionárias responsáveis, sendo necessária e urgente a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de evitar maior prejuízo para coletividade”.

Da **JUSTIFICATIVA** consta:

A BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte é a responsável pela fiscalização da prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros na capital. Dentre as atribuições, destaca-se o poder-dever de fiscalizar a prestação dos serviços nos termos definidos pela legislação e em contrato, podendo promover a autuação nos casos em que forem constatadas irregularidades.

No entanto, o que se observou durante o último ano foi uma omissão dolosa dessa empresa, cuja apatia e falta de atuação importou em prejuízo incalculável para os munícipes, especialmente àqueles em situação de maior vulnerabilidade social que dependem exclusivamente do transporte coletivo para se locomover.

É assustador a análise dos números da atuação da famigerada empresa no último ano, momento em que enfrentamos uma pandemia com consequências gravíssimas, seja pelo altíssimo número de mortes registradas até o momento, seja pelos impactos financeiros que acompanharam o cenário de calamidade pública.

Somente no ano de 2020, até a data de 16/12/2020, foram registradas mais de 24 (vinte e quatro) mil autuações, sendo 72% dessas infrações cometidas no período da pandemia. As situações de desrespeito envolvem a redução indevida da frota de veículos, descumprimento de horários, desrespeito às normas de lotação dos veículos além da ausência de medidas como a disponibilização de álcool gel aos passageiros. O descumprimento de todas essas medidas tem impacto direto no número de contaminações por Covid-19 em Belo Horizonte, uma vez que as pessoas se amontoam nos poucos veículos disponíveis, que não apresentam os insuetos básicos para a prevenção ao novo coronavírus.

Causa arrepio aferir que dessas 24 mil autuações, somente 366 teriam efetivamente virado multas, sendo que nenhuma delas foi paga.

A atuação ineficiente e omissa da empresa fica evidenciada, vez que a fiscalização do serviço de transporte na cidade vai muito além da mera aplicação de autuação, que como demonstrado pelos dados apírcia, são insuficientes por si só para garantir a efetiva prestação do serviço.

Em um teatro de aparências, os responsáveis pela fiscalização ficam silentes frente ao desrespeito recorrente das concessionárias aos termos do contrato, aplicando autuações que não são pagas em uma pantomima que não pode ser entendida como efetiva fiscalização.

Há elementos suficientes para revisão imediata ou mesmo o cancelamento do presente contrato frente ao recorrente desrespeito à forma de execução do serviço. No entanto, a supracitada empresa pública não é capaz sequer de exigir a aplicação da Lei que determina a obrigatoriedade do cobrador nos veículos, situação que se arrasta há anos sem solução.

Por outro lado, as concessionárias alegam que operam no prejuízo, o que motivou ao adiantamento de compra de passagens pelo Poder Executivo, em um claro socorro financeiro às empresas. No entanto, os dados para a composição do preço das passagens não é e nunca foi acessível, existindo inclusive ação no Ministério Público para que os dados estejam disponíveis conforme determina a legislação vigente.

A empresa que detém o monopólio das informações é incapaz de exigir o cumprimento da Lei, e falha ao apresentar os dados que justificariam o preço da passagem na capital. Além disso se mostrou incapaz de apresentar alternativas frente ao reiterado e criminoso descumprimento das normas contratuais na prestação do serviço de transporte. Ainda assim, não há qualquer manifestação da BHTrans sobre os reiterados descumprimentos da legislação vigente, mantendo um silêncio inquietante frente ao contrato que só finda em 2028.

Dessa feita, é papel do Poder Legislativo investigar a omissão recorrente da empresa com a fiscalização do transporte público coletivo municipal, cuja prestação nos moldes atuais não observa as condições

mínimas para garantir a segurança dos passageiros durante a pandemia, e reflete diretamente no número de casos na capital.

A mera leitura da justificativa para a constituição da CPI permite vislumbrar a presença do ***fumus boni iuris***, pois nada consta daquela que permita afirmar a necessidade de produção de provas através da quebra de sigilo bancário, fiscal e telemático do ora impetrante, nem mesmo se considerado o aditamento (ID 5379528038) "a trajetória e a composição econômica do setor, que assistiu a baixíssimos índices de renovação de empresas e famílias de empresários nas atuais concessionárias do serviço público de transporte coletivo nas últimas décadas", bem como as seguintes informações (ID 5379528042):

- Todas as propostas vencedoras apresentavam os mesmos erros de português e pontuação, páginas em branco nos mesmos itens, e identidade de modelos apresentados;
- As certidões cíveis emitidas pelo TJMG foram sequenciais para concorrentes diversos; - As certidões negativas de débitos relativas ao FGTS foram emitidas, com diferença de minutos, para várias empresas concorrentes;
- As propostas de dimensionamento de frota, tema extremamente sensível para ser compartilhado entre concorrentes reais, foram salvos pelas mesma funcionária da Tecnotrans;
- A mesma funcionária salvou diversos outros documentos para diversos concorrentes, conforme documentos 32, 33, 34, 36 37, 38, 40, 41, 42, 43 e 45, não excluídos outros também juntados ao material da CPI;
- Todos os arquivos das 6 concorrentes foram salvos em apenas duas datas e com diferença de apenas alguns minutos (págs, 12 a 14 da Fase 2 do inquérito Civil MPC 001.2019.066);
- A planilha de proposta do Consórcio Via Urbana apresentava nomenclatura "links e Nós BH — Tecnotran", demonstrando a participação da empresa na elaboração dos documentos;
- Alterações idênticas nos modelos fornecidos pela Licitante para todas as participantes, demonstrando que a mesma pessoa produziu todos os documentos; Autenticação sequencial em cartório dos documentos apresentados por todas as concorrentes, em período de aproximadamente 5 minutos, na mesma data;
- Prestação pela empresa Tecnotrans de assessoria na concorrência pública 003/2011 (proc Adm. 129/2011 Transporte Coletivo Distrital de Governador Valadares) a empresa que perdeu a concorrência de 2008 em Belo Horizonte, mas que pertence ao mesmo grupo empresarial das empresas que venceram, demonstrando indícios claros da repetição do modus operandi da empresa Tecnotrans na montagem de licitações;
- Confusão societária e a presença de pessoas do mesmo grupo empresarial e até da mesma família entre diversas concorrentes, o que era expressamente vedado pelo edital (págs 31 e 32 da fase 2 do inquérito Civil MPC 001.2019.066);
- Coincidência de endereços informados por empresas teoricamente concorrentes;

Ademais, a **motivação** do pedido respectivo é praticamente inexistente, sendo ela, como se vê de ID 5379528042, a seguinte:

Fernando Aguiar Carvalho, CPF 104.632.166-87, representante legal da empresa Viação Carneirinhos Ltda., integrante do Consórcio Pampulha, e sócio da Empresa Valadarense de Transportes Coletivos Ltda., entre outras. Envolvimento: possui ligação societária com duas supostas "concorrentes", mas que, na realidade, pertencem ao mesmo grupo empresarial e atuaram em conjunto para dar ares de disputa à Concorrência Pública n. 131/2008.

Assim é que, a par do juízo de valor deixado às escâncaras no **Requerimento de Comissão nº 967/2021** (ID 5379528042) – possui ligação societária com duas supostas "concorrentes", mas que, na realidade, pertencem ao mesmo grupo empresarial e atuaram em conjunto para dar ares de disputa à Concorrência Pública n. 131/2008 –, não é possível constatar em que está embasada a intenção de a CPI quebrar os sigilos do ora impetrante, ficando a situação ainda de mais difícil compreensão quando se tenta, nesse estreito contexto, entender a intenção de que a quebra de sigilo esteja contida dentro dos períodos de tempo informados. Na verdade, vislumbra-se ali apenas um mero querer, puro e simples, praticamente vazio de motivação, situação que vicia o ato de acolhimento do requerimento.

Merece registro a decisão do STF que trata da deficiência na fundamentação em quebras de sigilo no âmbito de CPIs.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FATOS CONCRETOS – FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA - INADMISSIBILIDADE - CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE - CONSEQÜENTE INVALIDAÇÃO DO ATO DE "DISCLOSURE" - INOCORRÊNCIA, EM TAL HIPÓTESE, DE TRANSGRESSÃO AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO. A QUEBRA DE SIGILO - QUE SE APÓIA EM FUNDAMENTOS GENÉRICOS E QUE NÃO INDICA FATOS CONCRETOS E PRECISOS REFERENTES À PESSOA SOB INVESTIGAÇÃO - CONSTITUI ATO EIVADO DE NULIDADE. - A quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o ordenamento constitucional, quando fundada em deliberações emanadas de CPI cujo suporte decisório apoia-se em formulações genéricas, destituídas da necessária e específica indicação de causa provável, que se qualifica como pressuposto legitimador da ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Constituição da República. Precedentes. Doutrina. O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. - O Supremo Tribunal Federal, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, neutralizando, desse modo, abusos cometidos por Comissão Parlamentar de Inquérito, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República. O regular exercício da função jurisdicional, nesse contexto, porque vocacionado a fazer prevalecer a autoridade da Constituição, não transgredir o princípio da separação de poderes. Doutrina. Precedentes. (MS 25668, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 23/03/2006, DJ 04-08-2006 PP-00027 EMENT VOL-02240-03 PP-00410 RTJ VOL-00200-02 PP-00778 RCJ v. 20, n. 129, 2006, p. 55-66) (destaquei)

É o caso dos autos.

No mais, presente o *periculum in mora*, pois quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados, em um período de 10 (dez) anos, a maior parte fora do período da **pandemia**, poderá causar claro prejuízo ao ora impetrante, inclusive com atentado à intimidade. A respeito, é cediço que a importância de uma CPI, pelos assuntos tratados, e o grande poder colocado nas mãos de seus membros, exige extremo cuidado por parte destes na coleta de provas.

ISSO POSTO, concedo a segurança liminar, para suspender o ato que determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemática do impetrante e, caso as entidades requeridas já tenham enviado os dados pleiteados, este não devem ser utilizados pela CPI, devendo ser lacrados e disponibilizados aos legítimos proprietários de cada um deles.

OFICIE-SE o Banco Central do Brasil, a Receita Federal e a Anatel da decisão da medida liminar, para que não seja realizado o envio de informações a respeito do impetrante à CPI da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.

Intime-se as partes desta decisão.

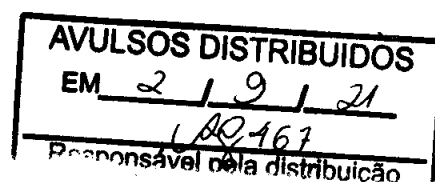
NOTIFIQUE-SE a ilustre autoridade impetrada para, querendo, apresentar, em 10 (dez) dias, informações.

Dar CIÊNCIA à Procuradoria-Geral da **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**.

Após, com ou sem informações, ao MINISTÉRIO PÚBLICO para parecer final.

P.R.I.C.

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO Nº _____

Senhor Diretor,

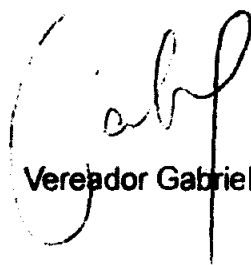
Erro material. Leia-se:
OFÍCIO
JL 658, 08/09/21

Protocolo cópia do mandado de notificação recebido no gabinete, referente a decisão judicial proferida pela 1ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5130006-66.2021.8.13.0024. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Marcelo Carvalho Santos contra ato do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans – instituída pelo Requerimento 145/2021 – onde requereu liminar para que fosse determinada a suspensão da quebra dos seus sigilos bancários, fiscal e de dados, aprovada pela CPI.

Assim, pede que a documentação seja prontamente encaminhada a Procuradoria da Casa para que esta tome as providências necessárias. Ainda, requer a juntada e a publicação do documento, vez que trata de medida conexa aos trabalhos realizados pela CPI da BHTrans.

Reitero na oportunidade, os mais elevados votos de estima e distinta consideração.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2021


Vereador Gabriel

Ao Senhor,

Fredenico Stefano de Oliveira Arrieiro.

Diretor da Diretoria do Processo Legislativo

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 03/09/2021
HORA: 17:25:01

SIL 2853



PJe
Processo Judicial
eletrônico



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

URGENTE

Belo Horizonte

1ª Vara dos Feltos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte

AV. RAJA GABAGLIA, 1753 - 8º ANDAR - LUXEMBURGO -

Mandado de Segurança

308 - MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

1ª FAZ. MUNICIPAL

PROCESSO: 5130006-66.2021.8.13.0024

(PROCESSO ELETRÔNICO)

MANDADO: 1

NCSSC Nº: 551169-2

IMPETRANTE: MARCELO CARVALHO SANTOS

IMPETRADO (A): PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE e
Outro(s).

PESSOA A SER NOTIFICADA:

PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS

Endereço:

AV. DOS ANDRADAS, 3100 - Fone:

SANTA EFIGÊNIA - CEP: 30260070 - BELO HORIZONTE/MG

Referência: AVENIDA FRANCISCO SALES / RUA FRUTAL

O A, Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça
Avaliador(a) abaixo nominado(a), que, em cumprimento a este e observadas
as formalidades legais, NOTIFIQUE A PARTE, nome e endereço acima
indicados, conforme despacho transcrito abaixo.

DESPACHO JUDICIAL

NOTIFIQUE-SE a ilustre autoridade impetrada para, querendo,
apresentar, em 10 (dez) dias, informações.

Ciente: _____

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de documento de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional

RENATO RYAL DIAS
REGIÃO: 999 - CONTORNO

Mandado: 1

COM VERBA
INDENIZATÓRIA


Verba Indenizatória de R\$ 25,24 já empenhada

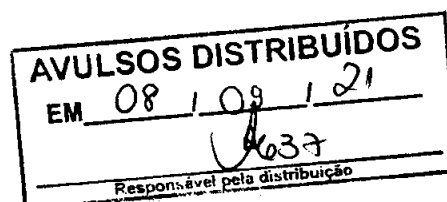
Certidão: Verso
Anexa

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 AS 18:00 HORAS

URGENTE

BELO HORIZONTE, 31 de agosto de 2021.


Escrivã(o) Judicial: LUZIMAR SILVA NUNES GONTIJO
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REQUERIMENTO Nº _____

Erro material. Leia-se:

OFÍCIO

TPL 658,06/09/21

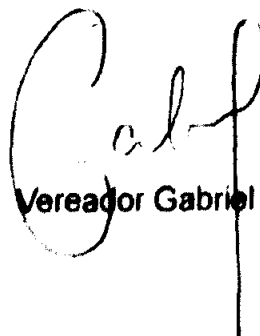
Senhor Diretor,

Protocolo cópia do mandado de notificação recebido no gabinete, referente a decisão judicial proferida pela 3ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte, nos autos do Processo nº 5124648-94.2021.8.13.0024. Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Marcio de Moraes Matos contra ato do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans – instituída pelo Requerimento 145/2021 – onde requereu liminar para que fosse determinada a suspensão da quebra dos seus sigilos bancários, fiscal e de dados, aprovada pela CPI.

Assim, pede que a documentação seja prontamente encaminhada a Procuradoria da Casa para que esta tome as providências necessárias. Ainda, requer a juntada e a publicação do documento, vez que trata de medida conexa aos trabalhos realizados pela CPI da BHTrans.

Reitero na oportunidade, os mais elevados votos de estima e distinta consideração.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2021


Vereador Gabriel

Ao Senhor,

Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro

Diretor da Diretoria do Processo Legislativo.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 03/09/2021
HORA: 17:24:59

SIL 2854



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

URGENTE

Belo Horizonte

3ª Vara dos Feltos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte

AV. RAJA GABAGLIA, 1753 - 8º ANDAR - LUXEMBURGO -

Mandado de Segurança

308 - MANDADO DE NOTIFICAÇÃO

3ª FAZ. MUNICIPAL

PROCESSO: 5124648-23.2021.8.13.0024

(PROCESSO ELETRÔNICO)

MANDADO: 1

NOSSO Nº: 551163-0

IMPETRANTE: JOSE MARCIO DE MORAIS MATOS

IMPETRADO (A): PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
Outro(s).

PROCESSO ORIGEM: 5121591-94.2021.8.13.0024

PESSOA A SER NOTIFICADA:

PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS

Endereço:

AV.DOS ANDRADAS, 3100, AVENIDA DOS ANDRADAS 3100 - Fone:

SANTA EFIGÊNIA - CEP: 30260900 - BELO HORIZONTE/MG

Referência: AVENIDA FRANCISCO SALES / RUA FRUTAL

O(A) Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao(à) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a), que, em cumprimento a este e observada as formalidades legais, NOTIFIQUE A PARTE, nome e endereço acima indicados, conforme despacho transcrito abaixo.

DESPACHO JUDICIAL

Intime-se ainda do deferimento da liminar (decisão de id nº 5456627998 em anexo) . "... Notifique-se o impetrado para que, no prazo de dez dias, preste as informações que entender necessária (inciso I do art 7º da Lei nº 12.016/2.009).Obs.: Para visualização da petição INICIAL documentos acessar o Portal do TJMG, conforme Instrução de Acesso à Contr Fê Eletrônica, que segue anexa.

Ciente: _____

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

HAMILTON FIGUEIREDO FREIRE

REGIÃO: 999 - CONTORNO

Mandado 1

**COM VERBA
INDENIZATÓRIA**

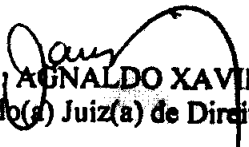
Certidão Verso
Anexo

Verba Indenizatória de R\$ 25,24 já empenhada

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS

URGEN

BELO HORIZONTE, 31 de agosto de 2021.

Escrivã(o) Judicial:  AGNALDO XAVIER DIAS
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

BELO HORIZONTE

AV. RAJA GABAGLIA, 1753, 8º ANDAR, LUXEMBURGO, BELO HORIZONTE, CEP 30380-900

3º FAZ. MUNICIPAL

INSTRUÇÃO DE ACESSO À CONTRAFÉ ELETRÔNICA

Nome: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS

Processo: 5124648-23.2021.8.13.0024

Classe: Mandado de Segurança Cível

Para acessar à Contrafé Eletrônica, seguir as instruções abaixo:

Instruções:

a) Acessar o Portal TJMG >> PJe - Processo Judicial Eletrônico >> CONTRAFÉ ELETRÔNICA >> ACESSE O SISTEMA DE CONTRAFÉ

b) Informar, no campo "Processo", o número do processo exibido no cabeçalho acima.

c) Informar, no campo "Código de Acesso", a chave de acesso abaixo e acionar o botão "Pesquisar".

Chave de acesso: 50ee1b15ed672a642124da374c7772

Observação: Esta chave de acesso é válida até 29/12/2021





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5124648-23.2021.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico]

IMPETRANTE: JOSE MARCIO DE MORAIS MATOS

IMPETRADO: Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTRANS e outros

Decisão

Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Márcio de Moraes Matos em face de ato coator praticado pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans, Gabriel Azevedo, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo qual requer liminarmente e ao final, a concessão da segurança para suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do Impetrante, requer seja oficiado o Banco Central do Brasil, a Receita Federal e a Anatel, subsidiariamente, caso as entidades citadas já tenham enviado os dados pleiteados, requer o Impetrante que os dados não sejam utilizados pela CPI, devendo ser lacrados e disponibilizados aos legítimos proprietários de cada um deles.

Para tanto alegou o Impetrante que encontra-se instituída perante a Câmara Municipal de Belo Horizonte, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja finalidade é apurar a alegada omissão da BHTrans frente ao suposto desrespeito constante das normas de prestação de serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município, pelas concessionárias responsáveis; aduz que no dia 11 de agosto de 2.021, foi aprovado o requerimento de comissão nº 967/2.021, cujo o objetivo é a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados de vinte e três pessoas, além de outra setes alcançadas por decisão proferida anteriormente; que em todos os casos, as quebras de sigilo bancário, fiscal e de dados ocorreriam pelo mesmo intervalo de tempo, de 2.007 a 2.008 e de 2.013 a 2.021; defende que trata-se de uma decisão que alcança, sem qualquer individualização, empresários, consultores, agentes públicos e integrantes de empresas de auditoria ou de engenharia; narra que o Impetrante sequer foi ouvido na Comissão, que nunca recebeu qualquer convite para participar desta, nem como testemunha.

Sustenta o Impetrante que não há qualquer explicação a lastrear a razão dos nomes escolhidos, que não há fundamento para os períodos eleitos e qual seria a prova a ser produzida que não seria possível obter de outro modo; que a realização de auditoria em 2.013 e 2.017, o autor não tem qualquer ingerência na condução e contratação de empresas pelo poder público; que a Comissão não foi capaz de indicar qual o ato praticado especificamente pelo

Impetrante que possa ser envolvido pela quebra dos sigilos; que a CPI tem disponibilizado documentos sem qualquer critério ou cuidado, incluindo dados relativos a terceiros, como contracheques de empregados; que o presidente da comissão por diversas vezes se refere aos empresários do setor e aos envolvidos no processo licitatório com expressões de baixo calão.

Fundamentou seu direito amparando-se no vício que culminaria a CPI, eis que esta exige quórum de 1/3 da Câmara para aprovar sua constituição, sendo que sua aprovação se deu na Reunião do dia 21 de maio de 2.021, somente pelos membros da Comissão, contrariando o Regimento Interno da Câmara, uma vez foi aprovada com sete votos, sendo que dependeria de no mínimo treze votos; que o contrato de concessão do transporte coletivo está em vigor desde 2.008, que este já foi objeto de investigação no âmbito do Ministério Público Estadual, com o consequente arquivamento homologado por seu Conselho Superior; que a medida afronta direito líquido e certo do Impetrante ao sigilo resguardado pelos incisos X e XII do art. 5º da CF e das disposições do art. 11, da Convenção Americana de Direitos Humanos e do art. 2º da Lei nº 9.296/1.996; que para cada sigilo que se pretende quebrar, deve ser imposto ônus argumentativo específico a fim de demonstrar que tipo de evidência se poderia obter, e a correlação entre possíveis condutas dos acusados nos períodos ventilados; que não há nenhuma explicação sobre as quebras em geral; que o MP junto ao TCE também se dedicam atualmente sobre o tema, sem que quebras tenham sido realizadas; que a quebra do sigilo é genérica, que não delimita o fato que se pretende provar com a quebra e, muito menos, a razão de que a prova não pode ser

obtida por outros meios disponíveis no ordenamento jurídico.

o relator

Defende o Impetrante que a CPI não julga, não pune, não denuncia, não substituiu o Ministério Público ou o Poder Judiciário, de modo que não pode exercer controle sobre as atribuições finalísticas de julgar, denunciar ou arquivar, limitando-se a investigar ou apurar fatos relacionados à administração, envolvendo agentes públicos ou privados, porém, sem a possibilidade de imprimir juízo de substituição no âmbito de competências de outro órgão ou Poder; que deve a CPI observar a exigência de fundamentação das decisões conforme prescrito no art. 93, IX da CF; que as Casas Legislativas investigam fatos diretamente relacionados ao seu campo de atribuições, assim, a Câmara Municipal não cuida de tema já apreciado e arquivado no âmbito do MP Estadual; que nos casos em que se revelar possível o exercício pela CPI de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, a prática dessas prerrogativas está sujeita aos mesmos condicionamentos e limitações que regem os magistrados.

Discorreu a respeito do cabimento do pedido liminar. Juntou documentos. Colacionou jurisprudências. Atribuiu a causa o valor de mil reais (ID nº 5243428024).

o relatório. **Decido.**

O artigo 1º, da Lei 12.016/2.009, dispõe que se concederá mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa venha a sofrer violação por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerçam.

De início, destaco que, na estreita via deste mandado de segurança não é possível o Juiz declarar ou autorizar algo, mas suspender ou anular o ato de autoridade, tido como defeituoso, o que restabelece a situação anterior, que não foi criada pelo Juízo. Assim, não há falar-se em intervenção do Poder Judiciário em atos privativos de outros poderes.

Sustenta o impetrante que no dia 11 de agosto de 2.021, foi aprovado o Requerimento de Comissão nº 967/2.021, com o objetivo da quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados de vinte e três pessoas; que a referida quebra ocorreu pelo mesmo intervalo de tempo, de 2.007 a 2.008 e de 2.013 a 2.021 para todas as pessoas.

Destaca o Impetrante, que trata-se de uma decisão que alcança, qualquer individualização, empresários, consultores, agentes públicos e integrantes de empresas de autoria ou engenharia.

A Constituição Federal de 1.988, determina em seus incisos X e XII do art. 5º, que são direitos fundamentais do indivíduo:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Entretanto, ainda que considerados como direitos fundamentais, estes não são absolutos, comportando exceções, tais como por meio de decisões aprovadas em Comissões Parlamentares de Inquérito.

No que concerne o poder de determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, não há de se argumentar a eventual ilegitimidade

Caixa
agentes

A Comissão Parlamentar de Inquérito, eis que pacificado em nosso ordenamento, que poderá a CPI, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados.

Contudo, imperioso e inafastável a necessidade da decisão aprovada por CPI, que determine a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, seja sempre fundamentada e motivada, sob o risco de afronta constitucional.

Neste sentido são as palavras do Ministro Celso de Mello, em sede de julgamento do Mandado de Segurança nº 23851, *"a quebra de sigilo não pode ser utilizada como instrumento de devassa indiscriminada, sob pena de ofensa à garantia constitucional da intimidade."*

Verifico na página 5, do Requerimento 967/2.021, anexado ao ID nº 5243358089, que o envolvimento apontado pela CPI, a fim de fundamentar o apontamento ao Impetrante, constou como *"o Consórcio BH Leste participou do conluio entre os licitantes na Concorrência Pública nº 131/2.008; Período de referência das quebras de sigilo: 2.007 a 2.008 e 2.013 a 2.021."*

Assim, resta comprovada a alegada ausência de individualização e fundamentação da decisão que determinou a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados do Impetrante, eis que clara a fundamentação genérica. Ademais, não restou demonstrado pela CPI quais as provas que pretendem alcançar e o motivo de que não podem ser encontradas por vias diversas, ainda, importante destacar que o Impetrante sequer foi intimado, ou ouvido, nem mesmo como testemunha.

Isso posto, o ato de autoridade, na hipótese, é a abusividade do poder de quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados conferido à CPI.

A abusividade desse ato está consubstanciada pela ausência de fundamentação e motivação do ato que determinou a quebra de sigilo do Impetrante, eis que genérica e baseada em suposições.

Consequentemente, o seu direito líquido e certo violado é sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bem como o sigilo de suas correspondências e comunicações telegráficas e telefônicas.

ação e

Diante do exposto, vislumbro, de plano o direito líquido e certo do impetrante e **defiro o pedido liminar para suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do Impetrante, ainda, caso as entidades requeridas já tenham fornecido os dados solicitados, defiro o pedido de lacre, devendo estes serem disponibilizados ao legítimo proprietário, ora Impetrante.**

No que concerne o valor da causa, atribuído em R\$1.000,00 (mil reais), verifico que este não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, conforme dispõe o § 2º do art. 292, do CPC, contudo, diante a urgência da segurança pleiteada, **determino ao Impetrante, para que no prazo de até quinze dias úteis, emende ou complete a petição inicial**, de modo que o seu valor atribuído corresponda ao valor médio aproximado de sua renda anual, com uma variação no limite de 50% (cinquenta por cento), para o mínimo ou para o máximo, a fim de se preservar a ciência de tais valores.

Em sequência, deverá o Impetrante recolher eventuais custas complementares, sob pena de revogação da liminar concedida.

Notifique-se o impetrado para que, no prazo de dez dias, preste as

informações que entender necessária (inciso I do art. 7º da Lei 12.016/2.009).

Cientifique-se, ainda, o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, para que, querendo, ingresse no feito (inciso II do art. 7º da Lei n.º 12.016/2.009).

Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, ao Ministério Público, por dez dias, em cumprimento à regra disposta no art. 12 da Lei n.º 12.016/2.009. Findo este último prazo, também com ou sem manifestação, ao contador judicial para conta das custas finais e adiantamento pela parte, se for o caso, para depois ser conclusos para sentença (Parágrafo único do art. 12 da Lei nº 12.016/2.009).

I.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2.021.



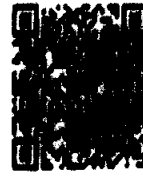
Assinado eletronicamente por: **WAUNER BATISTA FERREIRA**

MACHADO

30/08/2021 17:36:41

[https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento](https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)
/listView.seam

ID do documento: **5456627998**



21083017364106800005455035367

AVULSOS DISTRIBUIDOS

EM 08 / 09 / 21

1637

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

MEMORANDO PROLEG 54/2021

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2021.

Ilmo. Senhor Diretor
Frederico Stéfano de Oliveira Arrieiro
Diretor do Legislativo

Assunto: Apresenta relatório de atividades da Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Senhor Vereador,

Cumprimentando-o respeitosamente, venho, em razão da iminente conclusão dos trabalhos da CPI da BHTrans, apresentar o relatório das atividades desenvolvidas pela Procuradoria no período.

Além do acompanhamento contínuo de todas as reuniões da CPI, a Proleg foi demandada para atuar nos temas adiante relacionados.

Primeiramente, cumpre destacar que a Procuradoria protocolou, em 03 de agosto de 2021, o pedido de compartilhamento das investigações relacionadas ao Senhor Robson José Lessa Carvalho, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 837/2021. Até a presente data, não houve apreciação do pedido (DOC. 1).

Outrossim, manifestou-se em diversos *habeas corpus* impetrados em favor do senhor Roberto José Carvalho. Em 12 de julho de 2011, foi formulado o pedido de reconsideração no 1.0000.21.124122-9/000, que tramitou perante a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), sem que se tenha obtido êxito. Contudo, em razão de nova convocação do depoente, houve a impetração do HC 1.0000.21.130308-6/000, mas o TJMG determinou ao paciente o seu comparecimento perante a CPI da BHTrans. Irresignado, novo *habeas corpus* foi impetrado perante o STJ (HC 682373/MG), que deferiu a liminar para permitir que deixar de comparecimento ao depoimento previsto. A Procuradoria requereu a retratação, o que foi negado, e interpôs Agravo Interno, em 27 de julho de 2021, o qual está pendente de julgamento. Em 20 de agosto foram prestadas informações ao juízo de 1º grau da Central de Inquéritos do TJMG no HC nº 1373667-82.2021.8.13.0024 (DOC. 2).

Ordem de Arquivamento - 02-Set-2021 - 14:04 - 002310-1/2

+582715



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Proleg também apresentou informações no *habeas corpus* impetrado em favor do senhor André Barra e da senhora Renata Righi nos autos do processo nº 1427372-92.2021.8.13.0024 que tramita perante a Central de Inquéritos. Em segunda instância, os pacientes lograram obter o salvo conduto para não comparecer ao depoimento marcado perante a CPI (HC nº 1451968-18.2021.8.13.0000). A Procuradoria interpôs Agravo Interno em 13 de agosto de 2021, o qual está pendente de julgamento (DOC. 3).

Outrossim, a Proleg foi provocada a requerer medidas cautelares de quebra de sigilo. Em 9 de agosto de 2021, foi protocolado o pedido de quebra de sigilo nº 1456520-51.2021.8.13.0024 em relação ao senhor Célio Freitas Bouzada, o qual foi distribuído para a Central de Inquéritos. Em 17 de agosto de 2021, houve o indeferimento do pedido (DOC. 4).

No Mandado de Segurança nº 5118275-73.2021.8.13.0024, impetrado por Roger Maciel de Oliveira, o juízo da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte concedeu a segurança liminar para suspender o ato que determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do impetrante. De igual modo, no Mandado de Segurança nº 5121591-94.2021.8.13.0024, o Sr. Renaldo de Carvalho Moura obteve a concessão da segurança liminar para suspender o ato que determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do impetrante (DOC. 5).

Diante da concessão de liminares que suspenderam os efeitos dos requerimentos da CPI da BHTrans (Requerimento de Comissão 911/2021 e Requerimento de Comissão 967/2021), em relação aos impetrantes supramencionados, bem como do indeferimento da quebra de sigilo do Sr. Célio Bouzada, além da manifestação da Procuradoria no Memorando Proleg nº 50/2021, em virtude do requerimento formulado, pela via administrativa, pelos senhores William Alberto de Aquino Pereira, Lívia Fernandes Pereira Tortoriello e Wallace Fernandes Pereira, entendeu-se necessária uma reavaliação das medidas por parte dos membros da CPI da BHTrans antes do ajuizamento de novas ações judiciais (DOC. 6).

Também foram recebidos os Ofícios GA 17 e 18/2021 com pedido de localização de endereços dos senhores José Braz Gomes Pereira Júnior, Marcelo Carvalho Santos e Roger Maciel Oliveira. Em resposta, a Proleg expediu o Memorando nº 46/2021 com os endereços solicitados (DOC. 7).

O Ofício GA 20/2021 que pedia a condução coercitiva do Sr. Marcelo Carvalho Santos perdeu o objeto, em razão do comparecimento espontâneo.




CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A Procuradoria encaminhou a notícia de fato protocolada perante o Ministério Público do Estado de Minas Gerais por meio do Memorando Proleg nº 48/2021 (DOC. 8).

Finalmente, a Procuradoria elaborou o Parecer Proleg nº 120/2021 em relação à consulta formulada por essa CPI acerca da convocação de investigados e testemunhas (DOC. 9).

Sendo o que cumpria relatar, aproveito a oportunidade para reiterar os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,


MARCOS AMARAL CASTRO
Procurador-Geral
OAB/MG 103.211

DOC. 1

**(Pet 5904696 e Pet 5904700 –
Pedido de compartilhamento das
investigações – STJ - Robson José
Lessa Carvalho)**



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Central do Processo Eletrônico
Petição Inicial

Autor do Documento

MARCOS AMARAL CASTRO

CPF: 05146225630 OAB: MG103211

Data de Recebimento do Documento no STJ

Data: 03/08/2021 Hora: 12:28:14

Peticionamento

SEQUENCIAL: 5904696

CLASSE: Pet

JUSTIÇA DE ORIGEM: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Detalhes

PEDIDO DE LIMINAR: Não

Custas: Não

PRIORIDADE Lei 12.008: Não

MAIOR DE 80 ANOS: Não

Partes/Advogados

REQUERENTE: BELO HORIZONTE CAMARA MUNICIPAL - 17316563000196

REQUERENTE: O PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BHTRANS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE -

MG103211 MARCOS AMARAL CASTRO

MG103211 MARCOS AMARAL CASTRO

REQUERIDO: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA -

Nome do Arquivo	Tipo	Hash
PET - 483MG.pdf	Petição Inicial	7E3C93D743F0D57991DCACB2728B9BDAB56F43F1
DOC. A.PDF	Outros Documentos	D5B0B940F32B80FAA882A34DB69E02CD2857ECD0
DOC. B.PDF	Outros Documentos	7AF52D380D5E1707EA626B413A40AD4ED80DBAF8
Procuração.pdf	Procuração do Requerente	D46C0581160941D71127536342635E64DC6D9D90

Documento assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º. § 2º., Inciso III, alínea "b", da Lei 11.419/2006.

A exatidão das informações transmitidas é da exclusiva responsabilidade do peticionário (Art. 12 da Resolução STJ//GP N. 10 de 6 de outubro de 2015).

Os dados contidos na petição podem ser conferidos pela Secretaria Judiciária, que procederá sua alteração em caso de desconformidade com os documentos apresentados, ficando mantidos os registros de todos os procedimentos no sistema (Parágrafo único do Art. 12 da Resolução STJ 10/2015 de 6 de outubro de 2015)



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Central do Processo Eletrônico
Petição Inicial

Autor do Documento

MARCOS AMARAL CASTRO

CPF: 05146225630 OAB: MG103211

Data de Recebimento do Documento no STJ

Data: 03/08/2021 Hora: 12:31:48

Peticionamento

SEQUENCIAL: 5904700

CLASSE: Pet

JUSTIÇA DE ORIGEM: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Detalhes

PEDIDO DE LIMINAR: Não

Custas: Não

PRIORIDADE Lei 12.008: Não

MAIOR DE 80 ANOS: Não

Partes/Advogados

REQUERENTE: GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO - 01466629622

REQUERENTE: BELO HORIZONTE CAMARA MUNICIPAL - 17316563000196

MG103211 MARCOS AMARAL CASTRO

REQUERIDO: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA -

Nome do Arquivo	Tipo	Hash
PET - 1057MG.pdf	Petição Inicial	C94FC6B8EEDC0A9CDF340E869F975BAFF1904BC3
DOC. A.PDF	Outros Documentos	D5B0B940F32B80FAA882A34DB69E02CD2857ECD0
DOC. B.PDF	Outros Documentos	7AF52D380D5E1707EA626B413A40AD4ED80DBAF8
Procuração.pdf	Procuração do Requerente	D46C0581160941D71127536342635E64DC6D9D90

Documento assinado eletronicamente nos termos do Art. 1º. § 2º., Inciso III, alínea "b", da Lei 11.419/2006.

A exatidão das informações transmitidas é da exclusiva responsabilidade do peticionário (Art. 12 da Resolução STJ//GP N. 10 de 6 de outubro de 2015).

Os dados contidos na petição podem ser conferidos pela Secretaria Judiciária, que procederá sua

alteração em caso de desconformidade com os documentos apresentados, ficando mantidos os registros de todos os procedimentos no sistema (Parágrafo único do Art. 12 da Resolução STJ 10/2015 de 6 de outubro de 2015)

DOC. 2

(HC 1.0000.21.124122-9/000
TJMG; HC 1.0000.21.130308-
6/000 TJMG; HC 682373/MG STJ; e
HC nº 1373667-82.2021.8.13.0024
Central de Inquéritos - Roberto
José Carvalho)



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.124122-9/000



2021002343191

HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 1.0000.21.124122-9/000 -
COMARCA DE BELO HORIZONTE - PACIENTE(S): ROBERTO JOSE
CARVALHO

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos.

Trata a espécie de *Habeas Corpus Preventivo*, com pedido de liminar, impetrado em favor do paciente ROBERTO JOSÉ CARVALHO, objetivando, com o writ, “a expedição de salvo-conduto que assegure ao paciente a faculdade de não estar presente à sessão da CPI para a qual está convocado, a se realizar no dia 13.07.21, às 9h30, especialmente quando, no presente caso, o paciente já tenha comparecido à audiência anterior com idêntica finalidade”.

Assenta o impetrante, em síntese, que o paciente fora intimado para ser ouvido no dia 07/07/2021, como investigado, em Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, tendo feito uso, na ocasião, do seu direito constitucional ao silêncio.

Sustenta, ainda, que a CPI, em retaliação ao silêncio do paciente, determinou a sua oitiva na qualidade de testemunha no dia 13/07/2021.

Aduz, ademais, que requereu ao juízo *a quo* “a expedição de salvo conduto que garantisse ao paciente o direito de não comparecer à sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, e como pedido subsidiário garantir a ele a faculdade de comparecer por meio virtual e retirar-se da sessão após manifestar expressamente sua intenção de permanecer em silêncio”.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.124122-9/000

Salienta, por fim, que teve o pleito apenas parcialmente deferido, *“limitando-se a garantir ao paciente o uso ao direito ao silêncio em relação às ‘perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo’, bem como ser assistido por advogado durante toda a sessão e de ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito.”*

Requer, então, a expedição de *“salvo-conduto que assegure ao paciente a faculdade de não estar presente à sessão da CPI para a qual está convocado, a se realizar no dia 13.07.21, às 9h30, especialmente quando, no presente caso, o paciente já tenha comparecido à audiência anterior com idêntica finalidade.”*

Liminar deferida pelo em. Desembargador Plantonista, Des. Furtado de Mendonça, para *“afastar a obrigatoriedade de comparecimento do paciente para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 13/07/2021”* (Ordem nº 12).

A autoridade tida por coatora prestou informações (Ordem nº 19).

A douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pela concessão definitiva da ordem.

O pedido é de ser tido por prejudicado.

Isso porque, conforme se verifica dos autos do processo eletrônico, a pretensão da defesa – de expedição de salvo-conduto para afastar a obrigatoriedade de comparecimento do paciente para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito – foi atendida, por decisão liminar, e a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito teria ocorrido em data é pretérita (dia 13/07/2021).

Sendo assim, feito o devido relevo, a perda do objeto é patente, donde exurge a prejudicialidade do pedido.

Doutro norte, em petição de ordem nº 25, pleiteiam o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito BHTrans da Câmara Municipal de Belo Horizonte e a Câmara Municipal De Belo Horizonte que seja reconsiderada a decisão proferida em sede de liminar, uma vez que “O



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.124122-9/000

PACIENTE tem, repise-se para terminar, com o que contribuir na qualidade de testemunha, por participar como ângulo relevante na prestação de um serviço essencial à população, sendo precipitado ele afirmar que essa nova convocação só servirá para repetir questionamentos que se recusou, em oportunidade outra, a responder quando chamado como investigado. Ele é uma só pessoa, mas tem condão para figurar na investigação em dois polos autônomos e distintos; se é investigado, pelo que praticou como concessionário, é também testemunha potencialmente eloquente por qualquer outra informação de que tenha sabido, quanto a terceiros, na consecução de seus serviços à esfera pública. Assim, resta evidenciada a incorreção da decisão ora impugnada, pelo que se faz imperiosa a atuação desse tribunal no saneamento da situação, através da cassação da liminar e restabelecimento da obrigação de comparecimento à oitiva".

Indefiro o pedido de reconsideração, por ausência de amparo legal.

Posto isso, por força do artigo 659 do CPP, **JULGO PREJUDICADO O PEDIDO.**

Belo Horizonte, 14 de julho de 2021.

DES. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL
Relator

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador ANTONIO CARLOS CRUVINEL, Certificado:

00D067531D1293AFD1DB77AE5E87B7FCBF, Belo Horizonte, 15 de julho de 2021 às 17:14:33.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador: 1000021124122900020212343191



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.130308-6/000



2021002369625

HABEAS CORPUS CRIMINAL
Nº 1.0000.21.130308-6/000
PACIENTE(S)
AUTORID COATORA

3ª CÂMARA CRIMINAL
BELO HORIZONTE
ROBERTO JOSE CARVALHO
JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INQUÉRITOS
DE BELO HORIZONTE

DESPACHO

Trata a espécie de *Habeas Corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor do paciente ROBERTO JOSÉ CARVALHO, objetivando, com o writ, “a concessão **LIMINAR** da presente ordem de *Habeas Corpus*, a fim de que seja expedido salvo-conduto que garanta ao paciente o direito de não comparecer à sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte para prestar depoimento, prevista para o dia 21 de julho de 2021, **como também a qualquer outra sessão daquela CPI em razão de convocações posteriores sob a mesma justificativa, fazendo-o mediante comunicação formal aos Parlamentares**”.

Assentam os impetrantes, em síntese, que o paciente foi novamente intimado para ser ouvido no dia 21/07/2021, na qualidade de testemunha, em Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.

Sustentam, ademais, que a autoridade tida por coatora deixou de conceder salvo-conduto que permitisse ao paciente o não comparecimento à sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans, designada para o dia 21/07/21.

Aduzem, ainda, que “a aprovação do novo requerimento de oitiva do paciente configura mais uma manobra da CPI que, em anômala atuação, atenta não apenas contra direitos consagrados do investigado, mas, também, contra decisão proferida nos autos do *Habeas Corpus* n. 1241229-67.2021.8.13.0000 pelo eminente

Fl. 1/3



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.130308-6/000

Desembargador Furtado de Mendonça que, no Plantão Judiciário, concedeu a liminar para “afastar a obrigatoriedade de comparecimento do paciente para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 13/07/2021”.

Salientam, por fim, que *“pretende-se mais do que o direito de silenciar, de não assinar termo de compromisso e de ver-se assistido por advogado em todos os atos a serem praticados perante a CPI, prerrogativas expressamente invocadas na primeira convocação do paciente; é preciso, agora, garantir-lhe novamente o direito de não comparecer a ato para o qual já foi anteriormente convocado e ao qual já compareceu anteriormente”.*

Requerem, então, liminarmente, a expedição de *“salvo-conduto que garanta ao paciente o direito de não comparecer à sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte para prestar novo depoimento, prevista para o dia 21 de julho de 2021, como também a qualquer outra sessão daquela CPI em razão de convocações posteriores sob a mesma justificativa, fazendo-o mediante comunicação formal aos Parlamentares”.*

Decido.

Ressalte-se que, em uma primeira análise, a decisão proferida pela autoridade tida por coatora está totalmente de acordo com recentes entendimentos do Supremo Tribunal Federal, em casos idênticos ao do presente *writ*.

Outrossim, como bem destacado pelo em. Ministro Ricardo Lewandowski, no HC nº 201.912/MC, *“o atendimento à convocação expedida pela Comissão Parlamentar de Inquérito, segundo os termos constitucionalmente estabelecidos, consubstancia um dever do paciente, especialmente porque comparecerá na condição de testemunha. O atendimento à convocação, em verdade, configura uma obrigação imposta a todo cidadão, e não uma mera faculdade jurídica”.*



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.130308-6/000

Destarte, em que pesem as alegações dos impetrantes, observa-se que, *in casu*, não se verifica de plano a plausibilidade do direito alegado, o que demonstra a inexistência do requisito genérico *fumus boni iuris*.

Consoante cediço, para a concessão da medida cautelar é necessária a presença conjugada dos dois requisitos genéricos autorizadores da medida, quais sejam *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

In casu, não se encontra presente a premissa do *fumus boni iuris*.

Por todo exposto, ante a ausência do requisito genérico (*fumus boni iuris*) autorizador da sua concessão, **INDEFIRO** a liminar requerida, eis que o pedido liminar em *Habeas Corpus* pressupõe a existência de notória ilegalidade ou abuso de poder supostamente praticado pela autoridade apontada como coatora.

Que preste a douta Autoridade apontada como coatora as informações de praxe em 05 (cinco) dias.

Em seguida, vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2021.

DES. ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL
Relator

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador ANTONIO CARLOS CRUVINEL, Certificado:

00D067531D1293AFD1DB77AE5E87B7FCBF, Belo Horizonte, 20 de julho de 2021 às 16:09:42.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador: 1000021130308600020212369625



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682373 - MG (2021/0232449-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : MAURICIO DE OLIVEIRA CAMPOS JUNIOR E OUTRO
ADVOGADOS : MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JUNIOR - MG049369
JULIANO DE OLIVEIRA BRASILEIRO - MG104676
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ROBERTO JOSE CARVALHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBERTO JOSE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.130308-6/000).

A Câmara Municipal de Belo Horizonte constituiu Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar eventual desrespeito às normas de prestação de serviço de transporte público de passageiros pela Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans.

O paciente, dono da empresa Rodopass, foi intimado para prestar depoimento no dia 21.7.2021 na qualidade de testemunha.

Os impetrantes explicam que o paciente já compareceu à CPI na qualidade de investigado, oportunidade em que invocou seu direito constitucional de permanecer em silêncio.

Alegam que, inconformados com a utilização de tal prerrogativa pelo paciente, os membros da CPI teriam passado a adotar manobras manifestamente ilegais para forçá-lo a comparecer e depor, contra a sua vontade, formalizando sucessivas reconvocações na qualidade de testemunha.

Salientam que a primeira reconvocação do paciente na qualidade de testemunha ocorreu apenas 2 dias após ter comparecido como investigado e exercido o direito de ficar calado.

Esclarecem que, em face dessa segunda convocação, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi deferido para permitir ao paciente se abster de comparecer à audiência designada.

Aduzem que, diante da referida decisão, os integrantes da CPI deliberaram pela expedição de nova intimação, também na qualidade de testemunha, designando originalmente o ato para o dia 21.7.2021.

Argumentam que a atuação do Presidente da CPI seria anormal e interessada, tendo chegado a apresentar pedido de reconsideração da liminar concedida no *habeas corpus* impetrado em favor do paciente perante a Corte de origem.

Afirmam que a defesa formulou, então, pedido de ratificação da liminar para que fosse concedido ao paciente salvo-conduto também para a terceira convocação, sobrevindo decisão que julgou o remédio constitucional prejudicado.

Ressaltam que foi impetrado, assim, novo *mandamus* em favor do paciente, no qual se buscou, mais uma vez, que lhe fosse garantido o direito de não atender à

terceira convocação, inicialmente marcada para o dia 21.7.2021 e reagendada para o dia 28.7.2021, sobrevindo decisão que indeferiu a liminar.

Consideram que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no verbete 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Destacam que a condição do paciente de investigado seria incontroversa e independeria de dilação probatória, estando evidenciada pelo fundamento da primeira convocação, pelo objeto da investigação parlamentar, cotejado com os motivos pelos quais foi convocado, e pelo fato de que, no primeiro comparecimento, teve respeitada sua prerrogativa de fazer uso do direito ao silêncio.

Ponderam que as reconvoções que se seguiram, justificadas sob o sofisma de que o paciente seria convocado na qualidade de testemunha sem qualquer fato que justificasse tal mudança, não passariam de reprovável retaliação daqueles que não concordaram com o fato de haver exercido o direito de permanecer calado.

Advertem que a figura híbrida de investigado/testemunha não poderia subsistir, pois ou o paciente é inequivocamente testemunha desinteressada e está obrigado a dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, ou é investigado e tem o direito à não autoincriminação, ao silêncio e a não comparecer.

Observam que a submissão do paciente ao novo comparecimento à CPI serviria ao único propósito de causar-lhe constrangimento, uma vez que foi ironizado ao exercer regularmente o direito ao silêncio.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de salvo-conduto ao paciente, garantindo-lhe o direito de não comparecer à sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte para prestar novo depoimento, atualmente previsto para o dia 28.7.2021, como a qualquer outra sessão da CPI em razão de reconvoções como investigado ou sob a falaciosa condição de testemunha.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A presente impetração é contra decisão que indeferiu liminar postulada em *prévio writ*.

O STJ firmou o entendimento de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro remédio constitucional, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC 486.900/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 26/02/2019; sem grifos no original)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Entretanto, a aplicação do referido verbete pode ser afastada quando ficar caracterizado constrangimento ilegal manifesto, o que, à primeira vista, ocorre no caso em análise.

Isso porque, de acordo com as peças processuais que instruem o

mandamus, a Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída para apurar irregularidades na prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros em Belo Horizonte (fls. 31/33), sendo que no curso das averiguações, foi formulado requerimento para intimar o paciente, que é proprietário de uma empresa de transporte coletivo, a comparecer, **na condição de investigado**, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal no dia 7.7.2021 (fls. 44/48).

Ocorre que, após exercer legalmente o direito de permanecer calado, poucos dias depois o paciente foi novamente convocado pela CPI para prestar esclarecimentos, **desta vez na qualidade de testemunha** (fls. 50 e 53), sobrevindo a concessão de liminar em prévio *writ* impetrado na origem, na qual foi desobrigado a comparecer à sessão designada.

O mencionado remédio constitucional foi julgado prejudicado, sendo formulado, então, mais um requerimento de convocação do paciente, **também na condição de testemunha** (fls. 92 e 94).

Assim, numa análise sumária, própria desta fase procedimental, é possível afirmar que as novas convocações do paciente, **com a alteração de sua condição de investigado para testemunha sem quaisquer justificativas**, objetivam obrigá-lo a prestar esclarecimentos afastando o uso de seu direito de não produzir provas contra si mesmo, aparentando uma possível retaliação pelo uso da garantia à não autoincriminação quando do primeiro depoimento.

Como se sabe, os poderes as Comissões Parlamentares de Inquérito estão previstos no art. 58 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Da leitura do referido dispositivo constitucional, depreende-se que as Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais, que, contudo, são limitados pelos direitos e garantias constitucionais, notadamente os previstos nos incisos LXI e LXIII do art. 5º da Carta Magna, que assim preceitua:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

[...]

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

No que se refere ao direito ao silêncio ou à não autoincriminação, tem-se que é garantida a qualquer indivíduo a prerrogativa de não produzir prova contra si mesmo.

Sobre o assunto, confira-se a doutrina de Eugênio Pacelli de Oliveira:

"O direito ao silêncio, cuja origem deita raízes na Idade Média e início da Renascença (HADDAD, 2000, p. 141), é a versão nacional do privilege against self-incrimination do Direito anglo-americano. O princípio do direito ao silêncio, tradução de uma das manifestações da não auto-incriminação e do nemo tenetur se detegere (ninguém é obrigado a se descobrir), foi uma das grandes conquistas da processualização da jurisdição penal, consolidada no século XVIII, com a queda do Absolutismo.

No Brasil, com a Constituição de 1988, (art. 5º, LXIII) e com o art. 8º, 1, do Pacto de São José da Costa Rica (Decreto n. 678/92), há regra expressa assegurando ao preso e ao acusado, em todas as fases do processo, o direito a permanecer calado. Embora não haja previsão expressa do direito à não auto-incriminação, pode-se, contudo, extrair o princípio do sistema de garantias constitucionais.

(...)

O direito ao silêncio tem em mira não um suposto direito à mentira, como ainda se nota em algumas doutrinas, mas a proteção contra hostilidades e as intimidações historicamente desfechadas contra os réus pelo Estado. Primeiro, nas jurisdições eclesiásticas; depois, no Estado Absolutista, e, mesmo na modernidade, pelas autoridades responsáveis pelas investigações criminais.

O princípio atua ainda na tutela da integridade física do réu, na medida em que autoriza expressamente a não participação dele na formação da culpa.

E no que tem, a nosso juízo, de mais relevante, atua no controle da qualidade e idoneidade do material probatório, bem como no controle da motivação das decisões judiciais, sobretudo as condenatórias.

(Curso de Processo Penal, 11ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 341 e 342.)

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que o direito ao silêncio também é aplicável perante as Comissões Parlamentares de Inquérito.

A propósito:

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI. DIREITO AO SILÊNCIO. TESTEMUNHA. AUTO-ACUSAÇÃO. LIMINAR DEFERIDA PARA DESOBRIGAR A PACIENTE DA ASSINATURA DE TERMO DE

COMPROMISSO.

PREJUDICIALIDADE

SUPERVENIENTE. I - É jurisprudência pacífica no Supremo Tribunal Federal a possibilidade do investigado ou acusado permanecer em silêncio, evitando-se a auto-incriminação. II - Liminar deferida para desobrigar a paciente da assinatura de Termo de Compromisso. III - A realização da oitiva, garantidos os direitos da paciente, implica a prejudicialidade do feito. IV - HC conhecido e julgado prejudicado.

(HC 89269, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 21/11/2006, DJ 15-12-2006 PP-00096 EMENT VOL-02260-05 PP-00867)

Ademais, a Suprema Corte, ao julgar a ADPF n. 395/DF e a ADPF n. 444/DF, declarou não recepcionado, em parte, pela Constituição Federal, o art. 260, *caput*, do Código de Processo Penal, assentando a incompatibilidade da condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório com a Carta da República.

Confira-se:

1. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Constitucional. Processo Penal. Direito à não autoincriminação. Direito ao tempo necessário à preparação da defesa. Direito à liberdade de locomoção. Direito à presunção de não culpabilidade. 2. Agravo Regimental contra decisão liminar. Apresentação da decisão, de imediato, para referendo pelo Tribunal. Cognição completa da causa com a inclusão em pauta. Agravo prejudicado. 3. Cabimento da ADPF. Objeto: ato normativo pré-constitucional e conjunto de decisões judiciais. Princípio da subsidiariedade (art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/99): ausência de instrumento de controle objetivo de constitucionalidade apto a tutelar a situação. Alegação de falta de documento indispensável à propositura da ação, tendo em vista que a petição inicial não se fez acompanhar de cópia do dispositivo impugnado do Código de Processo Penal. Art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.882/99. Precedentes desta Corte no sentido de dispensar a prova do direito, quando “transcrito literalmente o texto legal impugnado” e não houver dúvida relevante quanto ao seu teor ou vigência – ADI 1.991, Rel. Min. Eros Grau, julgada em 3.11.2004. A lei da ADPF deve ser lida em conjunto com o art. 376 do CPC, que confere ao alegante o ônus de provar o direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, se o juiz determinar. Contrário sensu, se impugnada lei federal, a prova do direito é desnecessária. Preliminar rejeitada. Ação conhecida. 4. Presunção de não culpabilidade. A condução coercitiva representa restrição temporária da liberdade de locomoção mediante condução sob custódia por forças policiais, em vias públicas, não sendo tratamento normalmente aplicado a pessoas inocentes. Violação. 5. Dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88). O indivíduo deve ser reconhecido como um membro da sociedade dotado de valor intrínseco, em condições de igualdade e com direitos iguais. Tornar o ser humano mero objeto no Estado, conseqüentemente, contraria a dignidade humana (NETO, João Costa. Dignidade Humana: São Paulo, Saraiva, 2014. p. 84). Na condução coercitiva, resta evidente que o investigado é conduzido para demonstrar sua submissão à força, o que desrespeita a dignidade da pessoa humana. 6. Liberdade

de locomoção. A condução coercitiva representa uma supressão absoluta, ainda que temporária, da liberdade de locomoção. Há uma clara interferência na liberdade de locomoção, ainda que por período breve. 7. Potencial violação ao direito à não autoincriminação, na modalidade direito ao silêncio. Direito consistente na prerrogativa do implicado a recusar-se a depor em investigações ou ações penais contra si movimentadas, sem que o silêncio seja interpretado como admissão de responsabilidade. Art. 5º, LXIII, combinado com os arts. 1º, III; 5º, LIV, LV e LVII. O direito ao silêncio e o direito a ser advertido quanto ao seu exercício são previstos na legislação e aplicáveis à ação penal e ao interrogatório policial, tanto ao indivíduo preso quanto ao solto – art. 6º, V, e art. 186 do CPP. O conduzido é assistido pelo direito ao silêncio e pelo direito à respectiva advertência. Também é assistido pelo direito a fazer-se aconselhar por seu advogado. 8. Potencial violação à presunção de não culpabilidade. Aspecto relevante ao caso é a vedação de tratar pessoas não condenadas como culpadas – art. 5º, LVII. A restrição temporária da liberdade e a condução sob custódia por forças policiais em vias públicas não são tratamentos que normalmente possam ser aplicados a pessoas inocentes. O investigado é claramente tratado como culpado. 9. **A legislação prevê o direito de ausência do investigado ou acusado ao interrogatório. O direito de ausência, por sua vez, afasta a possibilidade de condução coercitiva.** 10. **Arguição julgada procedente, para declarar a incompatibilidade com a Constituição Federal da condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, tendo em vista que o imputado não é legalmente obrigado a participar do ato, e pronunciar a não recepção da expressão “para o interrogatório”, constante do art. 260 do CPP.**

(ADPF 444, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-107 DIVULG 21-05-2019 PUBLIC 22-05-2019)

O Pretório Excelso tem estendido o entendimento firmado nas referidas ações às convocações decorrentes de Comissões Parlamentares de Inquérito, consoante decidido no HC n. 202.940/DF, oportunidade em que a eminente Relatora, Ministra Rosa Weber, teceu as seguintes considerações:

11. Destaco, desde logo, que o paciente, inequivocamente, é investigado! Há contra ele investigação instaurada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, sob supervisão do Superior Tribunal de Justiça, sendo certo, ainda, que já foi oferecida denúncia pela suposta prática de crimes na gestão da Pandemia no Estado do Amazonas. Consabido, de outro lado, que o Supremo Tribunal Federal, de fato, ao apreciar as ADPF's 395/DF e 444/DF, ambas de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, declarou não recepcionado em parte, pela Constituição da República, o art. 260, caput, do Código de Processo Penal. Naquela oportunidade, ficou assentada a incompatibilidade com a Constituição Federal da condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, tendo em vista que o imputado não é legalmente obrigado a

participar do ato, e pronunciar a não recepção da expressão “para o interrogatório”, constante do art. 260 do CPP.

Vê-se, desse modo, que, esta Suprema Corte, em sede de controle normativo abstrato, adotou entendimento no sentido de que os investigados e os réus não são obrigados a comparecerem para o ato de interrogatório seja policial, seja judicial.

Em referidos julgamentos vinculantes emanados do Plenário desta Casa não foram analisadas as circunstâncias convocatórias decorrentes de atos praticados por Comissões Parlamentares de Inquérito, ou seja, não há, neste Tribunal, qualquer precedente vinculante estendendo o entendimento firmado na ADPF's 395/DF e 444/DF para os depoimentos a serem prestados em CPI's.

Não obstante referida constatação, a meu juízo, imperativa a extensão do entendimento acima referido às convocações decorrentes de CPI's.

É que, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República, as Comissões Parlamentares de Inquérito são detentoras de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, ou seja, têm os mesmos poderes, com ressalva, apenas, às hipóteses de reserva de jurisdição. Estão, portanto, vinculadas, como todas as demais autoridades com poderes investigatórios, às normas constitucionais e legais de proteção do investigado, vale dizer não têm mais poderes que os órgãos próprios inerentes à persecução penal.

Desse modo, os investigados por Comissões Parlamentares de Inquérito, assim como ocorre na seara judicial, não podem ser obrigados a comparecer ao ato de inquirição, como decorrência do direito à não autoincriminação (HC 171.628/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJe 24.5.2019; HC 175.121-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, DJe 04.9.2019, v.g.).

[...]

*Na espécie, constato que o paciente não apenas está sendo investigado no âmbito da Operação Sangria, mas também figura como denunciado na APn 993/DF, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça. **Evidencia-se inequivocamente a sua condição de acusado** no contexto de investigações que apuram o desvio e má aplicação de verbas públicas federais no âmbito da execução das políticas de saúde para o enfrentamento da Pandemia decorrente da Covid-19. Tais razões, no meu entender, **impõem**, em observância ao direito à não autoincriminação, a **convolação da compulsoriedade do ato convocatório em facultatividade**, a ser exercida **discricionariamente** pelo paciente no interesse de sua defesa.*

(HC

202940

MC,

Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 09/06/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe 11/06/2021)

No mesmo vértice, colhe-se a decisão proferida no HC n. 175.121 MC/DF, que restou assim ementada:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. PESSOA SUJEITA A PERSECUÇÃO PENAL. APROVAÇÃO, MESMO ASSIM, DE REQUERIMENTO DE SUA CONVOCAÇÃO POR REFERIDO ÓRGÃO LEGISLATIVO. DIREITO AO NÃO COMPARECIMENTO RESULTANTE DA PRERROGATIVA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO. ILEGITIMIDADE DA CONDUÇÃO COERCITIVA PARA EFEITO DE INQUIRÇÃO. DISPENSA DE ASSINAR TERMO DE COMPROMISSO (CPP, ART. 203). PRECEDENTES DO STF. RECONHECIMENTO, EM FAVOR DO PACIENTE, DE SEU DIREITO AO SILÊNCIO. PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DIREITO DE PRESENÇA DO ADVOGADO CONSTITUÍDO, AO LADO DE SEU CLIENTE, AO LONGO DE REFERIDA INQUIRÇÃO. FACULDADE DO CLIENTE (PACIENTE) DE ENTREVISTAR-SE, PESSOAL E RESERVADAMENTE, COM O SEU ADVOGADO DURANTE TOMADA DE DEPOIMENTO, SEMPRE FACULTATIVO, POR MEMBROS DA CPI. PRERROGATIVA PROFISSIONAL DO ADVOGADO QUE NÃO PODE SER DESRESPEITADA PELO ÓRGÃO DE INVESTIGAÇÃO LEGISLATIVA. PRECEDENTES. DIREITO DE A PESSOA CONVOCADA E DE SEU ADVOGADO SEREM TRATADOS COM URBANIDADE E RESPEITO PELOS INTEGRANTES DA CPI. EVENTUAL TRANSGRESSÃO, PELA CPI, DESSE DIREITO E, TAMBÉM, DE OUTRAS FACULDADES ASSEGURADAS PELA MEDIDA LIMINAR AUTORIZA O PACIENTE E SEUS ADVOGADOS A RETIRAREM-SE, IMEDIATAMENTE, DO RECINTO DA INQUIRÇÃO, SEM QUE SE POSSA ADOTAR CONTRA ELES QUALQUER MEDIDA RESTRITIVA DE DIREITOS OU PRIVATIVA DE LIBERDADE. A INTERVENÇÃO JURISDICIONAL, QUANDO PROMOVIDA PARA FAZER CESSAR SITUAÇÕES DE ABUSO, DE ARBÍTRIO OU DE EXCESSO DE PODER, ALÉM DE PLENAMENTE LEGÍTIMA, NÃO IMPLICA OFENSA AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES (CF, ART. 2º). PRECEDENTES. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. (HC 175121 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 02/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe 04/09/2019)

Por conseguinte, constatando-se que o paciente ostenta, desde a sua primeira convocação pela CPI, a condição de investigado, e, como tal, não pode ser obrigado a prestar depoimento, não há lógica em constrangê-lo a comparecer novamente sob o pretexto de que será ouvido como testemunha, uma vez que já manifestou o desejo de fazer uso do direito ao silêncio.

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para garantir ao paciente, até o julgamento definitivo deste *writ*, o direito de não comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte para prestar novo depoimento

Comunique-se com urgência à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 682373 - MG (2021/0232449-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ROBERTO JOSE CARVALHO
ADVOGADO : MARCOS AMARAL CASTRO - MG103211
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO

Visto que a liminar já foi apreciada no plantão judiciário e não sendo hipótese de retratação, distribuam-se os autos, os quais deverão ser encaminhados diretamente ao ministro relator.

Nada há, por ora, a prover.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de agosto de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

URGEN

COMARCA DE BELO HORIZONTE - JUSTIÇA COMUM

FÓRUM LAFAYETTE

AV AUGUSTO DE LIMA, 1549 - 2º ANDAR - BARRO PRETO - CEP: 30190002 - Tel: (31) - BELO
282 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS

VARA DE INQUÉRITOS

PROCESSO: 1373667-82.2021.8.13.0024 / 0024.21.137366-7 MANDADO: 2
HABEAS CORPUS - Distribuído em 16/07/2021

PACIENTE: ROBERTO JOSE CARVALHO

Pessoa a ser intimada:

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BH OU QUE ESTIVER EXERCENDO O
CARGO DE PRESIDENTE DA CPI

Endereço:

AV DOS ANDRADAS, 3100 - Fone:
SANTA EFIGÊNIA - CEP: - BELO HORIZONTE/MG

O(A) Juiz(iza) de Direito da vara supra manda o(a) Oficial(a) de
Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este,
proceda à INTIMAÇÃO da parte, nome e endereço acima, para os termos do
despacho transcrito.

DESPACHO JUDICIAL/COMPLEMENTO

Intime-se novamente a autoridade apontada como coatora, qual seja,
Vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo, Presidente da Comissão
Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte ou quem
estiver exercendo o cargo de presidente da CPI para que preste as
informações acerca do alegado na petição cuja cópia segue em anexo.

BELO HORIZONTE, 18 de agosto de 2021.

Escrivã(o) Judicial: TEREZA SOARES DE ALMEIDA
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Ciente:

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

THYAGO DE FREITAS LIMA
REGIÃO: 999 - CONTORNO

Mandado: 2
DILIGÊNCIA
CRIMINAL

Certidão: ☐ Verso
☐ Anexa

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 AS 18 HORAS
O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NOS JUÍZADOS ESPECIAIS É DE 08:00 AS 18 HORAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Vara de Inquéritos da Comarca de Belo Horizonte****Autos nº 0024.21.137.366-7****Vistos.**

Intime-se a autoridade coatora, pessoalmente, no prazo de 24 horas, nos moldes do requerimento ministerial de f.128.

Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, renove-se vista ao Ministério Público.

I.C.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2021.

Sabrina da Cunha Peixoto Ladeira

Juíza de Direito



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTOS Nº: 09.567.469-3

Mm^a. Juíza,

O Ministério Público requer seja autoridade apontada como coatora, qual seja o *Vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo*, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ou quem estiver exercendo o cargo de presidente da CPI, novamente intimado "para que preste as informações acerca do alegado na petição com cópia em anexo", conforme Mandado de fl. 125.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2021.

César Augusto dos Santos
Promotor de Justiça
Lélio Braga Calhau
Promotor de Justiça



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

109
7

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Autos nº 0024.21.137.366-7

Vistos, etc.

Trata-se de novo *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado por **Maurício de Oliveira Campos Júnior e Juliano de Oliveira Brasileiro**, em favor do paciente **Roberto José Carvalho**, em razão de novo fato, qual seja, prestar novo depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no âmbito da Casa Legislativa de Belo Horizonte/MG.

Apontam como autoridade coatora o **Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte**, vereador **Gabriel Sousa Marques de Azevedo**.

Sustentam os impetrantes que o presente HC objetiva evitar a ocorrência de constrangimento ilegal, passível de se materializar em decorrência da aprovação de requerimento, apresentado pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio do qual se pretende realizar nova convocação do paciente para o próximo dia 21.07.2021, na qualidade de testemunha e com comparecimento pessoal.

Formulam pedido liminar a fim de que seja expedido salvo-conduto que garanta ao paciente o direito de não comparecer à sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte para prestar novo depoimento.

Destaco que outros *habeas corpus*, com pedido liminar, foram impetrados em favor do paciente, tanto nesta Central de Inquéritos como no eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (vide ff. 23/24, 65/68 e 82/84).

Decido.

Conforme já mencionado em decisão anterior, a teor do inciso LXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, será concedido *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

In casu, os impetrantes objetivam impedir que o paciente sofra constrangimento ilegal por ocasião de seu depoimento, como testemunha, designado, conforme



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

documento de f. 20, para o dia 21.07.2021, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 145/2021, relacionada a suposta omissão da BH-Trans *"frente ao desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público"* (f. 38).

Não obstante os poderes inerentes à Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme disposto no § 3º, do artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, as prerrogativas atribuídas à Câmara dos Vereadores, contudo, não são absolutas, conforme reiteradamente decidido pelos Tribunais Superiores, encontrando limites nos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, dentre eles 1) o de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada da autoridade judicial competente; 2) o de ser assistido por advogado; 3) o de permanecer calado, decorrente da garantia contra a autoincriminação.

Tem-se entendido, atualmente, sobretudo pelo STF, que o atendimento à convocação não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão. Nesse sentido: STF. Medida Cautelar no HC 203801/DF, Rel. Min Luís Roberto Barroso, j. 30.06.2021.

Sobre a situação concreta do ora paciente, o exame dos autos revela que o plano de trabalho da CPI instituída pelo Requerimento 145/2021 foi ampliado por duas vezes e incluído, no escopo da investigação, dentre outros, contratações feitas pela BH-Trans, *"o baixo índice de renovação das empresas e famílias de empresários nas atuais concessionárias de serviço público de transporte coletivo"* e atuação da BH-Trans e das empresas concessionárias de transporte coletivo *"no que tange à persistente ausência de integração metropolitana"*.

Em sendo Roberto José Carvalho proprietário da sociedade empresária Rodopass Transporte Coletivo de Passageiro Ltda. (vide f. 28), certo é que poderá prestar relevante contribuição para elucidação dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação da BH-Trans e das concessionárias de transporte coletivo.

Assim, o pedido de dispensa à convocação não pode ser acolhido, na linha de decisão já tomada por esta Vara de Inquéritos Policiais, envolvendo a mesma CPI (HC nº 0024.218.302-1).



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

110
A

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Anoto, entretanto, que o paciente já foi intimado na condição de investigado (ff. 52/52) e, por duas vezes, na qualidade de testemunha (ff. 20 e 61).

Independente da terminologia operada, fato é que a presença do paciente na sessão tem o potencial de repercutir em sua esfera jurídica, ensejando-lhe possível dano. É o que se constata, inclusive, da manifestação do Presidente da CPI transcrita à f. 05.

Destarte, muito embora o paciente tenha o dever de comparecer à sessão, poderá, assim como o fez na primeira oportunidade, se valer do legítimo exercício do direito de manter-se silente sobre indagações que digam respeito à sua pessoa, devendo, contudo, revelar o que souber ou tiver ciência de fatos ou condutas relativos a terceiros.

Diante do exposto, mantendo o entendimento da digna Magistrada que responde por esta Central de Inquéritos, defiro, em parte, o pedido liminar para que, não obstante imperativo o comparecimento do paciente à Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 145/2021, seja a ele assegurado 1) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; 2) o direito de ser assistido por advogado durante toda a sessão; 3) o direito de ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos explicitados nos itens 1 e 2, servindo esta decisão como salvo-conduto.

Comunique-se imediatamente.

Solicite-se informações à autoridade apontada como coatora para que sejam prestadas, em 24h.

Prestadas as informações, abra-se vista ao Ministério Público.

Oportunamente, venham os autos conclusos.

Cumpra-se.

Belo Horizonte/MG, 19 de julho de 2021.

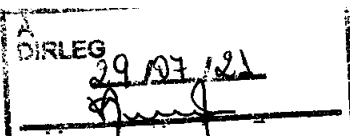
LEONARDO VIEIRA ROCHA DAMASCENO

Juiz de Direito

Leonardo Vieira Rocha Damasceno
Juiz de Direito

DOC. 3

(HC 1427372-92.2021.8.13.0024
Central de Inquéritos e HC
1451968-18.2021.8.13.0000 TJMG
- André Barra e Renata Righi)



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

URGEN

COMARCA DE BELO HORIZONTE - JUSTIÇA COMUM

FÓRUM LAFAYETTE

AV AUGUSTO DE LIMA, 1549 - 2º ANDAR - BARRO PRETO - CEP: 30190002 - Tel: (31) - BELO

282 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS

VARA DE INQUÉRITOS

PROCESSO: 1427372-92.2021.8.13.0024 / 0024.21.142737-2 MANDADO: 1
HABEAS CORPUS - Distribuído em 22/07/2021

PACIENTE: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA BARRA e Outro(s).

Pessoa a ser intimada:

EXMA SRA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NELY AQUINO

Endereço:

AV DOS ANDRADAS, 3100 - Fone:

SANTA EFIGÊNIA - CEP: - BELO HORIZONTE/MG

O(A) Juiz(íza) de Direito da vara supra manda o(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este, proceda à INTIMAÇÃO da parte, nome e endereço acima, para os termos do despacho transcrito.

DESPACHO JUDICIAL/COMPLEMENTO

Intime-se a autoridade supramencionada apontada como coatora, acerca do deferimento em parte do pedido liminar, para assegurar aos pacientes André Luiz de Oliveira Barra e Renata Ávelar Barra Righi: 1) O direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; 2) o direito de ser assistido por advogado durante toda a sessão; 3) O direito de ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos, ou morais, em especial ameaças de prisão, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos explicitados nos itens 1 e 2, servindo esta decisão como salvo conduto.

Ademais, serve o presente para intimar a autoridade coatora, para que preste as informações acerca do alegado na petição com cópia em anexo, no prazo de 24 horas.

BELO HORIZONTE, 26 de julho de 2021.

Escrivã(o) Judicial: TEREZA SOARES DE ALMEIDA
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

HAMILTON FIGUEIREDO FREIRE

REGIÃO: 999 - CONTORNO

Mandado: 1
DILIGÊNCIA
CRIMINAL

Certidão: ☐ Vers
☐ Ane

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 AS 18 HORAS

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NOS JUÍZADOS FEDERAIS É DE 08:00 AS 18:00 HORAS

2017-2018-19

WESTMINCIA

DATE: 06-11-2018



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.145196-8/000



2021003406308

HABEAS CORPUS CRIMINAL
Nº 1.0000.21.145196-8/000
PACIENTE(S)
PACIENTE(S)
AUTORID COATORA

1ª CÂMARA CRIMINAL
BELO HORIZONTE
ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA BARRA
RENATA AVELAR BARRA RIGHI
JUIZ DE DIREITO DA VARA DE
INQUÉRITOS DE BELO HORIZONTE

DECISÃO

Vistos.

Cuida-se de pedido liminar em *habeas corpus* impetrado pelos advogados Daniela Villani Bonaccorsi Rodrigues e Leonardo Monteiro Rodrigues em favor dos pacientes **ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA BARRA e RENATA AVELAR BARRA RIGHI**, inicial no documento eletrônico nº 01, acompanhada dos documentos eletrônicos de ordem 02/43, alegando constrangimento ilegal por parte do MM. Juiz de Direito da Vara de Inquéritos da Comarca de Belo Horizonte/MG.

Aduzem, em síntese, que os pacientes estão submetidos a grave constrangimento ilegal, na medida em que impedidos de exercerem plenamente, conforme alegam os impetrantes, seus direitos como investigados no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da BHTrans, instaurada na Câmara Municipal desta Capital.

Relatam, de início, que os pacientes foram intimados para comparecimento perante a CPI para oitiva na condição de testemunhas, contudo, conforme sustentam, *"é notório que estão sendo investigados"* (ordem 01, fls. 02).

Informam, em sequência, que fora impetrado *habeas corpus*, com pedido liminar, perante o Juízo a Vara de Inquéritos desta Capital, sendo deferida, em parte, a tutela de urgência para que fosse garantido aos pacientes o direito de não responder a perguntas que possam, de qualquer forma, incriminá-los. Sem embargo, ressaltam os impetrantes que o magistrado *a quo* deixou, todavia, de definir se os pacientes são investigados ou testemunhas no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entendem não haver dúvidas de que os pacientes são sim investigados pela CPI, o que, como destacam, se revela pela aprovação das quebras de seus sigilos bancário, fiscal e de dados telefônicos.

Asseveram, nesse sentido, que, sendo de fato investigados, os pacientes possuem os direitos daqueles que se encontram nessa condição. Entre estes, o direito ao silêncio e, inclusive, ao não comparecimento perante a CPI. Salientam, lado outro, que o direito à não autoincriminação é direito de qualquer testemunha, situação que difere da dos pacientes e evidencia o constrangimento ilegal, em tese, perpetrado pelo Juízo primevo.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.145196-8/000

Consideram que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem *"usado de expediente abusivo, intimando como testemunha, pessoas que em tese seriam investigadas, impedindo o direito constitucional ao silêncio, ou mesmo sequer comparecer"* (ordem 01, fls. 10).

Destacam restar mais do que presente a fumaça do bom direito. Isso, pois os pacientes foram convocados na condição de testemunhas, com o potencial de repercussão de tal convocação na esfera jurídica de ambos, de vez que, em verdade, são investigados pela CPI.

Destacam, de igual modo, quanto ao perigo na demora, a iminência de risco de dano irreparável aos direitos constitucionais dos pacientes, dado que os depoimentos ocorrerão em datas que se avizinham.

Assim, requerem o deferimento da liminar, a fim de que seja expedido salvo-conduto aos pacientes para que, uma vez qualificados como investigados, lhes sejam assegurados os direitos, caso assim queiram, de não comparecer ao depoimento perante a CPI, ficar em silêncio sobre qualquer pergunta, caso assim entendam ou sejam orientados pela defesa técnica. Ao final, requer a concessão definitiva da ordem.

Eis o sucinto relatório.

Passo a decidir.

Extrai-se dos autos que os pacientes, André Luiz de Oliveira Barra e Renata Avelar Barra Righi, foram intimados para, na condição de testemunhas, prestarem depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans constituída na Câmara Municipal desta Capital.

Em decorrência das referidas intimações, os impetrantes impetraram *habeas corpus* perante o Juízo da Vara de Inquéritos desta Capital buscando a concessão de medida liminar para garantir aos ora pacientes salvo-conduto a fim de que, qualificados como investigados, pudessem, caso quisessem, não comparecer ao depoimento, ficar em silêncio sobre qualquer pergunta e a garantia à assistência dos advogados a todos os atos do procedimento, em termos similares ao requerido na presente impetração (cópia da petição à ordem 03/05).

O douto magistrado *a quo*, em decisão de ordem 06, fls. 04/06, reconhecendo que a presença dos pacientes na sessão da CPI tem o potencial de repercutir em suas esferas jurídicas, sem adentrar a qualificação destes como testemunhas ou investigados, deferiu parcialmente o pedido liminar, sob a seguinte fundamentação:

"(...) A teor do inciso LXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, será concedido habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

In casu, os impetrantes objetivam impedir que os pacientes sofram constrangimento ilegal por ocasião de seus depoimentos, como testemunhas, para os dias 04 e 11 de agosto de 2021, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 145/2021, relacionada a suposta omissão da BH-Trans frente ao



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.145196-8/000

desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público' (f. 38).

Não obstante os poderes inerentes à Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme disposto no §3º, do artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, as prerrogativas atribuídas à Câmara dos Vereadores, contudo, não são absolutas, conforme reiteradamente decidido pelos Tribunais Superiores, encontrando limites nos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, dentre eles 1) o de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada da autoridade judicial competente; 2) o de ser assistido por advogado; 3) o de permanecer calado, decorrente da garantia contra autoincriminação.

Tem-se entendido, atualmente, sobretudo pelo STF, que o atendimento à convocação não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão. Nesse sentido STF. Medida Cautelar no HC 203801/DF, Rel. Min Luis Roberto Barroso, j. 30.06.2021.

Sobre a situação concreta dos ora pacientes, o exame dos autos revela que o plano de trabalho da CPI instituída pelo Requerimento 145/2021 foi ampliado por duas vezes e incluído, no escopo da investigação, dentre outros, contratações feitas pela BH-Trans, 'o baixo Índice de renovação das empresas e famílias de empresários nas atuais concessionárias de serviço público de transporte coletivo' e atuação da BH-Trans e das empresas concessionárias de transporte coletivo 'no que tange à persistente ausência de integração metropolitana'.

Em sendo André Lutz de Oliveira Barra sócio da TECNOTRANS e Renata Avelar Barra engenheira técnica da sociedade empresária, certo é que poderão prestar relevante contribuição para elucidação dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação da BH-Trans e das concessionárias de transporte coletivo.

Anoto, entretanto, que, independentemente da terminologia operada na convocação, seja intimando os pacientes na condição de investigados ou na condição de testemunhas, fato é que a presença deles na sessão tem o potencial de repercutir em sua esfera jurídica.

Destarte, muito embora os pacientes tenham o dever de comparecer à sessão, poderão se valer do legítimo exercício do direito de manter-se silente sobre indagações que digam respeito às suas pessoas, devendo, contudo, revelaram o que souber ou tiver ciência de fatos ou condutas relativos a terceiros.

Diante do exposto, mantendo o entendimento exarado no julgamento de outros habeas corpus impetrados nesta Central de Inquéritos e na esteira do recente entendimento do STF, defiro, em parte, o pedido liminar para que, não obstante imperativo o comparecimento dos pacientes à Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo

Fl. 3/6



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.145196-8/000

Requerimento 145/2021, seja a eles assegurado 1) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-los, sendo-lhes, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; 2) o direito de serem assistidos por advogado durante toda a sessão; 3) o direito de serem inquiridos com dignidade, urbanidade e respeito, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão, caso estejam atuando no exercício regular dos direitos explicitados nos itens 1 e 2, servindo esta decisão como salvo-conduto (...)" (ordem 06, fls. 04/06)

Conforme o relatado, requerem os impetrantes o deferimento da liminar, a fim de que seja expedido salvo-conduto aos pacientes para que, uma vez qualificados como investigados, lhes sejam assegurados os direitos, caso assim queiram, de não comparecer ao depoimento perante a CPI, ficar em silêncio sobre qualquer pergunta, caso assim entendam ou sejam orientados pela defesa técnica.

Pois bem. A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de locomoção do paciente e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Na espécie, da análise perfunctória dos autos, verifico que se afigura prudente e recomendável o deferimento da liminar pleiteada, haja vista a evidência dos requisitos acima mencionados, que amparam a pretensão sumária.

Do que resta evidenciado nos autos, ao menos neste exame superficial da matéria, vislumbro que os pacientes, ao revés do que restou consignado pela Comissão Parlamentar de Inquérito na intimação para depoimento, devem ser ouvidos na condição investigados. Esta se revela, sobretudo, como bem ponderado pelos ilustres petionários, pela aprovação da quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados telefônicos dos pacientes, sem prejuízo dos demais trechos das deliberações da CPI destacados pelos impetrantes que, ao menos, indicam que os pacientes estão sendo investigados, não havendo falar em oitiva destes na condição de testemunhas.

O direito ao silêncio, consoante cediço, constitui garantia de que o indivíduo não produza provas contra si, cabendo tão somente a este, uma vez assegurado da não autoincriminação, decidir o que é cabível ou não declarar quando inquirido na condição de investigado. Trata-se de essencial garantia em nosso sistema de proteção dos direitos individuais.

Lado outro, quanto à obrigatoriedade ou não do comparecimento dos pacientes no ato, na linha do consignado supra, tenho que a faculdade no comparecimento por aquele que é investigado é decorrente do direito a não autoincriminação. Se os pacientes não podem ser obrigados a depor, não há falar em forçá-los a estarem presentes na sessão da CPI.

Nesse sentido, em que pesem os precedentes invocados pelo douto magistrado a quo, destaco o entendimento, ao qual me filio,



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.145198-8/000

exarado pela em. Ministra do STF Rosa Weber em decisão liminar proferida nos autos do *habeas corpus* nº 202.940/DF:

"(...) Consabido, de outro lado, que o Supremo Tribunal Federal, de fato, ao apreciar as ADPF's 395/DF e 444/DF, ambas de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, declarou não recepcionado em parte, pela Constituição da República, o art. 260, caput, do Código de Processo Penal. Naquela oportunidade, ficou assentada a incompatibilidade com a Constituição Federal da condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, tendo em vista que o imputado não é legalmente obrigado a participar do ato, e pronunciar a não recepção da expressão "para o interrogatório", constante do art. 260 do CPP.

Vê-se, desse modo, que, esta Suprema Corte, em sede de controle normativo abstrato, adotou entendimento no sentido de que os investigados e os réus não são obrigados a comparecerem para o ato de interrogatório seja policial, seja judicial.

Em referidos julgamentos vinculantes emanados do Plenário desta Casa não foram analisadas as circunstâncias convocatórias decorrentes de atos praticados por Comissões Parlamentares de Inquérito, ou seja, não há, neste Tribunal, qualquer precedente vinculante estendendo o entendimento firmado na ADPF's 395/DF e 444/DF para os depoimentos a serem prestados em CPT's.

Não obstante referida constatação, a meu juízo, imperativa a extensão do entendimento acima referido às convocações decorrentes de CPT's.

É que, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República, as Comissões Parlamentares de Inquérito são detentoras de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, ou seja, têm os mesmos poderes, com ressalva, apenas, às hipóteses de reserva de jurisdição. Estão, portanto, vinculadas, como todas as demais autoridades com poderes investigatórios, às normas constitucionais e legais de proteção do investigado, vale dizer não têm mais poderes que os órgãos próprios inerentes à persecução penal.

Desse modo, os investigados por Comissões Parlamentares de Inquérito, assim como ocorre na seara judicial, não podem ser obrigados a comparecer a o ato de inquirição, como decorrência do direito à não autoincriminação (HC 171.628/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJe 24.5.2019; HC 175.121-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, DJe 04.9.2019, v.g.) (...) (HC 202.940/DF, Relatora: Ministra Rosa Weber, j. 09/08/2021). (Grifos)

Assim, reconhecendo a condição de investigados dos pacientes e sem prejuízo do já assegurado pelo douto magistrado a *quo* nos itens 2) e 3) da decisão de ordem 06, fls. 04/06, **DEFIRO A LIMINAR** para:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.21.145196-8/000

i. ~~analisar a compulsoriedade de comparecimento dos~~
~~pacientes perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na~~
~~Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG~~

ii. que a CPI da BHTrans, caso os pacientes optem pelo comparecimento, a estes conceda tratamento próprio à condição de investigados ora reconhecida, de modo que lhes sejam assegurados o direito ao silêncio, isto é, o de não responderem, querendo, às perguntas que lhes forem direcionadas.

~~Sentença presente decisão como salvo-conduto.~~

Atenta ao declinado pelos impetrantes ao início da inicial, no sentido da ocorrência de prevenção da 3ª Câmara Criminal deste e. Tribunal de Justiça em face da impetração do *habeas corpus* nº 1.0000.21.124122-9/000, determino a remessa dos autos à CODISTR para a devida verificação e, caso de fato esteja ocorrendo, seja redistribuído o feito ao Relator prevento, na forma regimental.

Posto isso, officie-se à autoridade apontada como coatora requisitando informações e demais documentos que entender necessários ao julgamento da ação.

Decorrido o prazo e/ou juntadas as informações prestadas pela dita autoridade coatora, dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça, nos termos do art. 449 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021.

DESA. KÁRIN EMMERICH
Relatora

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargadora KARIN LILIANE DE LIMA EMMERICH E MENDONÇA, Certificado: 00CFB174679B1B5C77D49B95B749DC21FB, Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021 às 19:21:27.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador: 1000021145196800020213406308



JPe - PROCESSO ELETRÔNICO

2ª INSTÂNCIA

[Início](#) [Cadastro](#) [Comunicações](#) [Consulta](#) [Petitionamento](#) [Sair](#)

[Consulta > Processo](#)

Você está conectado como **03121482599**

CONSULTA DE PROCESSOS

Pesquisa Avançada

Processo

Protocolo

Órgão Julgador

Setor TJ

Magistrado

Comarca

Classe

Competência

Assunto

Natureza ☐ Cível ☐ Criminal ☐ Ato Infracional

Situação do Processo

Distribuído de até

Protocolizado de até

Julgamento de até

Origem

Processo

Comarca

Órgão Julgador

Classe

Competência

Natureza ☐ Cível ☐ Criminal ☐ Ato Infracional

Tipo ☐ Físico ☐ Eletrônico

☐ Prioritário ☐ Exame Inicial ☐ Regime de Plantão

☐ Processo(s) Relacionado(s)

Órgão de Representação Processual

Tipo de Órgão

Órgão

Representação

Nome

>>

Parte

Nome

Documento

Tipo

Adicionar

Contenha todas

☐

Nome

Documento







Denominação

Nenhum resultado

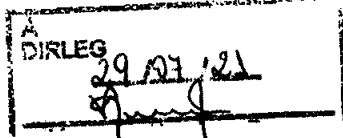
Pesquisar

Limpar

Processo CNJ	Processo TJ	Órgão Julgador	Classe	Polo Ativo	Polo Passivo	
--------------	-------------	----------------	--------	------------	--------------	--

Processo CNJ	Processo TJ	Órgão Julgador	Classe	Polo Ativo	Polo Passivo		
 1451968-18.2021.8.13.0000	1.0000.21.145196-8/000	3ª CÂMARA CRIMINAL	Habeas Corpus Criminal	ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA BARRA e outros...	JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INQUÉRITOS DE BELO HORIZONTE		
 1451968-18.2021.8.13.0000	1.0000.21.145196-8/001	3ª CÂMARA CRIMINAL	Agravo Regimental Criminal	RENATA AVELAR BARRA RIGHI e outros...	RENATA AVELAR BARRA RIGHI e outros...		

2 resultado(s)



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

URGEN

COMARCA DE BELO HORIZONTE - JUSTIÇA COMUM

FÓRUM LAFAYETTE

AV AUGUSTO DE LIMA, 1549 - 2º ANDAR - BARRO PRETO - CEP: 30190002 - Tel: (31) - BELO

282 - MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS

VARA DE INQUÉRITOS

PROCESSO: 1427372-92.2021.8.13.0024 / 0024.21.142737-2 MANDADO: 1
HABEAS CORPUS - Distribuído em 22/07/2021

PACIENTE: ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA BARRA e Outro(s).

Pessoa a ser intimada:

EXMA SRA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NELY AQUINO

Endereço:

AV DOS ANDRADAS, 3100 - Fone:

SANTA EFIGÊNIA - CEP: - BELO HORIZONTE/MG

O(A) Juiz(íza) de Direito da vara supra manda o(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este, proceda à INTIMAÇÃO da parte, nome e endereço acima, para os termos do despacho transcrito.

DESPACHO JUDICIAL/COMPLEMENTO

Intime-se a autoridade supramencionada apontada como coatora, acerca do deferimento em parte do pedido liminar, para assegurar aos pacientes André Luiz de Oliveira Barra e Renata Avelar Barra Righi: 1) O direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; 2) o direito de ser assistido por advogado durante toda a sessão; 3) O direito de ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos, ou morais, em especial ameaças de prisão, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos explicitados nos itens 1 e 2, servindo esta decisão como salvo conduto.

Ademais, serve o presente para intimar a autoridade coatora, para que preste as informações acerca do alegado na petição com cópia em anexo, no prazo de 24 horas.

BELO HORIZONTE, 26 de julho de 2021.

Escrivã(o) Judicial: TEREZA SOARES DE ALMEIDA
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional:

HAMILTON FIGUEIREDO FREIRE

REGIÃO: 999 - CONTORNO

Mandado: 1

DILIGÊNCIA
CRIMINAL

Certidão: ☐ Verso
☐ Anexa

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 AS 18 HORAS

QUADRO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES

29-Jul-2021-16:01:00650.-1/2

PRESTUNÇA

REG-30/Jul/21-11:10:22-00150-1



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Autos nº 0024.21.142.737-2

Vistos, etc.

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado por **Daniela Vilani Bonaccorsi Rodrigues e Leonardo Monteiro Rodrigues**, em favor dos pacientes **André Luiz de Oliveira Barra e Renata Avelar Barra Righi**, convocados para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no âmbito da Casa Legislativa de Belo Horizonte/MG.

Apontam como autoridade coatora a **Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte**, vereadora **Nely Aquino**.

Sustentam os impetrantes que o presente HC objetiva evitar a ocorrência de constrangimento ilegal, passível de se materializar em decorrência da aprovação de requerimento, apresentado pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio do qual se pretende realizar a convocação do paciente para os dias 04 e 11 de agosto de 2021, na qualidade de testemunhas e com comparecimento pessoal.

Formulam pedido liminar a fim de que seja expedido salvo-conduto que garanta aos pacientes o direito ao silêncio e todas garantias inerentes, não podendo sofrer qualquer constrangimento ou ameaça.

Decido.

A teor do inciso LXVIII, do artigo 5º, da Constituição Federal, será concedido *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

In casu, os impetrantes objetivam impedir que os pacientes sofram constrangimento ilegal por ocasião de seus depoimentos, como testemunhas, para os dias 04 e 11 de agosto de 2021, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 145/2021, relacionada a suposta omissão da BH-Trans "frente ao desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público" (f. 38).



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

Não obstante os poderes inerentes à Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme disposto no § 3º, do artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, as prerrogativas atribuídas à Câmara dos Vereadores, contudo, não são absolutas, conforme reiteradamente decidido pelos Tribunais Superiores, encontrando limites nos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, dentre eles 1) o de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada da autoridade judicial competente; 2) o de ser assistido por advogado; 3) o de permanecer calado, decorrente da garantia contra a autoincriminação.

Tem-se entendido, atualmente, sobretudo pelo STF, que o atendimento à convocação não configura mera liberalidade, mas obrigação imposta a todo cidadão. Nesse sentido: STF. Medida Cautelar no HC 203801/DF, Rel. Min Luís Roberto Barroso, j. 30.06.2021.

Sobre a situação concreta dos oras pacientes, o exame dos autos revela que o plano de trabalho da CPI Instituída pelo Requerimento 145/2021 foi ampliado por duas vezes e incluído, no escopo da investigação, dentre outros, contratações feitas pela BH-Trans, *"o baixo Índice de renovação das empresas e famílias de empresários nas atuais concessionárias de serviço público de transporte coletivo"* e atuação da BH-Trans e das empresas concessionárias de transporte coletivo *"no que tange à persistente ausência de integração metropolitana"*.

Em sendo André Luiz de Oliveira Barra sócio da TECNOTRANS e Renata Avelar Barra engenheira técnica da sociedade empresária, certo é que poderão prestar relevante contribuição para elucidação dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a atuação da BH-Trans e das concessionárias de transporte coletivo.

Anoto, entretanto, que, independente da terminologia operada na convocação, seja intimando os pacientes na condição de investigados ou na condição de testemunhas, fato é que a presença deles na sessão tem o potencial de repercutir em sua esfera jurídica.

Destarte, muito embora os pacientes tenham o dever de comparecer à sessão, poderão se valer do legítimo exercício do direito de manter-se silente sobre



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

CENTRAL DE INQUÉRITOS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG

indagações que digam respeito às suas pessoas, devendo, contudo, revelarem o que souber ou tiver ciência de fatos ou condutas relativos a terceiros.

Diante do exposto, mantendo o entendimento exarado no julgamento de outros *habeas corpus* impetrados nesta Central de Inquéritos e na esteira do recente entendimento do STF, **defiro, em parte, o pedido liminar** para que, não obstante imperativo o comparecimento dos pacientes à Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Requerimento 145/2021, seja a eles assegurado 1) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-los, sendo-lhes, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; 2) o direito de serem assistidos por advogado durante toda a sessão; 3) o direito de serem inquiridos com dignidade, urbanidade e respeito, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão, caso estejam atuando no exercício regular dos direitos explicitados nos itens 1 e 2, servindo esta decisão como salvo-conduto.

Comunique-se imediatamente.

Solicite-se informações à autoridade apontada como coatora para que sejam prestadas, em 24h.

Prestadas as informações, abra-se vista ao Ministério Público.

Oportunamente, venham os autos conclusos.

Cumpra-se.

Belo Horizonte/MG, 23 de julho de 2021.

LEONARDO VIEIRA ROCHA DAMASCENO

Juiz de Direito

Leonardo Vieira Rocha Damasceno
Juiz de Direito

DOC. 4

**(Pedido de Quebra de Sigilo
1456520-51.2021.8.13.0024 -
Célio Freitas Bouzada)**



114
d

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
VARA DE INQUÉRITOS POLICIAIS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

AUTOS Nº: 0024.21.145.652-0

Mm. Juiz,

Trata-se de ação cautelar com pedido do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans da Câmara Municipal de Belo Horizonte pelo afastamento do sigilo bancário, fiscal e telemático, em desfavor de Célio Freitas Bouzada.

Consta do referido pedido que, no dia 10/05/2021, foi protocolado na Câmara Municipal desta capital, o requerimento nº 145/2021, visando constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI da BHTrans destinada "a apurar a omissão da BHTrans frente ao de desrespeito constante das normas de prestação de serviço de transporte público coletivo de passageiros no município, pelas concessionárias responsáveis.

Em reunião realizada no dia 28 de julho de 2021, foi aprovado o Requerimento de Comissão nº 864/2021, que solicitou (...) a quebra de sigilo bancário

[Assinatura]
RITA DE CÁSSIA MENDES ROLLA
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

fiscal e telemático do Sr. Célio Freitas Bouzada, no período que compreende 1º de fevereiro de 2020 até a presente data."

Verifica-se que a CPI da BHTRANS pretende com a referida medida investigar a participação do referido servidor nas práticas ilícitas apuradas pela aludida Comissão, principalmente a elaboração de documento para subsidiar o adiantamento de passagens sem qualquer memória de cálculo e se ocorreu pagamento em prejuízo do município.

Esclareceu que Sr. Célio Freitas Bouzada foi presidente da BHTrans de 2017 a 2020, sendo responsável pelas ações e omissões do referido órgão, principalmente no que se refere à fiscalização dos concessionários de transporte público.

Solicitou a quebra do sigilo bancário de todas as contas do Sr. Célio Freitas Bouzada, no período de 01/02/2020 até a presente data; o afastamento do sigilo fiscal do investigado, no que se refere aos anos de 2019 e 2020, conforme pedido de fl. 06 e quebra do sigilo de dados/registros telefônicos de todas linhas telefônicas do investigado, a partir de 01/02/2020 até a presente data, conforme fl. 06-"v".

[Assinatura]
 RTIA DE CÁSSIA MENDES ROLLA
 Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Extraí-se dos autos a necessidade do deferimento do aludido pedido, pois a medida requerida se apresenta como principal forma para elucidação dos fatos em questão.

O pleito encontra amparo no artigo 57, da Lei nº 4.117/1962 e na Lei 9.296/96, manifestando o Ministério Público pelo **deferimento do pedido**.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021.

Rolla
RITA DE CÁSSIA MENDES ROLLA

Promotora de Justiça

17/08/21

Aos 17/08/21, faço estas e outras conclusões ao Interpolatório de Direito. Para constar lavrei esta.

O(A) Escrivão(a): Alisson

Recebimento

CONCLUSÃO

Aos 17/08/21, faço estas e outras conclusões ao Interpolatório de Direito. Para constar lavrei esta.

O(A) Escrivão(a): Alisson

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Central de Inquéritos da Comarca de Belo Horizonte

116
N

Autos nº 0024.21.145.652-0

Vistos.

O Presidente da Comissão Parlamentar de Inquéritos BHTrans da Câmara Municipal de Belo Horizonte e a Câmara Municipal de Belo Horizonte ajuizaram ação cautelar objetivando a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de **Célio Freitas Bouzada**.

Sustentam que as medidas se fazem imprescindíveis "*para investigar eventual prática delituosa pelo requerido*", presidente da BHTrans – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte do ano de 2017 ao ano de 2020.

Decido.

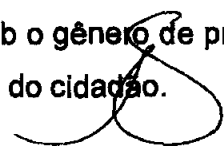
Ressalto, de início, em conformidade com o §3º, do artigo 58, da Constituição Federal, que as comissões parlamentares de inquérito, para o desempenho de seu mister fiscalizatório, terão, em regra, poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, admitida, assim, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico sem a necessidade de autorização por magistrado.

A regra, contudo, não se aplica às comissões parlamentares de inquéritos municipais. Isto porque, conforme já decidido pelo eg. STF, não haveria a possibilidade de se aplicar, em relação a elas, o princípio da simetria constitucional, face a inexistência de Poder Judiciário Municipal.

A quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, assim, tratando-se de comissão parlamentar de inquérito municipal deverá ser solicitada ao Poder Judiciário, exatamente a hipótese em exame.

Feitas as considerações pertinentes, passo ao exame dos pedidos de quebra.

Conforme é sabido, a garantia de inviolabilidade do sigilo fiscal alicerça-se na Constituição da República de 1988, no art. 5º, inc. XII, sob o gênero de proteção ao sigilo de dados, e no inciso X, pela inviolabilidade da intimidade do cidadão.



Direitos e garantias constitucionais, contudo, não são absolutos, podendo ser limitados ou temporariamente afastados com o escopo da proteção de bens jurídico que, no caso concreto, possuam primazia. Significa dizer que a relativização do sigilo às informações fiscais mostra-se cabível, quando, dentre outras hipóteses, no processo penal, houver fundadas suspeitas de prática criminosa.

Da mesma forma, no tocante ao sigilo bancário, a Lei Complementar de n. 105/2001, no seu art. 1º, §4º, dispõe que poderá ser decretada a quebra de dados perante as instituições financeiras, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial.

Consolidou-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a quebra do sigilo bancário e fiscal constituem medidas excepcionais, somente autorizadas quando presentes circunstâncias que denotem a necessidade, a existência de interesse público relevante e indícios da ocorrência de prática delituosa.

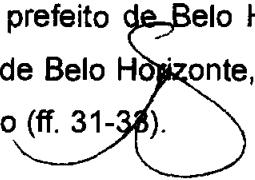
Sobre a quebra do sigilo telefônico encontra-se normatizada na Lei n. 9.296/96 e, embora constitua também violação aos direitos e liberdades individuais, trata-se de medida que atende ao interesse público na apuração de infrações penais mais gravosas.

Sabidamente, as liberdades individuais, conforme já ressaltado, não são absolutas, devendo ceder-se quando o interesse público assim o necessitar. Deve ser observada, contudo, a justa causa para tal medida, porquanto todo ataque a direito fundamental deve ser realizado de modo restritivo e subsidiário, como último recurso para a apuração de eventuais crimes.

In casu, da leitura da peça exordial e dos documentos que a instruem, denota-se a ausência de um fato concreto praticado pelo alvo, Célio Freitas Bouzada, que pudesse ensejar a legitimidade das medidas extremas.

Os fundamentos da pretensão exordial estão adstritos, na realidade, à função de Célio de Freitas Bouzada enquanto servidor desde o ano de 1992 e presidente da empresa de 2017 a 2020.

Ainda que se tenha atribuído a ele a responsabilidade pelo "*adiantamento de passagens sem qualquer memória de cálculo*" é de se ressaltar que o fato foi objeto de acordo judicial, devidamente assinado pelo prefeito de Belo Horizonte e pelo Sindicato das Empresas de Transporte e Passageiros de Belo Horizonte, com a presença do então presidente da BHTrans e do Ministério Público (ff. 31-33).



117
u

Sobre eventual omissão "*em fiscalizar a prestação do serviço*", "*proximidade do Diretor com empresários*" e conhecimento de que "*empresários do transporte público da capital retiraram os agentes de bordo dos ônibus como forma de retaliar a prefeitura de Belo Horizonte*", é de se ressaltar que os fatos não encontram apoio concreto em suporte fático idôneo, ao menos diante dos documentos trazidos ao processo.

Não bastasse, não houve sequer indicação, pelos requerentes, do tipo penal ao qual se subsumiria a conduta praticada pelo alvo. Há apenas indicação de que seria intenção "*investigar eventual prática delituosa pelo requerido*" (f. 03vº).

Destarte, considerando que os elementos informativos colhidos até o momento não são suficientes para a formação de convencimento quanto à existência da prática de crime e de indícios suficientes de autoria, inviável o deferimento das quebras pretendidas.

Indefiro, pois, as pretensões.

Ciência ao Ministério Público.

I.C.

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2021.

Sabrina da Cunha Peixoto Ladeira
Juíza de Direito
Sabrina da Cunha Peixoto Ladeira
Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
JUSTIÇA DE 1ª INSTÂNCIA - COMARCA DE BELO HORIZONTE
VARA CRIMINAL DE INQUÉRITOS POLICIAIS

Av. Augusto de Lima, 1549, 2º andar, sala G-213, Barro Preto, CEP 30190-002, tel (31) 3330-2869

119
J

RECEBIMENTO
Aos 17/08/21, recebi estes autos. Causa nº _____
que trata de crime de art. 162 § 4º CPC. Com a seguinte
movimentação nos autos:
(X) VISTA () APENSADO AO INQUÉRITO
() ARQ. ORDEMADO () AG. APENSAR
() AG. RESPOSTA DE OFÍCIO () AG. RESPOSTA DE OFÍCIO
() AG. DEFERÊNCIA () AG. EXPEDIR PAC/CAC/MAND
() AG. MANIFESTAÇÃO () F.B. DE DECISÃO/DESP
() CONCLUSÃO (X) recebimento
Escritório _____

PROMOTORIA CRIMINAL DE BELO HORIZONTE
SECRETARIA
Aos 17/08/21 recebi estes autos.
Em _____ os faço com vista ao(a) Dr(a) Promotor(a)
de _____

17:15
Recebi
autos

MM. Juiz(a).

Cler. da decisão de fl.(s) 116/117

Em, 17/08/21

Alexandre Motta Benevides
Promotor de Justiça

4



100

DOC. 5

**(MS 5118275-73.2021.8.13.0024 -
Roger Maciel de Oliveira; e MS
5121591-94.2021.8.13.0024 -
Renaldo de Carvalho Moura)**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5118275-73.2021.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico, Limites dos Poderes de Investigação, Limites do Objeto]

IMPETRANTE: ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

IMPETRADO: CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE e outros

DECISÃO

Vistos etc.

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA, CPF nº 902.384.350-91, impetrou Mandado de Segurança contra ato do SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS, todos devidamente qualificados na inicial, requerendo, liminarmente, que seja determinada a suspensão da eficácia da decisão proferida pela Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da BHTRANS, em sessão realizada no dia 04.08.2021, no que tange à aprovação do Requerimento nº 911/2021, que determinou a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal em desfavor do impetrante.

Informou que foi sócio da empresa MACIEL CONSULTORES SS durante o período em que a



Número do documento: 21081714164966600005199945432

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21081714164966600005199945432>

Assinado eletronicamente por: MAURICIO LEITAO LINHARES - 17/08/2021 14:16:49

Num. 5202033063 - Pág. 1

empresa prestou serviço a prefeitura de Belo Horizonte no contrato nº 2460/18, o qual foi realizado a contento e devidamente certificado com o ateste dos serviços exarados pelo contratante.

Relatou que, passados três anos do término do contrato, a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte abriu CPI com o intuito de investigar a BHTRANS, fato que a levou a verificar o contrato entre a Maciel Consultores S/S e a BHTRANS.

Narrou que, para a sua surpresa, sem ser investigado e jamais ter sido convocado, a CPI determinou a quebra do seu sigilo bancário, telefônico e fiscal, o que levou a buscar a defesa de seus direitos junto ao judiciário.

Requeru a medida liminar nos termos acima consignados. Com a inicial juntou documentos.

Vieram-me os autos para análise e decisão.

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por **Roger Maciel de Oliveira** contra ato do **Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito**, Vereador Gabriel Azevedo, visando à suspensão de decisão que acolheu pedido da CPI para quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados.

A concessão de medida liminar tem caráter de urgência e só se justifica quando verificados fundamentos jurídicos aceitáveis e, concomitantemente, quando a demora da decisão puder causar prejuízos ao requerente. Logo, para a apreciação do pedido liminar é imprescindível restarem demonstrados a periculum in mora e o fumus boni iuris.

Notadamente, trata-se de exercer uma cognição sumária, intrínseca e inerente aos juízos de probabilidade.

O sigilo telefônico, bancário e fiscal são direitos fundamentais do indivíduo, conforme artigo 5º, inciso X e XII da Constituição Federal: *"são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação"* e *"é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal."* Entretanto, como se vê, trata-se de um direito relativo, e não absoluto, pois admite exceções, inclusive através de decisões tomadas em CPIs.

Porém, como é o caso destes autos, é possível vislumbrar a presença do **fumus boni iuris**.

Assim é que do documento de ID 5056078024, **Requerimento de Comissão nº 911/2021**, constou, a respeito da Sra. Shaila Santos da Silva, também da empresa Maciel Consultores SS Ltda, e do impetrante, o seguinte:

"(...) Quanto aos representantes da Maciel Consultores, também é necessária a tomada de providências para obtenção de provas tendo em vista a robustez do conjunto probatório em que se embasa essa CPI.

A responsável técnica que assina o relatório da prestação dos serviços pela Maciel Consultores, Sra. Shaila dos Santos, ao ser inquirida nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, não conseguiu



sequer explicar o trabalho desenvolvido no trabalho que assina, apesar do apontamento de diversas irregularidades. Além de todos os pontos citados acima, há que se ressaltar algumas condutas frente aos representantes da Maciel:

- A proposta apresentada pela Maciel Consultores estava bem abaixo do valor de mercado apurado pela Administração Pública;*
- A Sra. Shaila, responsável técnica pelo serviço prestado, afirmou que nunca havia realizado auditoria no ramo de transportes anteriormente;*
- A data de ingresso da Sra. Shaila na empresa Maciel Consultores se deu exatamente no ano de realização da auditoria de todo o transporte coletivo da capital;*
- A Sra. Shaila não conseguiu esclarecer porque os serviços prestados se limitaram a menos de 17% das notas, em completa e flagrante violação ao edital;*
- A Sra. Shaila não conseguiu explicar como foi apurado o valor final de R\$ 6,35, mesmo com a análise limitada a um percentual baixíssimo em relação ao objeto exigido no Edital;*
- A Sra. Shaila não conseguiu explicar a afirmação que a conclusão da sua auditoria baseou-se na análise da totalidade das notas ou em amostras não inferiores a 70%, o que já restou completamente desmentido;*
- A Sra. Shaila não conseguiu explicar a ausência de questionamentos às empresas auditadas frente às diversas inconsistências já apontadas;*

Dessa feita, também é necessário apurar o nível de envolvimento da Empresa Maciel Consultores SS Ltda., única concorrente que realizou uma auditoria de fachada, fornecendo elementos que apoiam exclusivamente a pretensão das empresas concessionárias para aumento do valor da passagem, em completo desrespeito aos termos do edital.

*Nesse sentido, necessário requerer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados da Sra. Shaila Santos da Silva, CPF 083.876.917-98 referente ao ano de 2017. Na mesma linha de raciocínio, necessário compreender o papel do **Sr. Roger Maciel Oliveira, CPF 902.384.350-91, sócio e responsável técnico da empresa Maciel Consultores SS Ltda, sendo necessária também a sua quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados referente ao ano de 2017. (...).***

Note-se, portanto, que a CPI embasou a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal do ora impetrante na oitiva da Sra. Shaila Santos da Silva, também da empresa Maciel Consultores SS Ltda, pois esta não teria conseguido dar explicações sobre os serviços prestados, ficando isto claro no trecho supratranscrito do requerimento, em especial por ter sido formulado requerimento *“na mesma linha de raciocínio”* aplicado ao requerimento de quebra da Sra. Shaila, que permitiria *“compreender o papel do Sr. Roger Maciel Oliveira”*.

Portanto, resta evidente que não há fundamentação minimamente suficiente no requerimento de quebra de sigilo do ora impetrante e, por consequência, na decisão que o acolheu, em especial no que diz respeito à necessidade das quebras de sigilo bancário, fiscal e de dados do ora impetrante para que seja comprovada a prática de irregularidades que a CPI entende terem ocorrido.

Com efeito, não obstante a alegada *“robustez do conjunto probatório”*, evidente a fundamentação genérica, mesmo porque baseada em suposições e no que seria a necessidade de novas provas, sendo relevante destacar que não consta do requerimento como estas seriam obtidas justamente com a quebra dos sigilos do ora impetrante. Não há, portanto, a meu sentir, correlação entre o requerimento e o objetivo a ser alcançado no campo probatório.

Note-se que a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados é medida extrema, mesmo no âmbito do Poder Judiciário, devendo ser aplicada com muita cautela e apenas após a busca de provas da forma ordinária. No caso dos autos, vê-se que o ora impetrante nem sequer foi ouvido, nem mesmo como testemunha, não sendo, pois, aceitável que se decida por uma medida extraordinária sem que ao menos tenha sido o ora impetrante ouvido a respeito das dúvidas que permaneceram após a oitiva da Sra. Shaila, dúvidas estas de caráter técnico e, portanto,



passíveis de esclarecimento a partir de outras oitivas e análise de documentos.

No mais, presente o ***periculum in mora***, pois a quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados poderá causar sérios prejuízos à imagem do ora impetrante. A respeito, é cediço que a importância de uma CPI, pelos assuntos tratados, e o grande poder colocado nas mãos de seus membros, exige extremo cuidado por parte destes na coleta de provas, o que, neste momento processual, não é possível vislumbrar.

ISSO POSTO, concedo a segurança liminar para suspender o ato que determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do impetrante.

Intimem-se as partes desta decisão.

NOTIFIQUE-SE a ilustre autoridade impetrada para, querendo, apresentar, em 10 (dez) dias, informações.

Dar CIÊNCIA à Procuradoria Geral da CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.

Após, com ou sem informações, ao MINISTÉRIO PÚBLICO para parecer final.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2021.

Maurício Leitão Linhares
Juiz de Direito

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5121591-94.2021.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico]

IMPETRANTE: RENALDO DE CARVALHO MOURA

IMPETRADO: Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTRANS

DECISÃO

Vistos etc.

RENALDO DE CARVALHO MOURA, CPF nº 255.706.096-87, impetrou Mandado de Segurança contra ato do SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, Vereador Gabriel Azevedo, partes devidamente qualificadas na Inicial, requerendo, liminarmente, que seja determinada a suspensão da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do Impetrante aprovada pela CPI da BHTRANS na Câmara de Vereadores em 11 de agosto de 2021.

Informou que, em **11/08/2021**, foi aprovado o Requerimento de Comissão nº 967/2021, com o objetivo de "**quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados**" de 23 (vinte e três) pessoas, além de outras 07 (sete) alcançadas por decisão proferida anteriormente. Em todos os casos, as quebras de sigilo bancário, fiscal e de dados se referem ao mesmo intervalo de tempo, qual seja, 2007 a



Número do documento: 21081711434295600005171635420

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21081711434295600005171635420>

Assinado eletronicamente por: MAURICIO LEITAO LINHARES - 17/08/2021 11:43:43

2008 e 2013 a 2021.

A Comissão Parlamentar de Inquérito instituída na Câmara Municipal de Belo Horizonte tem como finalidade apurar o que seria **omissão** da BHTRANS frente a suposto desrespeito quanto a normas de prestação de serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município de Belo Horizonte pelas concessionárias responsáveis

Trata-se, no entender do impetrante, de uma decisão que alcança, sem qualquer individualização, empresários, consultores, agentes públicos e integrantes de empresas de auditoria ou de engenharia. A decisão está assim justificada:

"Considerando, portanto, que a Constituição Federal e a legislação pertinente conferem às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, dentre estes determinar a quebra de sigilo, bem como que os representantes das empresas envolvidas nas irregularidades nas licitações dos serviços de transporte coletivo e de auditoria e verificação independente e na sua execução são pessoas centrais na articulação dos demais agentes públicos e privados envolvidos e, por fim, que as provas necessárias não podem ser obtidas por outros meios, requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados das seguintes pessoas:"

Informou não ter sido ainda ouvido na Comissão. Disse ter sido apenas convidado para prestar depoimento, **em 25/08/2021**, como **testemunha**. A sua presença, inclusive, foi justificada pelo fato de ter sido **Presidente do Transfácil**, que sequer faz parte do objeto da CPI.

Entende o impetrante que não há requisitos mínimos intransponíveis para que a excepcionalidade da privacidade insculpida na Carta Magna seja quebrada, não vislumbrando ainda a **individualização de nenhuma conduta** do impetrante que justifique a quebra do seu sigilo.

Chamou a atenção para o **Requerimento nº 568/2021**, da Vereadora Bella Gonçalves, de inclusão de novo objeto que ultrapassa e foge dos limites inicialmente aprovados pelo quórum exigido do Colegiado Municipal, de 1/3 (um terço) da Câmara, novo requerimento que não foi aprovado desta forma, mas, em 21/05/2021, apenas pelos componentes da CPI, sem respeito ao Regimento Interno ("**A trajetória e a composição econômica do setor, que assistiu a baixíssimos índices de renovação de empresas e famílias de empresários nas atuais concessionárias do serviço público de transporte coletivo nas últimas décadas.**").

Alega o impetrante que já houve investigação no âmbito do **Ministério Público Estadual**, com o consequente arquivamento homologado por seu Conselho Superior, pelo que, em seu entender, não haveria fato novo levantado durante a CPI que justificasse a ampliação do objeto para o contorno pretendido.

Entende, ainda, que o ato impugnado afronta o seu direito líquido e certo ao sigilo resguardado pelos incisos X e XII do art. 5º da Constituição da República e das disposições do art. 11 da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) e do 2º da Lei nº 9.296/1996.

Nesse contexto, vê o impetrante a justificativa apresentada para a quebra do sigilo como **genérica**, sem **delimitar o fato que se pretende provar com a quebra** e, muito menos, a razão de que a prova não pode ser obtida por outros meios disponíveis no ordenamento jurídico. Entende que a quebra do sigilo foi autorizada, de maneira absolutamente ilegal e arbitrária e que, ao agir com atos típicos de autoridade judicial, a CPI necessariamente há de observar a exigência de fundamentação das decisões tal como prescrito no **art. 93, IX, da Constituição da República**.



O impetrante afirmou não ter qualquer ingerência na condução e contratação de empresas pelo poder público, muito menos no resultado produzido pelas empresas contratadas, não tendo sido, a seu ver, a Comissão capaz de indicar qual seria o ato praticado especificamente pelo impetrante que possa ser provado pela quebra dos sigilos.

Quanto ao **periculum in mora**, alegou o impetrante que, caso seja necessário aguardar o final da presente ação, poderá ter sua vida totalmente devassada sem qualquer fundamento. Requereu a concessão de **liminar**, inaudita altera pars, para suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do impetrante aprovada pela CPI da BHTRANS na Câmara de Vereadores em 11 de agosto de 2021.

Vieram-me os autos para análise e decisão.

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por **Renaldo de Carvalho Moura** contra ato do **Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito**, Vereador Gabriel Azevedo, visando à suspensão de decisão que acolheu pedido da CPI para quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados.

A Comissão Parlamentar de inquérito, conforme consta do documento de ID 515344034, foi constituída **"para apurar a omissão da BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte frente ao desrespeito constante das normas de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros no município, pelas concessionárias responsáveis, sendo necessária e urgente a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de evitar maior prejuízo para coletividade"**

Da **JUSTIFICATIVA** consta:

A BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte é a responsável pela fiscalização da prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros na capital. Dentre as atribuições, destaca-se o poder-dever de fiscalizar a prestação dos serviços nos termos definidos pela legislação e em contrato, podendo promover à autuação nos casos em que forem constatadas irregularidades.

No entanto, o que se observou durante o último ano foi uma omissão dolosa dessa empresa, cuja apatia e falta de atuação importou em prejuízo incalculável para os munícipes, especialmente àqueles em situação de maior vulnerabilidade social que dependem exclusivamente do transporte coletivo para se locomover.

É assustador a análise dos números da atuação da famigerada empresa no último ano, momento em que enfrentamos uma pandemia com consequências gravíssimas, seja pelo altíssimo número de mortes registradas até o momento, seja pelos impactos financeiros que acompanharam o cenário de calamidade pública.

Somente no ano de 2020, até a data de 16/12/2020, foram registradas mais de 24 (vinte e quatro) mil autuações, sendo 72% dessas infrações cometidas no período da pandemia. As situações de desrespeito envolvem a redução indevida da frota de veículos, descumprimento de horários, desrespeito às normas de lotação dos veículos além da ausência de medidas como a disponibilização de álcool gel aos passageiros. O descumprimento de todas essas medidas tem impacto direto no número de contaminações por Covid-19 em Belo Horizonte, uma vez que as pessoas se amontoa nos poucos veículos disponíveis, que não apresentam os insuetos básicos para a prevenção ao novo coronavírus.

Causa arrepio aferir que dessas 24 mil autuações, somente 366 teriam efetivamente virado



multas, sendo que nenhuma delas foi paga.

A atuação ineficiente e omissa da empresa fica evidenciada, vez que a fiscalização do serviço de transporte na cidade vai muito além da mera aplicação de autuação, que como demonstrado pelos dados apórcia, são insuficientes por si só para garantir a efetiva prestação do serviço.

Em um teatro de aparências, os responsáveis pela fiscalização ficam silentes frente ao desrespeito recorrente das concessionárias aos termos do contrato, aplicando autuações que não são pagas em uma pantomima que não pode ser entendida como efetiva fiscalização.

Há elementos suficientes para revisão imediata ou mesmo o cancelamento do presente contrato frente ao recorrente desrespeito à forma de execução do serviço. No entanto, a supracitada empresa pública não é capaz sequer de exigir a aplicação da Lei que determina a obrigatoriedade do cobrador nos veículos, situação que se arrasta há anos sem solução.

Por outro lado, as concessionárias alegam que operam no prejuízo, o que motivou ao adiantamento de compra de passagens pelo Poder Executivo, em um claro socorro financeiro às empresas. No entanto, os dados para a composição do preço das passagens não é e nunca foi acessível, existindo inclusive ação no Ministério Público para que os dados estejam disponíveis conforme determina a legislação vigente.

A empresa que detém o monopólio das informações é incapaz de exigir o cumprimento da Lei, e falha ao apresentar os dados que justificariam o preço da passagem na capital. Além disso se mostrou incapaz de apresentar alternativas frente ao reiterado e criminoso descumprimento das normas contratuais na prestação do serviço de transporte. Ainda assim, não há qualquer manifestação da BHTrans sobre os reiterados descumprimentos da legislação vigente, mantendo um silêncio inquietante frente ao contrato que só finda em 2028.

Dessa feita, é papel do Poder Legislativo investigar a omissão recorrente da empresa com a fiscalização do transporte público coletivo municipal, cuja prestação nos moldes atuais não observa as condições mínimas para garantir a segurança dos passageiros durante a pandemia, e reflete diretamente no número de casos na capital.

A mera leitura da justificativa para a constituição da CPI permite vislumbrar a presença do **fumus boni iuris**, pois nada consta daquela que permita afirmar a necessidade de produção de provas através da quebra de sigilo bancário e de dados do ora impetrante, mera testemunha convocada, nem mesmo se considerado o aditamento: *"a trajetória e a composição econômica do setor, que assistiu a baixíssimos índices de renovação de empresas e famílias de empresários nas atuais concessionárias do serviço público de transporte coletivo nas últimas décadas"*, mesmo porque a **motivação** do pedido respectivo é praticamente inexistente, sendo ela, como se vê de ID 5153448038, a seguinte:

"Renaldo de Carvalho Moura, CPF 255.706.096-87, procurador dos representantes legais da empresa líder do Consórcio Dez (Betânia Ônibus Ltda.). Envolvimento: o Consórcio Dez participou do conluio entre os licitantes na Concorrência Pública n. 131/2008. Período de referência das quebras de sigilo: 2007 a 2008, 2013 a 2021."

Ademais, a par do juízo de valor deixado às escâncaras no **Requerimento de Comissão nº 967/2021** (ID 5153448038) – **"Consórcio Dez participou do conluio entre os licitantes"** –, não é possível constatar em que está embasada a intenção de a CPI quebrar o sigilo do ora impetrante, ficando a situação ainda de mais difícil compreensão quando se tenta, nesse estreito contexto, entender a intenção de que a quebra de sigilo esteja contida dentro dos períodos de tempo informados. Na verdade, vislumbra-se ali apenas um mero querer, puro e simples, praticamente vazio de motivação, situação que vicia o ato de acolhimento do requerimento.

Não se olvide, no mais, que da inicial consta que o ora impetrante era Presidente da Transfácil e que nem sequer foi ouvido na CPI, para a qual foi convidado, como testemunha, para ser ouvido em **25/08/2021**.



Merece registro a referência do impetrante a decisões do STF que tratam da deficiência na fundamentação em quebras de sigilo no âmbito de CPIs.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, FISCAL E TELEFÔNICO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE FATOS CONCRETOS – FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA - INADMISSIBILIDADE - CONTROLE JURISDICIONAL - POSSIBILIDADE - CONSEQUENTE INVALIDAÇÃO DO ATO DE "DISCLOSURE" - INOCORRÊNCIA, EM TAL HIPÓTESE, DE TRANSGRESSÃO AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - MANDADO DE SEGURANÇA DEFERIDO. A QUEBRA DE SIGILO - QUE SE APÓIA EM FUNDAMENTOS GENÉRICOS E QUE NÃO INDICA FATOS CONCRETOS E PRECISOS REFERENTES À PESSOA SOB INVESTIGAÇÃO - CONSTITUI ATO EIVADO DE NULIDADE. - A quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o ordenamento constitucional, quando fundada em deliberações emanadas de CPI cujo suporte decisório apoia-se em formulações genéricas, destituídas da necessária e específica indicação de causa provável, que se qualifica como pressuposto legitimador da ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Constituição da República. Precedentes. Doutrina. O CONTROLE JURISDICIONAL DE ABUSOS PRATICADOS POR COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NÃO OFENDE O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. - O Supremo Tribunal Federal, quando intervém para assegurar as franquias constitucionais e para garantir a integridade e a supremacia da Constituição, neutralizando, desse modo, abusos cometidos por Comissão Parlamentar de Inquérito, desempenha, de maneira plenamente legítima, as atribuições que lhe conferiu a própria Carta da República. O regular exercício da função jurisdicional, nesse contexto, porque vocacionado a fazer prevalecer a autoridade da Constituição, não transgredir o princípio da separação de poderes. Doutrina. Precedentes. (MS 25668, Relator(a): CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 23/03/2006, DJ 04-08-2006 PP-00027 EMENT VOL-02240-03 PP-00410 RTJ VOL-00200-02 PP-00778 RCJ v. 20, n. 129, 2006, p. 55-66) (destaquei)

É o caso dos autos.

No mais, presente o **periculum in mora**, pois quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados, em um período de 10 (dez) anos, a maior parte fora do período da **pandemia**, poderá causar claro prejuízo ao ora impetrante, inclusive com atentado à intimidade. A respeito, é cediço que a importância de uma CPI, pelos assuntos tratados, e o grande poder colocado nas mãos de seus membros, exige extremo cuidado por parte destes na coleta de provas.

ISSO POSTO, concedo a segurança liminar, para suspender o ato que determinou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do impetrante.

Intimem-se as partes desta decisão.

NOTIFIQUE-SE a ilustre autoridade impetrada para, querendo, apresentar, em 10 (dez) dias, informações.

Dar CIÊNCIA à Procuradoria Geral da CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.

Após, com ou sem informações, ao MINISTÉRIO PÚBLICO para parecer final.

P.R.I.C.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2021.



Maurício Leitão Linhares
Juiz de Direito

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900



Número do documento: 21081711434295600005171635420
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=21081711434295600005171635420>
Assinado eletronicamente por: MAURICIO LEITAO LINHARES - 17/08/2021 11:43:43

Num. 5173788051 - Pág. 6

DOC. 6

**(Memorando Proleg nº 50/2021 –
Requerimento administrativo
suspensão de quebra de sigilo -
William Alberto de Aquino Pereira;
Lívia Fernandes Pereira
Tortoriello; e Wallace Fernandes
Pereira)**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

MEMORANDO PROLEG 50/2021

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Gabriel Azevedo
Presidente da CPI da BHTrans

Assunto: Petição contra a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados.

Interessados: William Alberto de Aquino Pereira; Livia Fernandes Pereira Tortoriello; e Wallace Fernandes Pereira

Senhor Vereador,

Cumprimentando-o respeitosamente, venho, em atenção à petição do Sr. William Alberto de Aquino Pereira e outros, de 23 de agosto de 2021, solicitar esclarecimentos quanto a aprovação de sua quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico pela CPI da BHTrans.

Verifica-se que o Requerimento de Comissão nº 967/2021, aprovado em 11 de agosto de 2021, determinou a quebra de sigilo de 23 pessoas, entre elas os peticionários em epígrafe.

Da leitura do documento em exame, constata-se que os peticionários pretendem a reconsideração da decisão da CPI da BHTrans com base nos seguintes argumentos: a) a empresa Sinergia Estudos e Projetos Ltda não tinha por atribuição a conferência de propostas técnicas dos licitantes na Concorrência nº 131/2007; b) a empresa foi contratada pelo Município de Belo Horizonte para elaborar um estudo de viabilidade financeira do sistema de transporte coletivo e apoiar o Município na construção do Edital; c) a empresa não participou da licitação e nem compôs a sua comissão; d) o trabalho foi encerrado após a apresentação do projeto e a confecção do Edital.

Ressalte-se que a Constituição Federal erigiu à categoria de direito fundamental a inviolabilidade da intimidade e vida privada dos indivíduos. Desse modo, e sem adentrar ao mérito das alegações, cumpre destacar que o afastamento de sigilo bancário, fiscal e de dados telefônicos é medida extrema e excepcional. Para tanto, deve haver minuciosa correlação entre a conduta praticada, a possível tipificação penal e as provas dos autos. Além disso, deve ser razoável o prazo do afastamento, tendo em vista, inclusive, eventual prescrição penal.

1 de 2

Av. dos Andradas, 3.100 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG - CEP: 30260-900

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Amaro Castro. (31) 3555-1122 / Fax: (31) 3555-1460

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BB74-5784-8CF8-36D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Amaro Castro.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BB74-5784-8CF8-36D2.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Logo, a necessidade do afastamento do sigilo deve ser concretamente demonstrada, amparada pelo conjunto fático-probatório, não se justificando em todas as situações. **Tampouco se deve adotar a quebra do sigilo como primeira medida de investigação.** É justamente a evolução da investigação que irá indicar que para provar determinado fato o afastamento do sigilo se torna imprescindível. Assim, pode-se dizer, exemplificativamente, que se for requerida a quebra do sigilo bancário ou fiscal, deve-se indicar concretamente qual é o indício de autoria e materialidade que faz pressupor o recebimento de quantias ilícitas; se requerida a quebra de dados, qual o indício que leva a crer que houve troca de comunicações entre investigados que poderão comprovar a prática dos crimes investigados.

Diante da argumentação apresentada e da documentação anexada, sem pretender exercer qualquer juízo de valor sobre o fato, **recomenda-se, por cautela, que seja suspenso o pedido de afastamento de sigilo até o esclarecimento das reais atribuições da empresa e dos técnicos envolvidos por meio de sua prévia oitiva pela CPI.**

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

Marcos Amaral Castro
Procurador-Geral



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BB74-5784-8CF8-36D2> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BB74-5784-8CF8-36D2



Hash do Documento

3E0B5F05CDB673AA08B9DF412FF3D152DDE9C69C848EA34E5115FD4EDAB654E5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/08/2021 é(são) :

☒ Marcos Amaral Castro - 051.462.256-30 em 25/08/2021 10:09

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



DOC. 7

**(Memorando Proleg nº 46/2021 –
Informa endereços para intimação)**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

MEMORANDO PROLEG 46/2021

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Gabriel Azevedo

Assunto: Informa endereços para intimação.
Ref.: Offício Interno GA nº 17 e 18/2021

Senhor Vereador,

Cumprimentando-o respeitosamente, venho, em atendimento à solicitação de localização de endereços, para fins de intimação para prestar depoimento perante a CPI da BHTrans informar o que segue.


O senhor José Braz Gomes Pereira Júnior possui domicílio situado na Cidade de Belo Horizonte, na Rua Xingu, nº 376, apto 901, bairro Santa Lúcia, CEP 30360-690.

O senhor Marcelo Carvalho Santos está domiciliado à Rua das Cores, nº 700, bloco 04, apartamento 802, Condomínio Vale dos Cristais, Nova Lima – MG, CEP 34.000-000

O Senhor Roger Maciel Oliveira poderá ser intimado no endereço situado à Av. Bastian, 366, bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre – RS.

Aproveito a oportunidade para apresentar meus votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,


Marcos Amaral Castro
Procurador-Geral

DOC. 8

**(Notícia de fato nº MPMG-
0024.21.010498-0)**

Notícia de Fato n.º MPMG-0024.21.010498-0

DATA DO RECEBIMENTO: 06/08/2021

RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO: BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

REPRESENTANTE(S): ANÔNIMO

REPRESENTADO(S): BHTRANS

VÍTIMA(S):

ÁREA(S) DE ATUAÇÃO: PATRIMÔNIO PÚBLICO (CÍVEL)

NUMERAÇÃO ANTERIOR: 496442062021-6

DESCRIÇÃO DO FATO: Notícia de que as empresas de ônibus que atuam no transporte público coletivo em Belo Horizonte não estariam disponibilizando os resultados das pesquisas denominadas ?Sobe e Desce? ou ?Pesquisa de Transporte?, além de não realizarem, em tese, outras pesquisas exigidas no contrato de concessão de transporte público.



0024210104980

Certifico que registrei estes autos no Sistema de Registro Único e SRU, assim como procedi à devida autuação. Eu, DANIEL GUIMARAES CABRAL, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP, assino.

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2021.

DANIEL GUIMARAES CABRAL
MAMP: 495500

PRESTIMENHA

-13-Ago-2021-15:10-000331/2

Manifestante optou por anonimato

Manifestação no.: 496442062021-6

Origem: Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais

Data de Entrada: 22/06/2021 11:48

IP de Origem:

Município da ocorrência: BELO HORIZONTE

Objetivo: RECLAMAÇÃO

Forma de resposta: INTERNET

Forma de contato: INTERNET

Manter sigilo sobre
os dados pessoais: NÃO

Pessoas ou estabelecimento envolvido: Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
envolvido: BHTRANS

Testemunhas ou pessoas que possam ajudar SETRA BH

no esclarecimento dos fatos: Empresários de ônibus (contrato de concessão 2008)

Texto da Manifestação

URGENTE - SUBSÍDIOS PARA INVESTIGAÇÃO: Câmara Municipal de Belo Horizonte (enviar para a COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI BHTRANS, à pessoa do seu presidente com cópia para o Gabinete do Vereador Gabriel Azevedo).

Além de diversos descumprimentos de cláusulas contratuais da concessão do transporte por ônibus (2008), as empresas concessionárias não entregam as pesquisas do tipo SOBE E DESCE (pesquisas de transporte) conforme exigência contratual, dificultando atividades de fiscalização, programação do sistema, monitoramento e outras de natureza técnica relacionadas a estudos e projetos de transportes sob a responsabilidade da BHTRANS. Também não realizam outras pesquisas exigidas no mesmo contrato sob demanda da administração pública, subsídios para a realização de diversas ações de natureza técnica e de fiscalização dentro da lógica de gerenciamento do sistema por parte do poder público concedente. Nada é feito.

Necessário investigar a existência de uma diretoria paralela de transportes na BHTRANS, composta por empresários e SETRA BH. Existe indícios de que membros da diretoria executiva da BHTRANS receberem salário mensal de empresários e SETRA BH, em espécie (dinheiro), a título de bonificação, para atuarem como fantoches e não como gestores públicos, que defendem os interesses que são realmente públicos e de interesse da sociedade civil. Os empresários e SETRA BH mandam e gerenciam o sistema de ônibus municipais de Belo Horizonte.

Necessário convocar os ex-presidentes da BHTRANS: Ricardo Mendanha Ladeira (responsável pelo encontro de contas (dívidas das empresas de ônibus) e contrato de concessão em 2008. Gestões: 2001 a 2007); Ramon Victor Cesar (processou o contrato de 2008, dando continuidade e anuência em todas as questões exigidas pelos empresários e SETRA BH. Período: 2009 a 2016, agravadas por uma série de irregularidades associadas ao sistema BRT MOVE implantado em 2014 na Copa do Mundo, com recursos do PAC Mobilidade); Celio Freitas Bouzada (gestão: 2017 a 2020), juntamente com todos aqueles empregados concursados da BHTRANS que ocuparam a diretoria de Transportes desde o ano de 2001, juntamente com diretores de transportes, Assessores, gerentes de coordenação, superintendentes, gerentes e supervisores (todos da Diretoria de transportes da BHTRANS).

Para conhecer quais são os ocupantes destes cargos é só solicitar os organogramas de cada gestão, incluindo eventuais alterações, as atas de reuniões do Conselho de Administração, as publicações das nomeações e exonerações publicadas no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Este conjunto de informações permite conhecer a prática da ?dança das cadeiras? na diretoria de transportes realizada durante anos na BHTRANS.

São sempre os mesmos empregados, pior, empregados concursados que ocupam cargos comissionados durante quase 20 anos. Nestas gestões de 2001 a 2020, os cargos comissionados foram sempre ocupados pelos mesmos empregados concursados, com pequenas variações. Alguns empregados concursados encontram-se cedidos ou licenciados (Raquel Gontijo Assunção Salum. Há anos licenciada em desacordo com os regulamentos que tratam desta matéria na área de recursos humanos da BHTRANS).

Investigar todo o serviço de programação de transportes feito na GESPR e todo o serviço feito pela GECET (tarifas e custos) do sistema ônibus e o sistema de Bilhetagem Eletrônica desde os editais de licitação para contratação do sistema. Toda a questão financeira pode ser analisada a partir da bilhetagem eletrônica. E o mais grave, todo o sistema parece ser do SETRA BH e não um sistema de gestão pública. Pouquíssimas pessoas têm acesso a este sistema. Tem um rigor altíssimo de controle de acesso (verdadeira caixa preta). Bom que os membros da CPI programem uma visita à BHTRANS para conhecer como funciona tudo (visita guiada).

Histórico

22/06/2021 11:48 (): Em análise

23/06/2021 11:24 (gabrielamoraes): Classificada

23/06/2021 11:25 (gabrielamoraes): Encaminhada para unidade

Classificação

ID Sgdp:

Assuntos: Outros - Patrimônio Público

Comarca: BELO HORIZONTE

Promotoria: null

Encaminhamento

23/06/2021 (gabrielamoraes)

Destino: **BELO HORIZONTE - 17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA: DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SECRETARIA**

Complementos reportados pelo manifestante

22/06/2021 11:48

DISTRIBUIÇÃO

Notícia de Fato nº 0024.21.010498-0 distribuído nesta data ao Promotor de Justiça, Dr. Bruno Alexander Vieira Soares.

Belo Horizonte - MG, 06 de agosto de 2021

DANIEL GUIMARÃES CABRAL
Oficial do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL GUIMARAES CABRAL, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 06/08/2021, às 12:11, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1559322** e o código CRC **CEC76441**.

Processo SEI: 19.16.1029.0072733/2021-50 / Documento SEI:
1559322

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-CPJ/BH17PJ-SEC

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG

CEP 30140092 - www.mpmg.mp.br

CONCLUSÃO

Faço os autos conclusos, nesta data.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2021

Giuliano Lombardi Assumpção
Oficial do Ministério Público



Documento assinado eletronicamente por **GIULIANO LOMBARDI ASSUMPCAO**,
OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP, em 09/08/2021, às 10:24, conforme art. 22, da
Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1565610** e o
código CRC **5823FB30**.

Processo SEI: 19.16.1029.0072733/2021-50 / Documento SEI:
1565610

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-004PJGES

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG
CEP 30140092 - www.mpmg.mp.br

DESPACHO

Trata-se de "manifestação" ANÔNIMA registrada no canal de denúncia da Ouvidoria do Ministério Público de Minas Gerais relatando que as empresas de ônibus que atuam no transporte público coletivo em Belo Horizonte não estariam disponibilizando os resultados das pesquisas denominadas "Sobe e Desce" ou "Pesquisa de Transporte", além de não realizarem, em tese, outras pesquisas exigidas no contrato de concessão de transporte público, consoante transcrição abaixo (SEI 1559314):

URGENTE - SUBSÍDIOS PARA INVESTIGAÇÃO: Câmara Municipal de Belo Horizonte (enviar para a COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI BHTRANS, à pessoa do seu presidente com cópia para o Gabinete do Vereador Gabriel Azevedo).

Além de diversos descumprimentos de cláusulas contratuais da concessão do transporte por ônibus (2008), as empresas concessionárias não entregam as pesquisas do tipo SOBE E DESCE (pesquisas de transporte) conforme exigência contratual, dificultando atividades de fiscalização, programação do sistema, monitoramento e outras de natureza técnica relacionadas a estudos e projetos de transportes sob a responsabilidade da BHTRANS. Também não realizam outras pesquisas exigidas no mesmo contrato sob demanda da administração pública, subsídios para a realização de diversas ações de natureza técnica e de fiscalização dentro da lógica de gerenciamento do sistema por parte do poder público concedente. Nada é feito.

Necessário investigar a existência de uma diretoria paralela de transportes na BHTRANS, composta por empresários e SETRA BH. Existe indícios de que membros da diretoria executiva da BHTRANS receberem salário mensal de empresários e SETRA BH, em espécie (dinheiro), a título de bonificação, para atuarem como fantoches e não como gestores públicos, que defendem os interesses que são realmente públicos e de interesse da sociedade civil. Os empresários e SETRA BH mandam e gerenciam o sistema de ônibus municipais de Belo Horizonte.

Necessário convocar os ex-presidentes da BHTRANS: Ricardo Mendanha Ladeira (responsável pelo encontro de contas (dívidas das empresas de ônibus) e contrato de concessão em 2008. Gestões: 2001 a 2007); Ramon Victor Cesar (processou o contrato de 2008, dando continuidade e anuência em todas as questões exigidas pelos empresários e SETRA BH. Período: 2009 a 2016, agravadas por uma série de irregularidades associadas ao sistema BRT MOVE implantado em 2014 na Copa do Mundo, com recursos do PAC Mobilidade); Celio Freitas Bouzada (gestão: 2017 a 2020), juntamente com todos aqueles empregados concursados da BHTRANS que ocuparam a diretoria de Transportes desde o ano de 2001, juntamente com diretores de transportes, Assessores, gerentes de coordenação, superintendentes, gerentes e supervisores (todos da Diretoria de transportes da BHTRANS).

Para conhecer quais são os ocupantes destes cargos é só solicitar os organogramas de cada gestão, incluindo eventuais alterações, as atas de reuniões do Conselho de Administração, as publicações das nomeações e exonerações publicadas no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Este conjunto de informações permite conhecer a

prática da "dança das cadeiras" na diretoria de transportes realizada durante anos na BHTRANS.

São sempre os mesmos empregados, pior, empregados concursados que ocupam cargos comissionados durante quase 20 anos. Nestas gestões de 2001 a 2020, os cargos comissionados foram sempre ocupados pelos mesmos empregados concursados, com pequenas variações. Alguns empregados concursados encontram-se cedidos ou licenciados (Raquel Gontijo Assunção Salum. Há anos licenciada em desacordo com os regulamentos que tratam desta matéria na área de recursos humanos da BHTRANS).

Investigar todo o serviço de programação de transportes feito na GESPR e todo o serviço feito pela GECET (tarifas e custos) do sistema ônibus e o sistema de Bilhetagem Eletrônica desde os editais de licitação para contratação do sistema. Toda a questão financeira pode ser analisada a partir da bilhetagem eletrônica. E o mais grave, todo o sistema parece ser do SETRA BH e não um sistema de gestão pública. Pouquíssimas pessoas têm acesso a este sistema. Tem um rigor altíssimo de controle de acesso (verdadeira caixa preta). Bom que os membros da CPI programem uma visita à BHTRANS para conhecer como funciona tudo (visita guiada).

É o relatório do essencial.

O objeto da presente investigação é verificar se as empresas de ônibus que atuam no transporte público coletivo em Belo Horizonte estariam disponibilizando os resultados das pesquisas denominadas "Sobe e Desce" ou "Pesquisa de Transporte", além de estarem realizando, em tese, outras pesquisas exigidas no contrato de concessão de transporte público.

Com efeito, determino:

1 - oficie-se à BHTRANS, com cópia da presente, solicitando informações;

2 - remeta-se cópia dos autos à Câmara de Vereadores de Belo Horizonte e ao vereador Gabriel Azevedo, a fim de ser juntada à CPI BHTRANS, se pertinente.

Belo Horizonte - MG, 09 de agosto de 2021

BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES
Promotor de Justiça



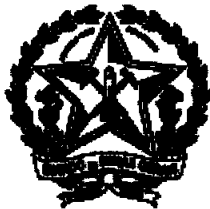
Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES**, **PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 09/08/2021, às 16:36, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1570250** e o código CRC **1370563C**.

RUA GONÇALVES DIAS, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG

CEP 30140092 - www.mpmg.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 404/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

Belo Horizonte - MG, 10 de agosto de 2021

Ilustríssimo Senhor
Diogo Prosdocimi
Presidente da BHTRANS

Assunto: Processo SEI nº 19.16.1029.0072733/2021-50 - Notícia de Fato nº 0024.21.010498-0

Ilustríssimo Senhor,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei e com fulcro na Lei Federal nº 8625/93, encaminha cópia da referida Notícia de Fato, solicitando informações, no prazo de 20 (vinte) dias.

Atenciosamente,

Bruno Alexander Vieira Soares
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES**, **PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 10/08/2021, às 15:43, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1573072** e o código CRC **5B92EAA9**.

Processo SEI: 19.16.1029.0072733/2021-50 / Documento SEI:
1573072

Gerado por: PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-004PJGES

Rua Gonçalves Dias, 2039 - Bairro LOURDES - Belo Horizonte/ MG - CEP 30140-092



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 405/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

Belo Horizonte - MG, 10 de agosto de 2021

Excelentíssima Senhora,
Nely Aquino
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Assunto: Processo SEI nº 19.16.1029.0072733/2021-50 -Notícia de Fato 0024.21.010498-0

Excelentíssima Senhora,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS,
por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei e com fulcro na Lei Federal nº 8625/93, encaminha cópia integral da referida Notícia de Fato, a fim de ser juntada à CPI BHTRANS, se pertinente.

Atenciosamente,

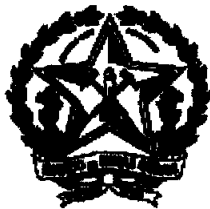
Bruno Alexander Vieira Soares
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES,**
PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL, em 10/08/2021, às 15:43, conforme art. 22, da
Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1573096** e o
código CRC **6E21322F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 406/2021 - PGJMG/BHPJ/BH17PJ/BH17PJ-121PJ

Belo Horizonte - MG, 10 de agosto de 2021

Ilustríssimo Senhor,
Gabriel Sousa Marques de Azevedo
Vereador do Município de Belo Horizonte

Assunto: Processo SEI nº 19.16.1029.0072733/2021-50 - Notícia de Fato 0024.21.010498-0

Ilustríssimo Senhor,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei e com fulcro na Lei Federal nº 8625/93, encaminha cópia integral da referida Notícia de Fato, a fim de ser juntada à CPI BHTRANS, se pertinente.

Atenciosamente,

Bruno Alexander Vieira Soares
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO ALEXANDER VIEIRA SOARES**, **PROMOTOR ENTRANCIA ESPECIAL**, em 10/08/2021, às 15:43, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1573127** e o código CRC **B87F5F73**.

DOC. 9

(Parecer Proleg 120/2021)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER PROLEG - 120/2021

INTERESSADO: CPI da BHTrans (Req. 145/2021)

ASSUNTO: comparecimento presencial perante a CPI de testemunhas e investigados

Ref.: Ofício Dirleg nº 2.098/2021 e Requerimento nº 745/2021

EMENTA

I. Constitucional. Consulta. Comissão Parlamentar de Inquérito.

II. Convocação de testemunhas. Comparecimento. Obrigatoriedade.

III. Convocação de investigados. Comparecimento. Nuances. Orientações.

Senhora Procuradora-Geral Adjunta,

I. RELATÓRIO

1. Os nobres membros da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da BHTrans, criada pelo Requerimento nº 145/2021, aprovaram o Requerimento nº 745/2021, por meio do qual solicitam a emissão de parecer jurídico acerca da *“possibilidade de exigência de comparecimento pessoal dos investigados e testemunhas que devam prestar depoimentos a esta CPI, da mesma forma como é realizado pelas CPI’s na esfera federal”*.

2. É o relatório no essencial. Passa-se à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

3. A análise da presente manifestação jurídica será subdividida em dois tópicos de modo a examinar, em um primeiro momento, o comparecimento da testemunha, e, em seguida, o do investigado perante a CPI da BHTrans.

4. De antemão, **fixa-se como premissa que o privilégio contra a autoincriminação é direito subjetivo assegurado a qualquer pessoa, seja**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Art. 204. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo único. Não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos.

Art. 205. Se ocorrer dúvida sobre a identidade da testemunha, o juiz procederá à verificação pelos meios ao seu alcance, podendo, entretanto, tomar-lhe o depoimento desde logo.

Art. 206. A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderão, entretanto, recusar-se a fazê-lo o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, ainda que desquitado, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

Art. 207. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Art. 208. Não se deferirá o compromisso a que alude o art. 203 aos doentes e deficientes mentais e aos menores de 14 (quatorze) anos, nem às pessoas a que se refere o art. 206.

(grifo nosso)

7. Além disso, constata-se que é uníssona a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto à obrigatoriedade de comparecimento da testemunha para prestar depoimento perante a CPI, conforme já reiteradamente decidido (HC 203.800/DF, Rel. Min. ROSA WEBER, Data de julgamento: 5 de julho de 2021; HC 204.422/DF, Rel. Min. LUIZ FUX, Data de julgamento: 12 de julho de 2021; HC 203227/DF, Rel. Min. NUNES MARQUES, Data de julgamento: 15 de junho de 2021; HC 201970 DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de julgamento: 18 de maio de 2021).

8. Destaca-se, ainda, que em caso de não comparecimento da testemunha, ela poderá ser conduzida coercitivamente, nos termos do art. 218 do CPP¹. Além disso, o comportamento faltoso pode ensejar a aplicação de multa e a condenação por crime de desobediência (Lei federal 1.579/1952, art. 3º, § 1º, c/c CPP, arts. 218 e 219). Já a afirmação falsa ou o silêncio injustificado podem

¹ CPP, Art. 218. *Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.*



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

11. Nesta oportunidade, porém, parece possuir maior relevância a discussão quanto ao **comparecimento de pessoas que, embora convocadas como testemunhas, possam ostentar o papel também de investigado**. Alerta-se, desde já, que não é possível extrair conclusões categóricas ou cartesianas. A solução varia conforme o caso concreto analisado.

12. Na ADPF 395/DF e na ADPF 444/DF, o STF declarou que a condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório é incompatível com a Constituição Federal, conforme se extrai do seguinte excerto:

(...) 4. Presunção de não culpabilidade. A condução coercitiva representa restrição temporária da liberdade de locomoção mediante condução sob custódia por forças policiais, em vias públicas, não sendo tratamento normalmente aplicado a pessoas inocentes. Violação.

5. Dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88). O indivíduo deve ser reconhecido como um membro da sociedade dotado de valor intrínseco, em condições de igualdade e com direitos iguais. Tornar o ser humano mero objeto no Estado, consequentemente, contraria a dignidade humana (NETO, João Costa. Dignidade Humana: São Paulo, Saraiva, 2014. p. 84). Na condução coercitiva, resta evidente que o investigado é conduzido para demonstrar sua submissão à força, o que desrespeita a dignidade da pessoa humana.

6. Liberdade de locomoção. A condução coercitiva representa uma supressão absoluta, ainda que temporária, da liberdade de locomoção. Há uma clara interferência na liberdade de locomoção, ainda que por período breve.

7. Potencial violação ao direito à não autoincriminação, na modalidade direito ao silêncio. Direito consistente na prerrogativa do implicado a recusar-se a depor em investigações ou ações penais contra si movimentadas, sem que o silêncio seja interpretado como admissão de responsabilidade. Art. 5º, LXIII, combinado com os arts. 1º, III; 5º, LIV, LV e LVII. O direito ao silêncio e o direito a ser advertido quanto ao seu exercício são previstos na legislação e aplicáveis à ação penal e ao interrogatório policial, tanto ao indivíduo preso quanto ao solto – art. 6º, V, e art. 186 do CPP. O conduzido é assistido pelo direito ao silêncio e pelo direito à respectiva advertência. Também é assistido pelo direito a fazer-se aconselhar por seu advogado.

8. Potencial violação à presunção de não culpabilidade. Aspecto relevante ao caso é a vedação de tratar pessoas não condenadas como culpadas – art. 5º, LVII. A restrição temporária da liberdade e a condução sob custódia por forças policiais em vias públicas não são tratamentos que normalmente possam ser aplicados a pessoas inocentes. O investigado é claramente tratado como culpado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Consabido, de outro lado, que o Supremo Tribunal Federal, de fato, ao apreciar as ADPF's 395/DF e 444/DF, ambas de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, declarou não recepcionado em parte, pela Constituição da República, o art. 260, caput, do Código de Processo Penal. Naquela oportunidade, ficou assentada a incompatibilidade com a Constituição Federal da condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, tendo em vista que o imputado não é legalmente obrigado a participar do ato, e pronunciar a não recepção da expressão "para o interrogatório", constante do art. 260 do CPP.

Vê-se, desse modo, que, esta Suprema Corte, em sede de controle normativo abstrato, adotou entendimento no sentido de que os investigados e os réus não são obrigados a comparecerem para o ato de interrogatório seja policial, seja judicial.

Em referidos julgamentos vinculantes emanados do Plenário desta Casa não foram analisadas as circunstâncias convocatórias decorrentes de atos praticados por Comissões Parlamentares de Inquérito, ou seja, não há, neste Tribunal, qualquer precedente vinculante estendendo o entendimento firmado na ADPF's 395/DF e 444/DF para os depoimentos a serem prestados em CPI's.

Não obstante referida constatação, a meu juízo, imperativa a extensão do entendimento acima referido às convocações decorrentes de CPI's.

É que, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República, as Comissões Parlamentares de Inquérito são detentoras de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, ou seja, têm os mesmos poderes, com ressalva, apenas, às hipóteses de reserva de jurisdição.

Estão, portanto, vinculadas, como todas as demais autoridades com poderes investigatórios, às normas constitucionais e legais de proteção do investigado, vale dizer não têm mais poderes que os órgãos próprios inerentes à persecução penal.

Desse modo, os investigados por Comissões Parlamentares de Inquérito, assim como ocorre na seara judicial, não podem ser obrigados a comparecer a o ato de inquirição, como decorrência do direito à não autoincriminação (HC 171.628/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJe 24.5.2019; HC 175.121-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, DJe 04.9.2019, v.g.). Nesse sentido:

"Habeas corpus. 2. Intimação de investigado para comparecimento compulsório à Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de condução coercitiva e crime de desobediência. 3. Direito ao silêncio e de ser acompanhado por advogado. Precedentes (HC 79.812/SP, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 16.2.2001). 4. Direito à não autoincriminação abrange a faculdade de comparecer ao ato, ou seja, inexistente obrigatoriedade ou sanção pelo não comparecimento. Inteligência do direito ao silêncio. 5. Precedente assentado pelo Plenário na proibição de conduções coercitivas de investigados (ADPF 395 e 444). 6. Ordem concedida para convolar a compulsoriedade de comparecimento em facultatividade."



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A inconstitucionalidade da condução coercitiva de investigados garante ao paciente, no presente caso, a faculdade de comparecer ao ato para o qual foi convocado.

(...)

Em face do exposto, defiro o pedido de habeas corpus para dispensar o paciente, caso queira, de comparecer perante a CPI do Pandemia e, em caso de opção pelo comparecimento, garantir-lhe: o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade (em razão da condição de investigado e não de testemunha) e à assistência de advogado.

(HC nº 203227/DF, Rel. NUNES MARQUES, Data de julgamento: 15/06/2021, Data de Publicação: 17/06/2021, grifos nossos)

17. De outra banda, diverge o Min. RICARDO LEWANDOWSKI e defende que a situação não se amolda ao que fora decidido nas ADPFs 395 e 444, a saber:

No que diz respeito à situação concreta do paciente, que ocupou o cargo de Ministro de Estado da Saúde por aproximadamente 10 meses, não vejo como dispensá-lo da convocação feita pelo Senado Federal para depor perante a CPI, tendo em conta a importante contribuição que poderá prestar para a elucidação dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Pandemia da Covid-19.

Salta à vista, porém, que a sua presença na indigitada CPI, ainda que na qualidade de testemunha, tem o potencial de repercutir em sua esfera jurídica, ensejando-lhe possível dano. Por isso, muito embora o paciente tenha o dever de pronunciar-se sobre os fatos e acontecimentos relativos à sua gestão, enquanto Ministro da Saúde, poderá valer-se do legítimo exercício do direito de manter-se silente, porquanto já responde a uma investigação, no âmbito criminal, quanto aos fatos que, agora, também integram o objeto da CPI.

(...)

Como se vê, a circunstância de o paciente responder a um inquérito criminal sobre os mesmos fatos investigados pela CPI emprestam credibilidade ao receio, exposto na inicial deste writ, de que ele possa, ao responder determinadas perguntas dos parlamentares, incorrer em autoincriminação, razão pela qual se mostra de rigor o reconhecimento de seu direito ao silêncio.

Por outro lado, no que concerne a indagações que não estejam diretamente relacionadas à sua pessoa, mas que envolvam fatos e condutas relativas a terceiros, não abrangidos pela proteção ora assentada, permanece a sua obrigação revelar, quanto a eles, tudo o que souber ou tiver ciência, podendo, no concernente a estes, ser instado a assumir o compromisso de dizer a verdade.

De outra parte, improcede o pleito do paciente no sentido de não ser compelido a ofertar respostas que envolvam um juízo de valor, pois não compete ao Judiciário estabelecer o teor das perguntas que podem ou não ser articuladas pelos senadores integrantes da CPI. Uma determinação,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A paciente não demonstrou, de forma concreta e documentada, como lhe competia, que corre algum risco de se autoincriminar ou de ser presa em razão de falso testemunho por ocasião de seu depoimento perante a CPI da Covid -19. Tampouco consta que ela esteja respondendo a qualquer sindicância, inquérito ou processo, seja no âmbito administrativo, seja na seara criminal. Nada há nos autos que leve à conclusão de que se deva deferir à paciente o direito de permanecer calada durante seu depoimento, mesmo porque essa proteção constitucional é reservada àqueles que são interrogados na condição de investigados, acusados ou réus por alguma autoridade estatal.

Aliás, muito pelo contrário: ela própria assevera que tem "atuado, permanentemente, com integral respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". E acrescenta, mais, que "[t]odos os seus atos encontram-se respaldados por documentos produzidos pelo Ministério da Saúde e por documentos e publicações científicas, produzidas por pesquisadores de renome nacional e internacional sobre abordagem farmacológica da doença decorrente do Coronavírus".

Convém ressaltar, para que não parem dúvidas, que aqui não há nenhuma similitude fática ou jurídica com o que decidi, em sede cautelar, nos autos do HC 201.912/DF, impetrado em favor do ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello. Conforme sublinhei, então, o justo receio, apto a configurar a necessidade da concessão da ordem residia na instauração do Inquérito 4.862/DF no STF, a pedido do Procurador-Geral da República, posteriormente encaminhado ao primeiro grau de jurisdição, circunstância de caráter pessoal que não se comunica à situação concreta da paciente.

Assim, o fato de a paciente não responder a qualquer procedimento criminal, ou mesmo administrativo, quanto aos assuntos investigados pela CPI, retira qualquer credibilidade ao receio por ela manifestado de que possa sofrer consequências adversas ao responder a determinadas perguntas dos parlamentares. Por isso, na condição de testemunha, ela estará obrigada a revelar tudo o que souber ou tiver ciência acerca dos fatos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Covid-19, podendo ser compelida a assumir o compromisso de dizer a verdade.

Em outras palavras, a sua presença na indigitada CPI, como testemunha, ao menos por ora, não tem o potencial de repercutir, de forma negativa, em sua esfera jurídica, ou mesmo de lhe causar possível dano injusto. Ao contrário, entendo que a paciente tem o dever de pronunciar-se amplamente sobre a sua atuação na supracitada Secretaria, observado, por evidente, o direito que lhe assiste à não autoincriminação, o que, de há muito, já vem sendo consagrado pela jurisprudência desta Suprema Corte. (...)

Também improcede o pleito da paciente de obrigar a Presidência da Comissão a conceder ao seu advogado o direito de suscitar "questões de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

21. Também o Ministro Fux, no HC 204.422/DF, em que a representante da Precisa Medicamentos pleiteava o não comparecimento ao depoimento por entender que a ordem de quebra de seus sigilos temático e telefônico pela CPI revelaria a sua condição de investigada, ressaltou que a testemunha não pode eximir-se da obrigação de depor, a saber:

O contexto apresentado na justificação do ato é, prima facie, indicativo de dúvida sobre a condição em que a paciente será ouvida (testemunha ou indiciado). Aliás, o fito da CPI é, ao que parece, o de descortinar o exato teor das denúncias veiculadas nos sites jornalísticos, tendo em vista a gravidade das acusações.

(...)

Consectariamente, na qualidade de testemunha de fatos em tese criminosos, a depoente tem o dever de comparecer e de dizer a verdade, não lhe assistindo, quanto a tais fatos, quer o direito ao silêncio, quer o não comparecimento perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

(...)

Ex positis, e firme nos precedentes desta Corte, concedo, em parte, a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, a paciente tenha o direito de: i) permanecer em silêncio sobre o conteúdo das perguntas formuladas; ii) não ser obrigada a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, uma vez que os fatos indicam que será ouvida na condição de investigada; iii) de ser assistida por advogado e iv) de se comunicar, livremente e em particular, com este, garantindo-se o direito contra a autoincriminação (art. 5º, inciso LXIII, da CRFB), excluída possibilidade de ser submetida a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.

Por outro lado, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento, impondo-se, quanto aos fatos, em tese, criminosos de que a paciente seja meramente testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

(HC 204.422/DF. Rel. Min. LUIZ FUX. Data do julgamento: 12 de julho de 2021)

22. No HC 204196 MC/DF, o Min. LUIZ FUX proferiu entendimento de modo similar ao caso anteriormente relatado.

23. No mesmo sentido, quanto à convocação do assessor especial da Presidência da República Felipe Martins, decidiu o Min. ALEXANDRE DE MORAES:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

25. Corrobora a conclusão supra, o HC 203.800 AGR/DF, de relatoria da Min^a. ROSA WEBER, no qual esclareceu seu posicionamento pessoal quando da análise do pedido de reconsideração em agravo regimental interposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal - CPI DA PANDEMIA, cujo paciente era o representante no Brasil do laboratório indiano Bharat Biotech, fabricante da Covaxin, a saber:

A parte agravante, como visto, discorre e fundamenta sua peça na necessidade de o paciente desta impetração ser ouvido na condição de testemunha e, portanto, de não permanecer em silêncio, quando em momento algum a decisão agravada cassou, suspendeu ou revogou o Requerimento nº 864/2021, no qual consta o status de testemunha do agravado, a delinear desconexão lógica entre a narrativa fática e o pedido deduzido.

Enfatizo que em absoluto conferi ao paciente o status de investigado, muito pelo contrário! Assinalei, expressamente, inexistirem nos presentes autos documentos hábeis à constatação inequívoca de que o paciente ostenta tal condição. Em momento algum reiterei, nem direta, nem por via reflexa, cassei, suspendi ou revoguei o ato convocatório. Hígido, portanto, o Requerimento nº 864/2021 que convoca o paciente para comparecer, na condição de testemunha, perante a CPI-Pandemia.

Acaso reputasse demonstrado nos autos, naquele momento, por prova pré-constituída, e de forma indubitável, tal status teria deferido a ordem em maior extensão, para (i) convolar a compulsoriedade de comparecimento do paciente perante a CPI-Pandemia em facultatividade e, ainda, se optasse por comparecer, (ii) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo. Não decidi, contudo, dessa forma, como emerge de modo cristalino do dispositivo do ato agravado:

"14. Ante o exposto, forte nos arts. 21, § 1º, e 192, do RISTF, concedo, apenas em parte, a ordem de habeas corpus, para assegurar ao paciente (a) o direito ao silêncio, ou seja, o direito de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele direcionadas; (b) o direito à assistência por advogado durante o ato; e (c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores."

Nessa linha argumentativa, absolutamente incongruente e desconectada do contexto fático a argumentação deduzida nesta sede recursal.

Não bastasse, e em terceiro lugar, tal como acentuei na decisão agravada, as testemunhas – caso do ora agravado –, via de regra, estão sujeitas à obrigação de comparecer perante o órgão de investigação parlamentar, quando regularmente intimadas, sob pena de serem submetidas à condução coercitiva, podendo o comportamento faltoso resultar na aplicação de multa e na condenação por crime de desobediência (Lei 1.579/52, art. 3º, § 1º, c/c CPP, arts. 218 e 219), além de caracterizar delito



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula;

(ii) o direito a ser assistido por advogado ou advogada durante todo o depoimento; e

(iii) o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados.

(HC 203381 / DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, Data do Julgamento: 16 de junho de 2021, DJe 17/06/2021)

27. Assim, constata-se que, em regra, o STF determina o comparecimento compulsório de indivíduos que, embora convocados como testemunhas, tenham o *status* de investigado atribuído por aquela Corte, sempre resguardando o privilégio contra a autoincriminação. Apenas em casos excepcionalíssimos, o Supremo tem expedido o salvo conduto para não comparecimento à CPI.

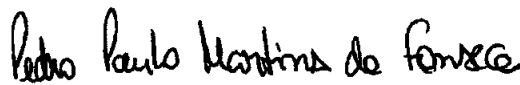
III. CONCLUSÃO

28. À luz da argumentação expendida, conclui-se que:

- a) o privilégio contra a autoincriminação é direito subjetivo assegurado a qualquer pessoa, seja testemunha, investigado, indiciado ou réu;
- b) a CPI pode determinar o comparecimento obrigatório de testemunhas;
- c) quanto aos investigados convocados nesta condição, o Supremo Tribunal vem entendendo pela faculdade de comparecimento; e
- d) quando a CPI intima para depor um indivíduo como testemunha, mas recaem dúvidas sobre sua real condição, se de testemunha ou de investigado, prevalecem no Supremo as decisões que determinam o comparecimento obrigatório, resguardando-se o direito a não autoincriminação.

29. É o parecer. À consideração superior.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2021.


PEDRO PAULO MARTINS DA FONSECA
PROCURADOR
OAB-MG 188.031



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INTERESSADO: CPI da BHTrans (Req. 145/2021)

ASSUNTO: comparecimento presencial perante a CPI de testemunhas e investigados

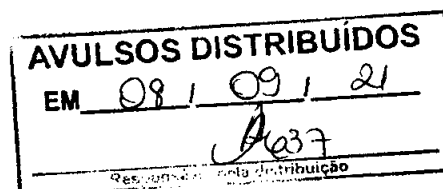
Ref.: *Ofício Dirleg nº 2.098/2021 e Requerimento nº 745/2021*

DESPACHO

1. Fica acolhido o Parecer PROLEG n.º 120/2021 por seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se o Parecer Jurídico ao Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da CPI da BHTrans (Req. 145/2021) para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2021.

IZABELLA SANTOS E NUNES
PROCURADORA-GERAL ADJUNTA
OAB-MG 154.838



ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
*Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.*

Ilustríssimos Senhores Vereadores Presidente, Relator e Membros da CPI BHtrans - Requerimento 145/2021 - Belo Horizonte / MG.

CONTRAPONTO SOCIAL a pronunciamento e notícias de encerramento das oitivas desta CPI e sequencia apenas com espera de chegada dos documentos requeridos pelo investigatório e não fornecidos pela BHtrans, Município, SETRA e outros (?) e preparo do Relatório indicando término dos depoimentos e das apurações e supressões fazendo lembrar o alerta do Delegado Federal Alexandre Saraiva no Roda Viva.

=> Há receio de que o investigatório não subsidie a contento o MP/MG para as ações que o caso requer, não permita "empréstimo de provas" ao controle social e seja usado em defesas de influentes e, ainda, que a comunidade pagante de tarifa não módica, maculada de sobrepreço e sobrelucro e excessivamente onerosa (subtraída) **não seja ressarcida como no Paraná.**

CPI - BHtrans, Legislativa-09-Sat-2021-10:31-002341-1/2
512.2885

Associação Brasil Legal e Fernando Fernandes de Abreu

qualificados em atos anteriores, autores da *Ação Civil Coletiva de Responsabilidade por Danos Individualmente Sofridos* 5138912-79.2020.8.13.0024 e impetrantes dos *Mandados de Segurança* 5061300-36.2018.8.13.0024 e 5211230-94.2019.8.13.0024 SOBRE TRANSPORTE PÚBLICO POR ÔNIBUS, considerando o pronunciamento e notícias de encerramento das oitivas da CPI BHtrans e sequencia apenas com espera de chegada dos documentos requeridos pelo investigatório legislativo e não fornecidos pela BHtrans, Município, SETRA e outros e preparo de Relatório indicando término dos depoimentos e das apurações e supressões/limitação da investigação, vêm, respeitosamente, diante de Vs. Sas., com fulcro nos arts. 1º, II, parágrafo único; 5º, XXXIV "a" e 37, caput, § 3º, I, da Constituição da República e tendo o interesse maior à frente se MANIFESTAR.

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

Pelo que se tem pronunciado e noticiado a CPI BHtrans irá suprimir atos necessários a apurações de perpetrções lesivas à comunidade e a responsabilizações que abaixo relacionam e sobre os quais a ONG Brasil Legal e os cidadãos ponderam:

1 - falada (essencial e cogitada pelo presidente da CPI) segunda oitiva de Célio Freitas Bouzada, ex-presidente da BHtrans, devido apurações posteriores que desmentem seu depoimento e surgimento d fatos e necessidade de mais respostas,

2 - novo depoimento do presidente da omissão permanente de licitação da Subsecretaria Municipal de Fazenda/BH (Administração e Logística) para responder sobre matérias objetivas que faltaram perguntar e responder na sua primeira oitiva

3 - depoimento do signatário do edital concorrência pública 2017/002 da Subsecretaria de Fazenda/BH (Administração e Logística) que licitou ilegalmente os serviços de *auditoria* para a empresa pública (BHtrans) contratar com violação do arts 3º e 60 da lei 8.666/93 e ditames diversos da lei 13.303/16 e crimes em perspectiva (autoridade esta que homologou licitação ilegal e dolosa e alicerçou pseudoauditoria);

- A pseudoauditoria da empresa Maciel Consultores Ltda cuja licitação e contratação violam os arts. 3º; 28, III e VI; 41; 43, § 3º; 48, II, § 1º, II, 49 e 60 da lei 8.666/93 e arts. 28; 31; 32, II e 51, I a IV, **V** e VI a X da lei 13.303/16 apresentou sugestão de tarifa no valor de R\$ 6,35 assustando o povo e que configura "*Bode na Sala*" de autoria da dupla dinâmica "Bouzada & João Fleury" para o prefeito retirar como o "bom da praia", sendo ineficiente e duvidoso a CPI se abster de nova oitiva do primeiro e depoimento do segundo como testemunhas e de questioná-los objetivamente.

- Igualmente com relação ao Presidente da Comissão de Licitação da Subsecretaria de Fazenda que transformou a "dupla dinâmica", Bouzada & João Fleury em trio "Los Perpetras" que alicerçou encenação de auditoria e colocou o "*Bode na Sala*" (tarifa de R\$ 6,35 assombrando usuários) para o prefeito bonsinho tirar ao estabelecer de R\$ 4,50, maior e com mão de obra menor, porém, entre as capitais comparadas.

4 - depoimento (e o mostrar da cara) de Roger Maciel de Oliveira, sócio gerente da empresa Maciel Consultores SS Ltda que participou da licitação concorrência edital 2017/002 e assinou (teria assinado) atas de julgamento da habilitação e termo aditivo ao contrato (estado, pois, em Belo Horizonte) e que, sendo o representante legal da empresa, deve esclarecer **e restituir dinheiro recebido pelo que não executou.**

Registro Civil de Pessoa Jurídica Nº 128113 - CNPJ Nº 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES Nº 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG



ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

- Confessado no próprio relatório e revelado que a auditoria lícitada e contratada ilegal e dolosamente foi apenas encenação, pseudoauditoria, e tendo em conta que Roger Maciel de Oliveira é o representante legal da empresa paga (jurídica e que apenas encenou) conforme o art. 1060 do Código Civil e o art. 75, VIII do CPC/15, afigura esdrúxulo se abster de seu depoimento inclusive para confirmação da sua foto e identificação de seu endereço e paradeiro atual e devolução do dinheiro ao erário.

- É que após o aperto dado na Shaila Santos cuja participação societária não ficou provada e pareceu ser a parte fraca e talvez por ser mesmo (fraca), negra e mulher a única a depor pela Maciel, acabando esculachada sozinha (só faltando ter sido amarrada no tronco), o moral e legal e colocar todos na roda, doutores, senhores...

5 - depoimento (agora) do vereador Pedro Patrus que oficiou à BHtrans e demandou em 04/12/2018 aditamento no valor de R\$ 170.000,00 ao contrato 2.460/18 decorrente da licitação concorrência pública 2017/002 da Subsecretaria de Fazenda/BH que licitou ilegalmente os serviços de auditoria para a empresa pública (BHtrans) contratar e de vereadores presentes da reunião de julgamento da referida licitação.

- Ora (ora), a solicitação do aditamento ao contrato 2.460/18 resultado da licitação concorrência pública 2017/002 da Subsecretaria de Fazenda/BH que licitou ilegalmente os serviços de auditoria para BHtrans contratar aponta tratar de demanda originalmente não prevista no contrato apresentada à BHtrans pela Câmara Municipal, vereador Pedro Patrus e data de 27/11/2018 com celebração do termo em 14/12/2018 e publicação deste em 19/01/2019 sendo necessidade da sociedade saber a respeito:

a) - porque o membro do Poder Legislativo fiscalizador, vereador Pedro Patrus demandou a celebração do primeiro termo de aditamento ao contrato 2.460/18 celebrado entre a BHtrans e a empresa Maciel Consultores SS Ltda para auditoria;

b) - se havia real necessidade da celebração do referido primeiro termo de aditamento ao contrato 2.460/18 celebrado entre a BHtrans e a empresa Maciel Consultores SS Ltda; se o vereador Pedro Patrus acompanhou a execução e se o objeto do aditivo foi realizado efetiva e totalmente **e onde está para a sociedade acessar;**

É interessante que a ementa do termo de aditamento aponta celebração regida pela lei 8.666/93 enquanto a cláusula primeira aponta ser fundamentado no art. 181, inciso I c/c § 1º da lei 13.303/16 explicitando o "bater cabeça" e adaptação a final.

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

=> Além dos depoimentos supraconsignados e abordados dos quais podem surgir elementos concretos para desmanchar o furtivo emaranhado a CPI ao que se tem informado se abstém de praticar atos essenciais a real abertura da “caixa preta”.

I - enfrentamento e aferição da regularidade do processo licitatório concorrência 131/2008-PBH referente a concessão dos serviços de transporte público de Belo Horizonte a luz da lei 8.666/1993 (*editais, publicações, habilitação, julgamentos, homologação/adjudicação e contratos especialmente da subcláusula 11.3.1 desses*).

- Contar até 10 (dez) ou até 100 (cem) implica COMEÇAR DO 1 (UM) assim como investigar os serviços de transporte público por ônibus de Belo Horizonte **ou abrir a “caixa preta” de verdade, “data venia”**, => implica **COMEÇAR DO OU PELO RESPECTIVO PROCESSO LICITATÓRIO** e aferir com rigor dos sérios se o procedimento obedece os ditames imperativos da lei 8.666/93 a começar de seu art. 3º norteador.

- Fora do exposto não há apuração própria de investigatório eficiente, mas encenação apenas para dar aparência de legal ao ilegal, lesivo e criminoso como alertou o Delegado Federal Alexandre Saraiva no programa Roda Viva da TV Cultura/SP sendo, contudo, apenas início e muito a se investigar a partir do contrato que resulta;

- No caso concreto há dúvidas fundadas com relação a habilitação da licitação 131/2008-PBH e, ademais, a subcláusula 11.3.1 dos contratos decorrentes do procedimento estabelece fórmula esdrúxula de reajuste de tarifa e obrigação do usuário e destinatário do serviço público EXAGERADA, INÍQUA, ABUSIVA E TENDENCIOSA e coloca o consumidor em desvantagem exagerada configurando incompatível com a boa-fé e equidade e é nula conforme o art. 51, IV, X e XIV, § 1º, I, II e III do CDC, lei 8.078/90.

II – Aferição objetiva e concreta do cumprimento ou não das obrigações contratuais estabelecidas expressamente na cláusula 14, 14.4 (i, ii, V, vi, xvii e xviii) dos contratos decorrentes da licitação concorrência pública 131/2008-PBH que objetivou a concessão dos serviços de transporte coletivo público por ônibus de Belo Horizonte.

- Têm-se explícita, de pronto, a violação sorrateira da cláusula 14, 14.4, (i e ii) dos contratos decorrentes da licitação concorrência 131/2008-PBH uma vez que o serviço prestado não é adequado, porque adequado implica modicidade da tarifa nos termos do § 1º (final) do art. 6º e art. 7º, I da lei 8.987/95; inciso VI do art. 8º e I do art.

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

14 da lei 12.587/12 e cláusula 9, 9.1 dos contratos e a tarifa de R\$ 4,50 maior entre as sete capitais parametrizadas e com custo de mão de obra menor NÃO É MÓDICA NÃO.

- Considerada a manifestação da vereadora Bella Gonçalves de que as empresas dos irmãos Lessa concessionárias dos serviços de transporte TÊM DÉBITO DE TRIBUTOS NO VALOR PRÓXIMO A UM BILHÃO DE REAIS proporcionando inferir que outras, talvez todas, também devam tributos falta, caso não ocorreu, investigar e documentar qual é a situação de tal e eventuais débitos e a que referem, => e aferir o cumprimento das cláusulas 8 e 14, 14.4, (v) dos contratos e dos arts. 33, III e 55, XIII da lei 8.666/93.

- Adequada prestação de serviço de transporte público, além de implicar a tarifa módica pressupõe cumprimento dos ditames legais e tendo-se em conta que o § 1º do art. 3º da lei municipal 8.224/2001 determina a operação dos ônibus com Motorista e Agente de Bordo (cobrador) e concessionários não cumprem, operam sem o agente de bordo com a cumulação do cargo pelo motorista restam violados os termos do art. 14, 14.4, (vi) dos contratos fato suscetível de ser apontado pela CPI BHtrans.

- O débito de quase um bilhão de reais por empresas dos irmãos Lessa concessionárias dos serviços de transporte público coletivo de Belo Horizonte noticiado pela vereadora Bella Gonçalves e outros e a condição suspeita da empresa "caixa preta" que corre o risco de alguém chamar de covil **proporciona inferir não cumprimento da cláusula 14, 14.4 (xvii e xviii) dos contratos e conluio** restando essencial diante do imbróglio aferir e documentar o cumprimento também da cláusula 17 do dito contrato.

III - verificação do cumprimento de obrigações contratuais e legais como pagamentos de seguros conforme as cláusulas 14, 14.4 (xxxv) e 18, 18.1 (i a iii); 18.2; 18.3; 18.4 (i a iii) e 18.5 a 18.8 dos contratos decorrentes da licitação concorrência 131/2008-PBH referente o transporte e dos pagamentos das multas devidas ao Poder Concedente pelas concessionárias (pela operação sem cobrador inclusive e outras).. ,

- A perpetração em Belo Horizonte da tarifa de R\$ 4,50 MAIOR que São Paulo (R\$ 4,30 / 4,40); Rio de Janeiro (R\$ 3,90 / 4,05); Salvador (R\$ 4,00 / 4,20); Recife / Olinda / Jaboatão (R\$ 3,20 / 3,45); Fortaleza (R\$ 3,60 / 3,80) e Manaus (R\$ 3,80 / 3,80) => **e com custo de mão de obra MENOR:** 31,34 % que São Paulo; 15,72 % que o Rio de Janeiro; 1729 % que Salvador, 5,58 % que Recife, 9,24 % que Fortaleza e 37,71 % que Manaus explicita permissividade e ousadia e prática de tarifa não módica afinal. .

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

- Significa ganância tipo quem para receber $5 + 6 =$ (igual) a 12 e para pagar $6 + 5 =$ (igual) a 10 e que é capaz de tudo para lucrar mais inclusive descumprir obrigação legal como a violação do art. 6º, § 1º e 7º, I da lei 8.987/95 e arts. 8º, VI e 14, I da lei 12.587/12 e contratual como a violação das cláusulas 9, 9.1 e 13, 13.1 (I) dos contratos QUE OCORREM => **proporcionando inferir poder ser também com relação a seguro, obrigação contratada nas cláusulas 14, 14.4 (xxxv) e 18, 18.1 a 18.8.**

- O estabelecido na cláusula 18, item 18.1, (iii) dos contratos determina o pagamento se seguro inclusive para o pagamento e recebimento, pois, de multas determinando o item 18.3 que o beneficiário será a BHTRANS ou o PODER CONCEDENTE e o item 18.4 (iii) o valor, sendo imprescindível e eficiente averiguar e documentar => **se tem seguro e cumprimento ou não de cláusula contratual**, porque existe multa (pela supressão de cobradores) não pagas, => restando saber se pagas pelo seguro.

IV - Aferição do cumprimento da obrigação contratual determinada pelas cláusulas 14, 14.4 (xx); 14.4.3 e 20, 20.1 a 20.14 referentes ao “FUNDO GARANTIDOR DO EQUILÍBIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO” decorrente da licitação concorrência pública 131/2008-PBH sobre concessão do transporte público com verificação do atual montante (valor depositado) e a identificação de seu atual e últimos administradores.

- Considerado que as cláusulas 14, 14.4 (xx) e 20, 20.6 dos contratos decorrentes da licitação concorrência 131/2008-PBH referente a concessão dos serviços de transporte público determinam a transferência ao “FGE (...)” de 1% (um por cento) da receita operacional bruta e que este (FGE) se destina a pagamento de indenizações a concessionária ou ao poder concedente **em razão da revisão ou extinção do contato** afigura natural se saber o montante atual do fundo diante das tão faladas ocorrências.

V - Análise da Emissão das Portarias BHTRANS DPR N°. 135 de 2016 que reajustou a tarifa de R\$ 3,70 em 2016 para R\$ 4,05 em 2017/18 e BHTRANS DPR N°. 168 de 2018 que reajustou a tarifa de R\$ 4,05 em 2018 para R\$ 4,50 em 2019/2021 ambas sem adotar a fórmula estabelecida pela subcláusula 11.3.1 dos contratos resultados da licitação concorrência 131/2008, sem apontar o índice contratado e subjetivamente.

- As emissões das Portarias de reajuste de tarifas a violar os ditames imperativos da subcláusula 11.3.1 estabelece tarifas subjetivas negociadas entre instituidor e receptor sem participação de consumidor do serviço de transporte público



Pág. 6 de 10

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

e maculada de sobrepreço, sobrelucro e subtração de dinheiro da comunidade, tarifa excessivamente onerosa, não módica infringente, como antedito, aos arts. 6º, § 1º e 7º, I da lei 8.987/95; arts 8º, VI e 14, I da lei 12.287/12 e cláusula 9,9.1 dos contratos.

- A subcláusula 11.3.1 dos quatro contratos, alterada pelo sexto aditivo determina (*"in verbis"*) que ***"Para o cálculo do reajuste da tarifa será adotada a seguinte fórmula"***, FÓRMULA ESPECIFICADA NO DISPOSITIVO e inclusive na cláusula segunda do referido sexto aditivo contratual formalizado => **mas as Portarias BHTRANS DPR 135 / 2016 e 168 / 2018 NÃO APONTARAM NEM ADOTARAM TAL DETERMINAÇÃO**

- Além da violação aos arts. 6º, § 1º e 7º, I da lei 8.987/95; arts 8º, VI e 14, I da lei 12.287/12 e cláusulas 9, 9.1 e 11.3.1 dos contratos resultados da licitação concorrência 131/2008-PBH, as Portarias BHTRANS DPR 135 de 2016 e 168 de 2018 **infringem os ditames imperativos do art. 39, IV, V, X, e XI do CDC, lei 8.078/90 e pisoteiam os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e da razoabilidade.**

- Ilustra-se que a tarifa do Grupo I de Belo Horizonte **era R\$ 2,10 em 2008** conforme aponta a subcláusula 11.1 (i) dos contratos decorrentes da concorrência 131/2008-PBH significando a tarifa de R\$ 4,50 em 2019 (20 / 21) evolução de 114,29 % ou 27,35 e 22,99 % a mais que São Paulo cujas tarifas de R\$ 2,30 em 2008, de 4,30 em 2019 (20) e de R\$ 4,40 em 2021 significa evolução de 86,95 e 91,29 % e 30,18 % a mais que o Rio de Janeiro onde as tarifas de R\$ 2,20 em 2008 e de R\$ 4,05 em 2019 (20/21) significam evolução de 84,101 % **ambos com custo de mão de obra maior.**

- Os reajustes perpetrados através das Portarias BHTRANS DPR N.ºs. 135 2016 e 168 de 2018 ao elevarem as tarifas para R\$ 4,05 e R\$ 4,50 sem arrimo da fórmula item 11.3.1 do contrato e 6º aditivo (forma marginal) **PESULTARAM TARIFA NÃO MÓDICA, EXCESSIVAMENTE ONEROSA E DOLOSA**, porque a tarifa proporcional ao custo de mão de obra menor foi abaixo de R\$ 3,20 e 3,80 **conforme o comparativo ofertado.**

- A evolução dos custos do transporte de 2013 (R\$ 1.064.150.953,) para 2016 (R\$ 1.259.884.484,) conforme consignado nas pags. 49 a 52 de 58 do Relatório de Verificação de Custos, fls. 147/159 do Relatório Final da "Auditoria" da empresa Maciel aponta aumento de 18,4 % que acrescido ao valor da tarifa de 2012 (R\$ 2,65) resulta R\$ 3.137 (R\$ 3.15/20) para 2.017 => **aquém, pois, dos R\$ 4,05 que estabeleceu a Portaria BHTRANS DPR N.º. 135 / 2016 EXPLICITANDO SOBREPREÇO ACUMULADO DE R\$ 0,85.**

Registro Civil de Pessoa Jurídica N° 128113 - CNPJ N° 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES N° 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

- O sobrepreço de R\$ 0,85 resultado da estipulação de tarifa maior do que a decorrente da evolução do custo total do sistema e que outras capitais, **52,85 % em vez de 18,4 %** (percentual de variação dos custos pags 49 a 52 de 58 do Relatório de Verificação fls. 147 / 159 do Relatório Final da "Auditoria") comprova o sobrelucro apontado no **Comparativo de Tarifas e Custo de Mão de Obra** oferecido a esta CPI.

- Comprovado o sobrepreço de R\$ 0,85 e 0,50 em 2017 e 2018 e de R\$ 0,75 e R\$ 0,50 em 2019 e 2020 nas tarifas grupo 1 do transporte público de Belo Horizonte e considerado o universo de 400.000.000 de viagens por ano até 2019 tem-se sobrelucro de R\$ 340.000.000,00 em 2017 e de R\$ 200.000.000,00 em 2018 e de 300.000.000,00 em 2019, => **subtração ilegal de dinheiro de usuários consumidores no total de R\$ 840.000.000,00 e enriquecimento ilícito de empresários e talvez outros.**

- Registre-se, considerando a informação pelo Sindicato dos rodoviários / BH da demissão de 4.800 Agentes de Bordo e tendo em conta os salários destes ou R\$ 1.076,47 em 2020 acrescidos dos encargos legais, direitos e benefícios perfazendo algo em torno de R\$ 2.150,00 per capta, => que empresas transformaram a ilegalidade (extinção do cargo de Agente de Bordo / violação da lei 8.224/2001) e a cumulação pelo motorista em mais lucro (sobrelucro) de R\$10.320.000,00/mês, 123.840.000,00 / ano.

- Alerta-se que não é de se crer que agente público proporcione e / ou permita lucro extra a empresários, sem pessoalidade (interesse próprio), ainda mais que a Operação Lava Jato já apurou furtos de milhões / bilhões e divisão entre os diversos agentes e a imprensa escancarou para o planeta ver, sendo específicas e alarmantes as **apurações, julgamentos, condenações e prisões ocorridas ali no Rio de Janeiro.**

- Considerado que o *contrato faz lei entre as partes*; que os 4 contratos de concessão de serviço de transporte de Belo Horizonte determinam em suas cláusulas 11, itens 11.3.1, a **fórmula** para o reajuste das tarifas com alteração pelo sexto termo aditivo e que as Portarias BHTRANS DPR 135 de 28/12/1016 e 168 de 26/12/2018 NÃO APONTARAM / ADOTARAM TAL FÓRMULA E ÍNDICES conforme provado, => restam estas (portarias) enquadradas também nos ditames do art. 166, IV a VIII do Código Civil.

- Tem-se praticado com as emissões das PORTARIAS BHTRANS DPR N°. 135 de 2016 e 168 de 2018 a margem da fórmula determinada pela subcláusula 11.3.1 dos contratos e sexto aditivo e estabelecimento de tarifa não módica e excessivamente

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

onerosa, maculada de sobrepreço, sobrelucro e subtração de dinheiro da comunidade, “Patrocínio de Interesse Particular Perante a Administração Pública”, “Prevaricação” e a “Advocacia Administrativa” art. 319 e 321 (ao menos) do CP, Decreto-Lei 2.848/40.

- Não se despreza indícios de outros crimes tipificados no Título XI, Capítulos I e II do Decreto-Lei 2.848/40 pelos motivos relatados, crimes vislumbrados e que se classifica como “*CRIMES DE ESTADO*” no Município perpetrado em continuação, governos após governos, por sistemática criminoso infiltrada na Administração Pública com violação do art. 4º e enquadramento nos arts 10, XII, XIV e 11, I da lei 8.429/92.

VI - enfrentamento e aferição da regularidade do processo licitatório concorrência pública 2017/002 da Secretaria Municipal de Fazenda (Subsecretaria de Administração e Logística) - licitação de serviços de auditoria do transporte PARA A EMPRESA PÚBLICA CONTRATAR, a luz das leis 8.666/1993 e 13.303/2016 (legitimidade do Município para licitar serviço para outro contratar, *edital, publicações, habilitação, julgamentos da habilitação e proposta, homologação/adjudicação e contratação*).

- Conforme renunciado acima a licitação para contratar empresa para realizar serviços de auditoria que resultou a contratação da empresa Maciel Consultores SS Ltda violou os arts. 3º; 28, III e VI; 41; 43, § 3º; 48, II, § 1º, II, 49 e 60 da lei 8.666/93 e arts. 28; 31; 32, II e 51, I a IV, V e VI a X da lei 13.303/16 e a não realização do objeto ilegalmente contratado e pago (“auditoria”) apontada em 2019 na exordial do Mandado de Segurança 5211230-94.2019.8.13.0024 foi confirmada agora em 2021 nesta CPI.

- O Relatório Final da “auditoria” ao apontar que o realizado não era auditoria CHAMOU A ATENÇÃO, CHAMANDO TAMBÉM o fato de a empresa contratada, Maciel Consultores ser de Porto Alegre transferida um pouco antes para São Paulo, ter documentos de habilitação “autenticados” em Cartório de João Pessoa e profissionais para prestar o serviço do Rio de Janeiro detectando-se a seguir as ilegalidades do processo licitatório com a confirmação na CPI da não realização da auditoria paga.

- Modos de “puxar mais fios” do furtivo emaranhado é pedir à Prefeitura Municipal de São Paulo onde a empresa Maciel Consultores disse estar inscrita, **certidão da regularidade ou não da nota fiscal da empresa para a BHtrans**; aferir o Balanço Patrimonial da empresa datado (registrado) em Porto Alegre em 31/12/2016 apontando Roger Maciel e Lívio Daniel como sócios, data em que a empresa já havia



Pág. 9 de 10

Registro Civil de Pessoa Jurídica Nº 128113 - CNPJ Nº 13.718.691/0001-05
Rua Josias Cassimiro 352, Tel. 31 985539828, brasillegal.legal@yahoo.com.br
CORRESPONDÊNCIA PARA RUA DOS GOITACASES Nº 1596/601 - BELO HORIZONTE/MG

ASSOCIAÇÃO BRASIL LEGAL
Controle Social de Atos Públicos e Defesa da Legalidade,
Educação, Cidadania, Ética e Direitos Fundamentais.

sido transferida para São Paulo cuja 13ª Alteração Contratual prova e aponta os dois sócios mais um terceiro e comparar imagens, fotografias de documentos na internet.

- Averiguar também as “*Execuções, Pagamentos e Respectivas provas*” referentes a dotação **2904.0010.26.452.060.2567.0001.339035.01.03.00.1.00** que segundo a fl. 2 do edital da Concorrência 2017/002 acobertaria as despesas decorrente do referido procedimento licitatório bem como da dotação **2709.1100.26.452.303.2909.00005.339035.00.03.00.100** cujo contrato 2.460/18 celebrado entre a Empresa da Transporte e Trânsito BHtrans e a empresa Maciel Consultores SS Ltda aponta como acobertadora das despesa **AFIGURA ESSEBICIAL, EFICIENTE E INTERESSE PÚBLICO.**

- Trazer Roger Maciel de Oliveira, sócio gerente da empresa Maciel Consultores SS Ltda proporciona esclarecer o que Shaila não conseguiu e mais que isso, **atenção**, aferir sua imagem conferindo com a foto dos documentos juntados para habilitação na licitação e suas assinaturas consignadas em ata, contrato e aditamento.

Pondera a ONG Brasil Legal em epílogo, que resultado eficiente, moral e de interesse social desta CPI depende da averiguação das matérias supra apontadas e esclarecidas, da quebra dos sigilos bancários, telefônicos e fiscais dos Consórcios e respectivas empresas e seus sócios cuja não implementação proporciona suspeitar de defesa própria e de parceiros, de Célio Bouzada e Ramom Avelar a partir de 2013, prorrogação e **ESPECIALMENTE => da aferição, confirmação e recomendação no relatório da devolução à comunidade do dinheiro subtraído dela na forma de perpetração de tarifa maculada de sobrepreço, sobrelucro e excessivamente onerosa** como ocorrido no Paraná com relação a tarifa superfaturada de pedágio.

Alerta-se para a questão da segurança direta / indireta dos membros da ONG Brasil Legal e ONGs aliadas para controle social e das associações de usuários do transporte público e de trabalhadores das empresas de transporte de passageiros. .

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
EM <u>09/09/21</u>
<u>1-594</u>
<small>Responsável pela distribuição</small>

Belo Horizonte/MG, Brasil Legal, 9 de Setembro de 2021.

Associação Brasil Legal

Fernando Fernandes de Abreu

À CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG.

Com endereço na Avenida dos Andradas, número 3.100, Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte - MG, CEP: 30260-900.

REF: Liminar obtida nos autos do Mandado de Segurança n.º: 5134322-25.2021.8.13.0024, para que a COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BHTRANS se abstenha de utilizar os documentos obtidos do Notificante por meio de quebra de seu sigilo bancário, telemático e fiscal.

JOSÉ BRAZ GOMES PEREIRA JÚNIOR, brasileiro, administrador de empresas, portador da identidade nº CI-1.502.562 SSP/MG, CPF: 566.012.986-20, vem, respeitosamente, perante os representantes da CMBH, por meio de seu advogado Rafael de Oliveira Guimarães, OAB/MG: 163.737, apresentar a presente **NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL** com escopo de cientificá-los da decisão judicial ao seu favor, para que seja cumprida.

1. O notificante foi intimado para prestar depoimento como testemunha na Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTRANS.
2. Além da sua qualidade de testemunha como depoente, foi ordenada a quebra do seu sigilo bancário, telemático e fiscal, conforme requerimento 967/2021 da referida comissão.
3. Diante disso, o Notificante acionou o judiciário com vistas à proibir a quebra ou o uso dos dados obtidos pela quebra, ante os fundamentos aportados no Mandado de Segurança n.º: 5134322-25.2021.8.13.0024, que tramita na 3ª Vara De Feitos da Fazenda Pública Municipal desta comarca.

⑩

REF: 01.01.13.0024-08-Seg-2021-11:42-00237-001

517286

4. Liminarmente, foi deferido seu pedido de antecipação de tutela e decidido por aquele douto Juízo que a Comissão desta CMBH suspenda a quebra do sigilo, ou, caso já tenha obtido os dados, que sejam lacrados e entregues ao Notificante, conforme *decisum*:

Diante do exposto, vislumbro, de plano o direito líquido e certo da impetrante e defiro o pedido liminar para suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do Impetrante, ainda, caso as entidades requeridas já tenham fornecido os dados solicitados, defiro o pedido de lacre, devendo estes serem disponibilizados ao legítimo proprietário, ora Impetrante.

5. Diante da urgência da situação e da liminar obtida, vem, o Notificante, cientificar esta Câmara bem como sua Comissão Parlamentar de Inquérito, da referida ordem judicial, para que por gentileza, se disponha a cumpri-la para que não cause danos ao Notificante, podendo entregar os documentos para os seus advogados no endereço no rodapé.

Recebido em: __/__/__

Assinatura recebimento:

Belo Horizonte, 8 de setembro de 2021.



JOSE BRAZ GOMES PEREIRA JUNIOR

Pelo advogado: RAFAEL DE OLIVEIRA

OABMG: 163.737



08/09/2021

Número: **5134322-25.2021.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **01/09/2021**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
JOSE BRAZ GOMES PEREIRA JUNIOR (IMPETRANTE)	
	FELIPE ROSSI RODRIGUES DA COSTA (ADVOGADO(A)) RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARAES (ADVOGADO(A))
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTRANS (IMPETRADO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
557693301 8	03/09/2021 18:02	<u>Decisão</u>	Intimação Medida Urgente DEFERIDA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de BELO HORIZONTE / 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte

PROCESSO Nº: 5134322-25.2021.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Quebra de Sigilo Bancário / Fiscal / Telefônico]

IMPETRANTE: JOSE BRAZ GOMES PEREIRA JUNIOR

IMPETRADO(A): Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTRANS

Decisão

Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Braz Gomes Pereira Júnior em face de ato coator praticado pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da BHTrans, Gabriel Azevedo, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pelo qual requer liminarmente e ao final, a concessão da segurança para suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do Impetrante; subsidiariamente, caso as entidades requeridas já tenham enviado os dados pleiteados, requer o Impetrante que os dados não sejam utilizados pela CPI, devendo ser lacrados e disponibilizados aos legítimos proprietários.



Número do documento: 21090318023477500005575565387

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21090318023477500005575565387>

Assinado eletronicamente por: SOFIA BERNARDES LOURENCO BARBOSA - 03/09/2021 18:02:34

Para tanto alegou o Impetrante que, encontra instituída perante a Câmara Municipal de Belo Horizonte, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja finalidade é apurar alegada omissão da BHTrans frente ao suposto desrespeito constante das normas de prestação de serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município, pelas concessionárias responsáveis; aduz que no dia 11 de agosto de 2.021, foi aprovado o requerimento de comissão nº 967/2.021, cujo o objetivo é a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, de vinte e três pessoas, além de outras sete alcançadas por decisão proferida anteriormente; que em todos os casos, as quebras de sigilo bancário, fiscal e de dados ocorrem pelo mesmo intervalo de tempo, de 2.007 a 2.008 e de 2.013 a 2.021; defende que trata-se de uma decisão que alcança, sem qualquer individualização, empresários, consultores, agentes públicos e integrantes de empresas de auditora ou de engenharia.

Esclarece que o Impetrante foi intimado apenas e tão somente para prestar depoimento na condição de testemunha, não havendo fundamento para lastrear a razão dos nomes escolhidos, muito menos o do Impetrante; também esclarece o Impetrante, que foi ouvido na CPI na qualidade de testemunha como representante da empresa PRAIAMAR TRANSPORTES LTDA., contudo, destaca que participou da administração desta, somente até o período de 28 de agosto de 2.008, e que, além disso, não fazia parte dos quadros sociais da empresa no período de 2.017 a 2.021; ressalta que na época, o Impetrante perdeu a licitação, o seu consórcio, o VIA URBANA, foi derrotado no certame; defende que não se está tentando ignorar o poder de investigação das comissões parlamentares de inquérito, conforme disposto no §3º do art. 58, da Constituição da República mas que, existem requisitos mínimos intransponíveis;



Fundamentou seu direito amparando-se no vício que culminaria a CPI, eis que originalmente foi aprovada pelo Requerimento nº 145/2.021 fundamentando-se em "omissão da BHTRANS frente ao suposto desrespeito constante das normas de prestação de serviço de transporte público coletivo de passageiros no Município, pelas concessionárias responsáveis"; que em 2 de junho de 2.021, por meio do Requerimento nº 568/2.021, foi aprovada a inclusão de novos fatos na delimitação do objeto da CPI, sem que tenha sido observada a exigência de 1/3 dos membros da Câmara, o qual é exigido para aprovar sua constituição, posto que somente sete membros aprovaram a alteração; discorre que o contrato de Concessão do Transporte Coletivo já está em vigor desde 2.008; que o procedimento licitatório já foi objeto de investigação no âmbito do Ministério Público Estadual, com o consequente arquivamento.

Sustenta que a medida afronta direito líquido e certo do Impetrante ao sigilo resguardado pelos incisos X e XII do art. 5º da CF e das disposições do art. 11, da Convenção Americana de Direitos Humanos e do art. 2º da Lei nº 9.296/1.996; que para cada sigilo que se pretende quebrar, deve ser imposto ônus argumentativo específico a fim de demonstrar que tipo de evidência se poderia obter, e a correlação entre possíveis condutas dos acusados nos períodos ventilados; que não há nenhuma explicação sobre as quebras em geral; que o MP junto ao TCE também se dedicam atualmente sobre o tema, sem que quebras tenham sido realizadas; que a quebra do sigilo é genérica, que não delimita o fato que se pretende provar com a quebra e, muito menos, a razão de que a prova não pode ser obtida por outros meios disponíveis no ordenamento jurídico; que deve a CPI observar a exigência de fundamentação das decisões conforme prescrito no art. 93, IX da CF; que as Casas Legislativas investigam fatos diretamente relacionados ao seu campo de atribuições, assim, a Câmara Municipal não cuida de tema já apreciado e arquivado no âmbito do MP Estadual; que nos casos em que se revelar possível o exercício pela CPI de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, a prática dessas prerrogativas está sujeita aos mesmos condicionamentos e limitações que regem os juízes.



Destaca que a realização de auditoria em 2.013 e 2.017, que sob o ponto de vista da Comissão, teriam chegado a valores elevados da tarifa do transporte coletivo, não tem qualquer ligação com o Impetrante, eis que, este perdeu a licitação e nem mesmo participa da administração e composição da empresa, e que por isso, não tem qualquer ingerência na condução e contratação de empresas pelo Poder Público, muito menos no resultado produzido pelas empresas contratadas.

Discorreu a respeito do cabimento do pedido liminar. Juntou documentos. Colacionou jurisprudências. Atribuiu a causa o valor de mil reais (ID nº 5524703026).

É o relatório. **Decido.**

O artigo 1º, da Lei 12.016/2.009, dispõe que se concederá mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa venha a sofrer violação por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerçam.

De início, destaco que, na estreita via deste mandado de segurança não é possível o Juiz declarar ou autorizar algo, mas suspender ou anular o ato de autoridade, tido como defeituoso, o que restabelece a situação anterior, que não foi criada pelo Juízo.



Assim, não há falar-se em intervenção do Poder Judiciário em atos privativos de outros poderes.

Sustenta o impetrante que no dia 11 de agosto de 2.021, foi aprovado o Requerimento de Comissão nº 967/2.021, com o objetivo da quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados dele e de outras pessoas; que a referida quebra ocorreu pelo mesmo intervalo de tempo, de 2.007 a 2.008 e de 2.013 a 2.021 para todos.

Destaca o Impetrante, que trata-se de uma decisão que alcança, sem qualquer individualização, empresários, consultores, agentes públicos e integrantes de empresas de autoria ou engenharia.

A Constituição Federal de 1.988, determina em seus incisos X e XII do art. 5º, que são direitos fundamentais do indivíduo:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de



investigação criminal ou instrução processual penal;

Entretanto, ainda que considerados como direitos fundamentais, estes não são absolutos, comportando exceções, tais como por meio de decisões aprovadas em Comissões Parlamentares de Inquérito.

No que concerne o poder de determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, não há de se argumentar a eventual ilegitimidade da Comissão Parlamentar de Inquérito, eis que pacificado em nosso ordenamento, que poderá a CPI, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados.

Contudo, imperioso e inafastável a necessidade da decisão aprovada por CPI, que determine a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, seja sempre fundamentada e motivada, sob o risco de afronta constitucional.

Neste sentido são as palavras do Ministro Celso de Mello, em sede de julgamento do Mandado de Segurança nº 23851, *"a quebra de sigilo não pode ser utilizada como instrumento de devassa indiscriminada, sob pena de ofensa à garantia constitucional da intimidade."*



Verifico na página 6, do Requerimento 967/2.021, anexado ao ID nº 5524703015, que o envolvimento apontado pela CPI, a fim de fundamentar o apontamento à Impetrante, constou como "o Consórcio Via Urbana participou do conluio entre os licitantes na Concorrência Pública nº 131/2.008, oferecendo "propostas de cortesia"; Período de referência das quebras de sigilo: 2.007 a 2.008 e 2.013 a 2.021."

Assim, resta comprovada a alegada ausência de individualização e fundamentação da decisão que determinou a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados da Impetrante, eis que clara a fundamentação genérica. Ademais, não restou demonstrado pela CPI quais as provas que pretendem alcançar e o motivo de que não podem ser encontradas por vias diversas, ainda, importante destacar que o Impetrante foi intimado, somente como testemunha.

Isso posto, o ato de autoridade, na hipótese, é a abusividade do poder de quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados conferido à CPI.

A abusividade desse ato está substanciada pela ausência de fundamentação e motivação do ato que determinou a quebra de sigilo do Impetrante, eis que genérica e baseada em suposições.



Consequentemente, o seu direito líquido e certo violado é sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bem como o sigilo de suas correspondências e comunicações telegráficas e telefônicas.

Diante do exposto, vislumbro, de plano o direito líquido e certo da impetrante e **defiro o pedido liminar para suspender a quebra dos sigilos bancário, fiscal e de dados do Impetrante, ainda, caso as entidades requeridas já tenham fornecido os dados solicitados, defiro o pedido de lacre, devendo estes serem disponibilizados ao legítimo proprietário, ora Impetrante.**

No que concerne o valor da causa, atribuído em R\$1.000,00 (mil reais), verifico que este não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, conforme dispõe o § 2º do art. 292, do CPC, contudo, diante a urgência da segurança pleiteada, **determino ao Impetrante, para que no prazo de até quinze dias úteis, emende ou complete a petição inicial,** de modo que o seu valor atribuído corresponda ao valor médio aproximado de sua renda anual, com uma variação no limite de 50% (cinquenta por cento), para o mínimo ou para o máximo, a fim de se preservar a ciência de tais valores.



Em sequência, deverá a Impetrante recolher eventuais custas complementares, sob pena de revogação da liminar concedida.

Notifique-se a impetrada para que, no prazo de dez dias, preste as informações que entender necessária (inciso I do art. 7º da Lei n.º 12.016/2.009).

Cientifique-se, ainda, o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, para que, querendo, ingresse no feito (inciso II do art. 7º da Lei n.º 12.016/2.009).

Decorrido o prazo acima, com ou sem manifestação, ao Ministério Público, por dez dias, em cumprimento à regra disposta no art. 12 da Lei n.º 12.016/2.009. Findo este último prazo, também com ou sem manifestação, ao contador judicial para conta das custas finais e adiantamento pela parte, se for o caso, para depois ser conclusos para sentença (Parágrafo único do art. 12 da Lei nº 12.016/2.009).

I.



Belo Horizonte, 3 de setembro de 2.021.

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
EM <u>01/09/21</u>
<u>1-594</u>
Responsável pela distribuição

